

OS PROJETOS E DOCUMENTOS AFINS DAS OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA

PEÇAS DESENHADAS E PEÇAS ESCRITAS

BAIRROS SAAL DE TAVIRA: MEMÓRIA SOCIAL E ARQUITETURA

CEAACP - UNIVERSIDADE DO ALGARVE

MAIO 2025

PATRÍCIA GONÇALVES, MIGUEL REIMÃO COSTA, JOÃO BAÍA E LIA ANTUNES

OS PROJETOS E DOCUMENTOS AFINS DAS OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA

PEÇAS DESENHADAS E PEÇAS ESCRITAS

2025

Organização



UNIVERSIDADE DO ALGARVE



Centro de Estudos
em Arqueologia,
Artes
e Ciências do Património

Apoio



40 ANOS
Centro de Documentação
25 de Abril
Universidade de Coimbra

Financiamento



ProMuseus
2023

FICHA TÉCNICA

Título |

Os projetos e documentos afins das operações SAAL de Tavira. Peças desenhadas e peças escritas

Investigação e organização |

Patrícia Gonçalves, Miguel Reimão Costa, João Baía e Lia Antunes

Data |

Maio 2025

Edição |

CEAACP - Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade do Algarve

DOI: <https://doi.org/10.34623/v6rf-d486>

Financiamento |

Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto "SAAL Tavira: Memória Social e Arquitetura", promovido pelo Museu Municipal de Tavira, com financiamento da Câmara Municipal de Tavira e da Direção-Geral do Património Cultural / ProMuseus 2023. A investigação foi desenvolvida no CEAACP/UAlg, com coordenação de Miguel Reimão Costa, e financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00281/2025.

Agradecimentos |

Às Associações de Moradores 1.º de Maio (Tavira) e Amigos Unidos de Cabanas. Ao Arquivo Municipal de Tavira e ao Arquivo do IHR. A Ana Paula Carvalho e aos familiares do arquiteto João Moitinho pela disponibilização dos projetos dos bairros SAAL de Tavira e ao Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra pela inclusão desse espólio no seu arquivo.

ÍNDICE

Introdução	1
1. Mapa dos Bairros SAAL/Algarve	2
2. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 1.º DE MAIO (TAVIRA)	4
Atas da Assembleia Geral da AM 1.º de Maio	5
Estatutos originais da AM 1.º de Maio	11
A parcela de terreno	29
Projeto de arquitetura	38
Pedido de subsídio a fundo perdido e empréstimos	51
Horas dos Sócios (autoconstrução parcial e assistida)	75
3. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES AMIGOS UNIDOS DE CABANAS	85
Atas da Direção e da Assembleia Geral da AM A. U. de Cabanas	86
Estatutos originais da AM Amigos Unidos de Cabanas	97
Resultados do inquérito	110
A parcela de terreno	113
Projeto de arquitetura	119
Pedido de subsídio a fundo perdido e empréstimos	130
4. Outra documentação	148

INTRODUÇÃO

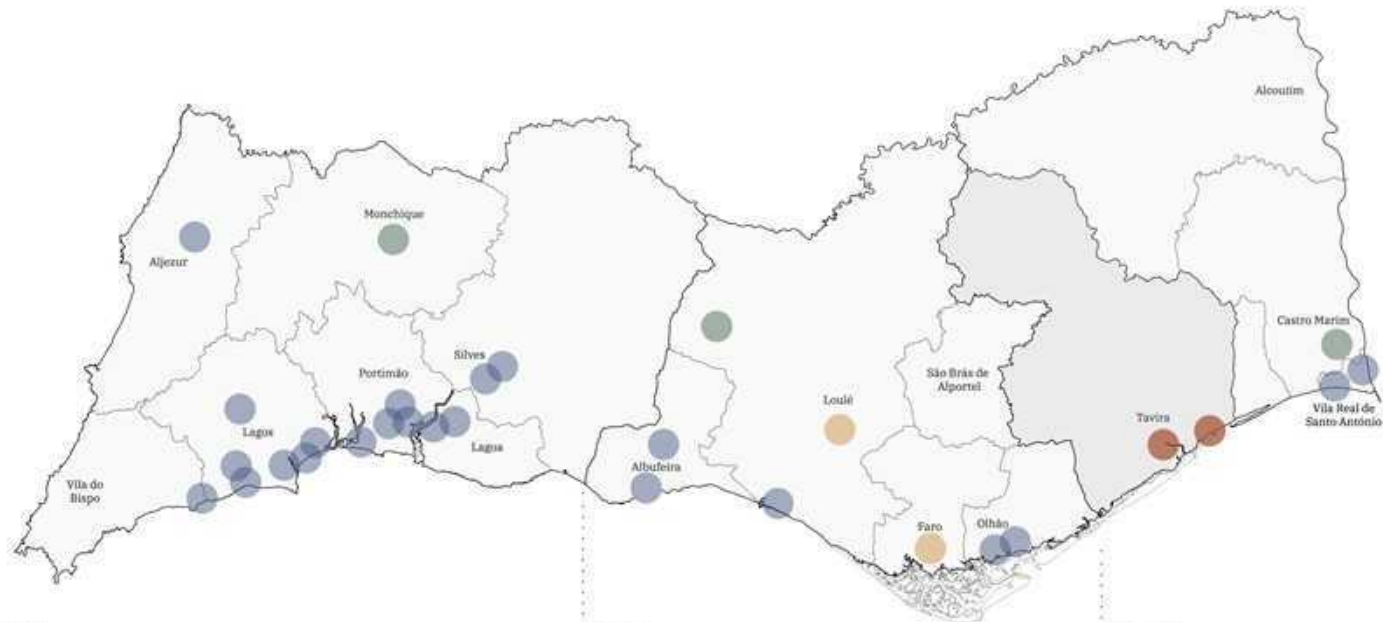
OS PROJETOS DE URBANIZAÇÃO E DE ARQUITETURA DAS OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA (1974-1978) E OUTRA DOCUMENTAÇÃO

O arquiteto João Moitinho foi o responsável pela Equipa de Apoio Local do SAAL do Sotavento do Algarve. Foi autor dos projetos para as Associações de Moradores (AM) dos bairros de Tavira, Cabanas, Vila Real de Santo António e Monte Gordo, todos construídos, e também da proposta de uma operação para Castro Marim que acabou por não se concretizar. Para além da coordenação técnica destas operações, João Moitinho contribuiu para a definição do modelo que, com poucas variações, foi implementado nas diferentes sub-regiões do Algarve, em colaboração com os colegas das Equipas Técnicas do Centro e do Barlavento, acompanhando e fotografando, desde o início, as obras das operações ali localizadas, como os bairros em Lagos ou 11 de Março em Olhão.

A documentação que se apresenta neste volume é relativa às operações SAAL 1.º de Maio em Tavira e Amigos Unidos de Cabanas. Inclui axonometrias, plantas e alçados de conjunto dos bairros, plantas cotadas e cortes das habitações, registando a matriz evolutiva da proposta, bem como a planta, os alçados e a perspetiva do projeto para o equipamento coletivo do bairro 1º de Maio. As peças desenhadas, que integram o arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra (CD25A), são ainda acompanhadas de documentos escritos variados, nomeadamente memórias descritivas, resultados do inquérito, uma pequena amostra das atas de reuniões camarárias sobre os terrenos e documentação relativa aos pedidos de subsídios ao Fundo de Fomento da Habitação (FFH), a entidade estatal encarregue do financiamento do processo SAAL. Esta documentação encontra-se dispersa pelo Arquivo Municipal de Tavira, o Arquivo Central da Universidade do Algarve e o arquivo morto do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). Ambas as Associações de Moradores - 1.º de Maio (Tavira) e Amigos Unidos de Cabanas - têm arquivo próprio, onde guardam os livros de atas, os livros de horas (dedicadas à autoconstrução parcial e assistida), entre outros documentos.

OS PROJETOS E DOCUMENTOS AFINS DAS
OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA

1
**MAPA DOS BAIRROS
SAAL/ALGARVE**



Barlavento

- 0 povo vicaria (Aljezur)
- Unidade (Burgaz, Vila do Bispo)
- Zona Verde (Oleiros, Lagos)
- L'Herbale (Lagos, Lagos)
- 11 de Março (Praia da Luz, Lagos)
- 28 de Setembro (Igreja do Condeiro, Lagos)

- 1º de Maio (Mia Praia - Dons, Lagos)
- 25 de Abril (Mia Praia - Apendino, Lagos)
- 1 de Maio (Monchique)
- Bairro Populac (Óbidos, Portimão)
- 1 de Junho (Chão das Damas, Portimão)
- Rua Nova (Casa Marquês, Portimão)

- Engenheiro (Portimão)
- São Simão (Maximiliana de Castanheira, Lagos)
- São Raphael (Santos, Lagos)
- Progresso (Silves)
- Bairro Vermelho (Estreito, Silves)

Central

- 17 de Junho (Ferreiras, Albufeira)
- Amadora (Albufeira)
- 1º de Maio (Alm, Loulé)
- Guarnição (Quartela, Loulé)

- 26 de Junho (Loulé)
- Bairro Camarinhas (Loulé)
- 18 de Maio (Óbidos)
- 15 de Março (Óbidos)

Sotavento

- 1º de Maio (Tavira)
- Antiga Cadeia de Cadeias (Cadeias, Tavira)
- Povo (Zona de Povo (Zona de Povo), Tavira)
- Vila Real de Santo António
- 28 de Junho (Vila Real de Santo António)
- 18 de Maio (Castro Marim)

Mapa Operações Saal no Algarve

- Bairros construídos no concelho de Tavira
- Bairros não construídos
- Bairros construídos enquanto
- Cooperativas de Habitação Económicas

OS PROJETOS E DOCUMENTOS AFINS DAS
OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA

2
ASSOCIAÇÃO DE
MORADORES 1.º DE MAIO,
TAVIRA

OS PROJETOS E DOCUMENTOS AFINS DAS
OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA

2.1
ATAS DA ASSEMBLEIA GERAL DA
AM 1.º DE MAIO
SELEÇÃO

Fonte: Arquivo da Associação de Moradores 1.º de Maio, Tavira



Associação J.º de Maio
Miguelto SAR
Secretario de Educação P.º Albert

ACTAS

ANGAR - PORTO

h.º acts

Do dia 23 de Março de 1976 na sede da Associação de Moradores 1.º de Maio de Tavira reuniu-se em Plenário para deliberar o seguinte Foi nomeado o Sr. Vilhinho Paulo Rosa para apontador nos seguintes termos, que via fazer o serviço de apontador tendo a experiência de dois meses mas também terá que ajudar em todos os trabalhos das obras caso ele não o fizesse seria chamado a atenção ou caso que ele fosse incorrecto com alguns associados.

Ficou também deliberado que todos os associados que quando se começa-se a dar-se as 30 horas de trabalho mensais e que não os fizerem terão que pagar essas 30 horas em dinheiro ou se não \$50.00 que já ficam em valorização de suas casas.

Ficou também decidido neste assembleia que dispensasse dessa obrigação o Sr. Joaquim de Jesus Pacheco e para justificando a sua impossibilidade de cumprir o que está determinado nos estatutos quanto a prestação por cada mês de 30 horas de trabalho mensal e para compensar fixou-se que o mesmo receber desse mensalmente 500.00 escudos para pagamento de mão de obra a qual será contabilizado na sua casa.

Ficou também decidido que todos os associados homem ou mulher ganhariam à hora 25 escudos Esta quantia não seria paga em dinheiro mas sim no valor de suas casas.

Sebastião
2

THUVAH 8/10/76

7º ACTA

No dia 8/10/76

na obra da Associação de Moradores 1º Muro, de Thuva
Reuniu-se em Assembleia Geral, para deliberar a seguinte
Ordem Trabalho.

Como tendo sido, convocado o sócio MANUEL LUIS DOS REIS
para comparecer a esta Assembleia, o qual faltou à mesma,
a Assembleia decidiu dar início aos trabalhos que teriam
de ser tratados.

Ficou deliberando em votação pela maioria dos sócios,
que o sócio, MANUEL LUIS DOS REIS, deixará de exercer as
funções de encarregado da obra, o que terá que receber
ordens como qualquer dos operários, que trabalharem na Associação
tendo sido deliberado e aprovado pela maioria dos sócios,
ficou assim elaborado em Acta
a qual vai ser assinada pela Direcção

O Presidente Sebastião Rodrigues

Suplente Baptista
Victor Fernando Barros
José Antonio Bellade
Faustino Santa Cruz
Carlos dos Santos

ACTA Nº 10

NO DIA DEZASETE DO MÉS DE JANEIRO DO ANO DE MIL NOVECENTOS E SETENTA E SETE, REUNIU-SE A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 1ª MAI O EM ASSEMBLEIA GERAL PARA APROVAR PERANTE A MAIORIA DOS SÓCIOS QUE TODO O ASSOCIADO QUE PEDI-SE A SUA DEMISSÃO COMO SÓCIO NUNCA MAIS PODERIA ENTRAR PARA ESTA ASSOCIAÇÃO POR NÃO ESTAR INTERESSADA NA MESMA SEM QUE POR MOTIVO FÔR PARA ASSIM NÃO ESTAR ALTERAR TODA A CONTABILIDADE JÁ FEITA. ESTANDO TODOS OS PRESENTES DE ACORDO ASSIM FOI APROVADO E ELABORADO EM ACTA A QUAL VAI SER ASSINADA PELOS OS ELEMENTOS DESTA DIRECÇÃO NÃO PODENDO SER ALTERADO O ASSUNTO REFERENTE A ESTA ACTA VAI SER ENDEBADA E ASSINADA PELOS ELEMENTOS QUE FAZEM PARTE DESTA DIRECÇÃO.

- Presidente *Sebastião Rodrigues*
- Secretario *Juciano Estanislau da B. Faltin*
- Tesoureiro *Vitor Estanislau Barros*
- 1º Vogal *Sebastião Santos Viegas*
- 2º Vogal



CONFERI FOTOCOPIA
 CARTÓRIO NOTARIAL DE
 LUTA TAVINA, 14/01/1980.
 O. AVUANTE

Sebastião 11

ACTA Nº 12

As oito e meia do mês de Janeiro, do ano de mil novecentos e oitenta, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu em assembleia geral extraordinária a Associação de Moradores Primeiro de Maio, com sede na Horta da Bela Fria, Santarém, Tavera. Do ordem de trabalhos constava apenas um ponto: "Doloção de poderes a Direcção para concluir o contrato de empréstimo feito a Associação pelo Fundo de Fomento de Habitação".

Por falta do Presidente da assembleia geral, o sócio Fernando Alberto Martins ausente no estrangeiro, assumiu o seu cargo o 1º secretário, José Amândio Aguiar.

O Presidente da direcção, o Sr. Luizinho Estevão da Encarnação Baptista, depois de fazer algumas considerações sobre a situação verificada na concessão do contrato de empréstimo para a conclusão do bairro, que já tinha sido pedido em Novembro de mil novecentos e setenta e oito, perguntou à assembleia se estava de acordo em que a Associação contratasse o referido empréstimo no valor de três milhões de escudos (3.000.000\$00) de acordo com as condições expressas na minuta do contrato, e se a assembleia concedia os devidos poderes à direcção para assinar com o Fundo de Fomento de Habitação este empréstimo, sendo que se destinaria como todos os sócios sabem à conclusão das obras do bairro.

Depois de mais alguns esclarecimentos, a proposta foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Foi assinada a direcção constituída pelas seguintes sócios: Luizinho Estevão da Encarnação Baptista (Presidente), Victor Fernando Barros Pereira (Vice-Presidente), João Pedro dos Santos (Secretaria), João Sebastião dos Santos Barbosa (Tesoureiro), Sebastião Rodrigues (1º vogal) e Miguel João Marques (2º vogal) com plenos poderes para assinar a escritura do contrato de empréstimo de três milhões de escudos como Fundo de Fomento de Habitação.

Não houve mais nada a tratar foi encerrada a reunião e elaborados a presente acto que é assinado pelo mesa da assembleia geral.

1º secretário em substituição do Presidente

2º secretário *João Lourenço Pereira*

— Recolheu as assinaturas supra de José Amândio Aguiar e de João Lourenço Pereira, por exhibição dos seus bilhetes de Identidade, respectivamente n.ºs. 6294668 e 2337931, emitidos pelo Arquivo de Identificação de Lisboa.

— António Notarial de Tavira, 14 de Janeiro de 1980.

A. Avuante,

Canta nº 341

Esc. 26.00

OS PROJETOS E DOCUMENTOS AFINS DAS
OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA

2.2
ESTATUTOS ORIGINAIS DA AM 1.º
DE MAIO
6 JUNHO 1975

Fonte: Divisão de Documentação e Arquivo da Secretaria Geral do Ministério da
Administração Interna, GCFAR-H-B-001-00007

Y. 3. — Associação de Moradores
dos Primeiros de Maio. —

No dia seis de Junho de mil nove-
centos e setenta e cinco, junto Com-
menda Notarial de Tama, perante mim
Licenciada Maria Luiza dos Santos An-
selmo, sua notaria, compareceram a
autores:

Delmira da Conceição, solteira,
maior, natural da freguesia de Loucaça
do, comelhe de Alhad.

Faustino Santos Viegas, casado, natural
de Espinha, português;

Heriberto Francisco Alves Pires, ca-
sado, natural da freguesia de Santiago do
do comelhe.

Maria Adelaide da Cruz Mafra dos
Reis, casada, natural da Figueira da Foz.

Genival Luis dos Reis, casado,
natural da freguesia de Santiago
do do comelhe.



Os seus respectivos em sua residência habitual nesta cidade.

E por todos foi dito que, constituídos em comissão organizadora, apresentaram, ao almejo do disposto nos artigos cento e cinco, cento e sete e seguintes do Código Civil e nos Decretos Lei número quinhentos e noventa e quatro do ano transacto, de sete de Novembro (Lei das Associações), o projecto do acto de constituição e do Estatuto de uma associação de moradores que se rege pelas regras seguintes:

Capitulo Primeiro

Denominação, sede e fins
Primeiro

A Associação, na a denominação de "Associação de Moradores do Primeiro de Maio", tem a sua sede, no sítio de Bela Vista, freguesia de Saculafos deste concelho, e constituiu-se por tempo indeterminado a partir dos



ta data.

Segundo

As suas finalidades são:

a) Promover e auxiliar o alojamento dos moradores da cidade de Terra que vivem em precárias condições de habitabilidade.

b) Promover e desenvolver entre os seus membros actividades destinadas à divulgação e prática de cultura, da arte e do desporto, nos seus variados aspectos.

c) Fomentar e apoiar entre seus membros acções de cooperação no estudo e solução de problemas comuns de interesse social próprios do agregado habitacional e a interajuda entre todos os seus associados com base nos seus princípios do cooperativismo.

Terceto

Para prosseguir as finalidades indicadas nos artigos anteriores a associação pode contratar e receber fi

13



mauciamientos, usar e adjuar a
qualquer letelle, direitos iusveis e
iuvieis e promovera a construcão
das casas nos locais cujs ptebga
cas ou propriedades pla obtiver.

Paragrafo unico - É a assembleia
geral dos socios que delibetara
tot proposta da direccão, relá
tivamente aos termos, clausulas
e condicoes de financiamento e
do uso e applicas dos direitos
iuvieis.

Capitulo segundo

— Dos socios, seus direitos e deveres, e
do funcionamento

Quarto

— Podem fazer parte da associacão
tidos no actuais chefes de familia
e ou representantes dos respectivos a
pregados familiares sui viveis nas
condicoes referidas na alinea a) do
artigo segundo.

Paragrafo unico - Consideram-se
chefes de familia o sui, nas en
dicoes indicadas neste estatuto



Os serviços equiparados e o seu habitual
meio Vivam só e economicamente
independentes dos outros moradores. —

Quinto

— A Associação mobilizará todos
os recursos que obtiver, quer do Es-
tado quer do Município ou de outras
entidades públicas ou privadas, que
vadeem ao prosseguimento dos seus
fins. —

Sexto

— Cada sócio concorrerá para a construc-
ção das habitações com trabalhos, ma-
teriais de construção e diuiseiros, e
para o património social, conforme
for deliberado pela Assembleia
geral. —

Sétimo

— Os trabalhos e os materiais de
construção prestados pelos sócios
e calculados pelos preços corren-
tes do mercado local à data
da prestação. Seus custos e diuisei-
ros entregues serão contabilizados
pela Associação a favor dos seus



para socios.

Oitavo

O socio que, tendo possibilidade de concorrer para a construcção das habitações, não o fizer, será advertido pela direcção da Associação, no sentido de prestar concurso.

Parágrafo Primeiro - A advertência será feita unicamente no sentido de esclarecer o associado da necessidade da participação efectiva e colaborante nas tarefas comuns.

Parágrafo Segundo - Se, depois de duas advertências, o associado continuar a não prestar o concurso que lhe é possível, poderá ser excluído por deliberação da Assembleia geral de socios, sob proposta da direcção ou de qualquer associado.

Parágrafo Terceiro - Nesta hipótese, terá direito ao reembolso actualizado do que a seu favor



Se não sido contabilizada, não se irá
eleger o seu honorário pago a título
de quotas mensais fixadas para o
património social.

NOMO

Cada sócio incurrirá nas penas
previstas no artigo anterior se
tales são: a) Não pagar pontual
mente a quota fixada para o 3.^o
trimestre social (artigo 2.^o);
b) Não pagar, pontualmente a quota
que for estipulada pela Direcção
para amortizações; e c) Não
contribuir para a solução de pro-
blemas da associação nomeada
mente recusando, sem motivos
ponderosos, o seu eleição para
os cargos sociais ou comissões
especiais.

DÉCIMO

A Associação promoverá a
construção de uma casa de la-
situação para cada unidade
familiar e destinada ao seu
alugamento.



Parágrafo Primeiro - Consideram-se
fazem parte os franqueados e afins que
vivam habitualmente em comunhão
de mesa e habitação e ainda
as pessoas que em outros termos
tenham vivam alguma relação fa-
miliar de facto.

Parágrafo Segundo - As condições
de habitabilidade e comunhão se-
rão determinadas pela Comissão
geral de socios.

Décimo Primeiro

As casas de habitação serão
ocupadas pelos socios quando
todas estiverem concluídas e li-
ciadas.

Décimo Segundo

Quando o associado ocupar
a casa de habitação por-lhe as
fixadas pela Direcção da Associação
e com o parecer do con-
selho Fiscal, uma quota de amor-
tização e a periodicidade de
seus pagamentos.

Parágrafo unico - Na determinação



Estes elementos terão-se em conta
o custo da construção, o valor das
prestações em que o sócio concorreu
para a mesma, o prazo de amorti-
zação de eventual financiamento
obtido pela Associação e as
condições económicas do associado
e do respectivo agregado familiar.

Décimo Terceiro

O direito ao uso da casa é trans-
missível, por óbito do chefe de famé-
lia, em benefício a favor do conjun-
te sobrevivente e dos filhos desde
que pertençam ao agregado famé-
liar, ou a favor das pessoas que
relativamente ao falecido estiveram
numa relação marital ou filial de
facto.

Décimo Quarto

O direito ao uso da casa cessa
verificando-se:

- a) O abandono justificado da
casa pelo agregado familiar.
- b) A expulsão do agregado fa-
miliar.



c) Por morte do chefe de família, ou de casado, por morte do cônjuge se não lhe sobreviver.

d) Na maioridade dos filhos quais vivos que sobreviva ao chefe de família ou ao seu cônjuge.

e) ou a morte de filhos se viverem em paz ou vivendo em desilidade econômica que sobreviva ao chefe de família e seu cônjuge.

Parágrafo único - É a Assembleia geral dos sócios que deliberará sobre a justificação do aumento previsto na alínea a).

Decreto Quinto

Quando o uso da casa pelo motivo indicado nas alíneas referidas no artigo anterior, não interessando direito a substituição seu conjunto de vida atualizada de seu o chefe de agregado prestou seu trabalho materiais de construção e diuturnos para a construção da mesma casa e ainda o seu



Caja para a titulação de profetas de sua
titulação

— Parágrafo Primeiro — A prestação
do valor será efetuada em presta-
ções de montante e com periodicidade
pelo menos ijuas as
que tenham sido cumpridos pelo
agregado familiar respectivo. —

— Parágrafo Segundo — Compete à
Assembleia Geral dos sócios, sob
proposta da direção, a fixação
do montante a deduzir das presta-
ções, tendo em consideração e
virtuais obras para o arrendo e
reparações da casa deixada pelo
agregado familiar. —

Décimo sexto

— Os sócios são sempre res-
ponsáveis pela reparações materiais
do prejuizo causada pelo uso
anormal dos seus da Associa-
ção. —

Capítulo terceiro

— Das infrações disciplinares —
Décimo sétimo



São infrações disciplinares do sócio o acto que pertence, prejudicando ou torcendo impossíveis a existência de relações de convívio entre o agregado familiar e a Cooperações permanentemente entre eles na defesa activa dos interesses sociais comuns.

Decimo oitavo

Podem ser aplicadas ao sócio as penas de advertência simples feita perante a direcção, advertência registada e expulsão.

Decimo nono

A advertência simples será aplicada quando a infracção que caiba qualqueres outras penalidades.

Vigesimo

A advertência registada será aplicada quando, nos casos em que se expulsa, sejam praticados, habitual e repetidamente, actos que sejam punidos com pena de advertência.

Vigesimo terceiro



- A expulsão será aplicada ao sócio
que omitir uma informação após ter
sido castigado com três advertências
reputadas ou que pratique facto grave
que, de per si, torne impossível o
convívio entre os associados familia-
res e a cooperação permanente entre
eles, na defesa activa dos interesses
Comuns.

Vigésimo Segundo

- A parte de advertência simples
está da competência da Direcção
da Associação e as outras da
Assembleia Geral de sócios, devendo
a de expulsão ser votada
por três quartos partes dos votos.

- Parágrafo Primeiro - Da decisão da Di-
recção da Associação cabe recurso,
a interpor, em prazo de oito
dias, para a Assembleia Geral
dos sócios.

- Parágrafo Segundo - O sócio ex-
pellido pela Assembleia apenas e
pelo valor actualizado do seu honorário
prestado em trabalhos, materiais de



Armatuças e distribuiçoes para a construcção da casa.

Capitulo Quarto

Do organo da Associação
Vigesimo Terceiro

Do organo da Associação são a Assembleia Geral dos sócios, a direcção e o conselho fiscal.

Vigesimo Quarto

A Assembleia Geral é o conjunto de todos os sócios, representados pelos chefes de familia, representando os agregados familiares, que deve deliberar sobre os assumptos que, por lei e por força destes estatutos, se fazem da sua competência, e nos casos em que, pela sua gravidade especial, devam ser resolvidos pelo conjunto dos sócios.

Quaseleito unico - A mesa da Assembleia Geral dos sócios se compoza por três membros, sendo um delles o presidente.

Vigesimo Quinto

A direcção é um conjunto de



estes membros, sendo um deles o presidente
que administra a Associação
praticando os actos que, por lei ou
força do estatuto, sejam da sua
competência e decididos e praticando
tudo o necessário as finalidades da
Associação previstas nos estatutos. —

Vigésimo Sexto

O conselho fiscal é um conjunto
de três membros, sendo um deles o
presidente, que tem por função espe-
cial e de essencial a fiscalização
da actividade económica e finan-
ceira da Associação, devendo pra-
cticar ainda todos os actos que
sejam atribuídos por lei e pelos
estatutos.

Vigésimo Sétimo

A mesa da Assembleia Geral
a direcção e o conselho fiscal pe-
las eleições são períodos de dois
anos pela Assembleia Geral dos
sócios.

Vigésimo Oitavo

A Assembleia Geral reúne, obri-



governamental, e uma vez por ano para aprovação de petições e contas de direccão, devendo reunir estas dedicaçãoamente para deliberar sobre os casos especiais, fixados na lei e nos estatutos, e ainda sempre por requerido por um terço dos associados.

Capitulo Quinto

Disposições transitória e Norma geral

Vigesimo nono

Cumpridas pela Comissão de organização as formalidades prescritas no artigo quarto do Decreto-Lei numero quinhentos e noventa e quatro de mil novecentos e setenta e quatro (Lei das Associações) a mesma Comissão convocará, no prazo de dez dias (uma reunião geral dos chefes de familia vivendo nas condições referidas na alinea a) do artigo segundo que pretendam ser socios das Associações para cumprimento do artigo vigesimo do Estatuto.



Trigesimo

A assembleia geral dos socios delib
rara sobre o caso omissos ou de inter
pretacao dos estatutos e do acti de
Constitucioes, excepto quando for de
applicacao obrigatoria o disposto na lei.

Verifiquei a identidade da ou
trajetos pelo meu reconhecimento pes
soal.

Li as autographas esta acta e
expliquei-a no seu cabido, tendo
lido voz alta e na presenca simul
tanea de todos os interveientes.

Assinava-se: "Vigésimo", "duces", "deli
bera"

- Demnia da Conueyas
- Heriberto Joaquim Aveiro Ribeiro
- Faustino Santos Viagas
- Maria Adelaide Cruz Mafados Reis
- Ranuel Louis dos Reis

A seguinte
Resolução
Acta registada sob n.º 54 de 1911

OS PROJETOS E DOCUMENTOS AFINS DAS OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA

2.3

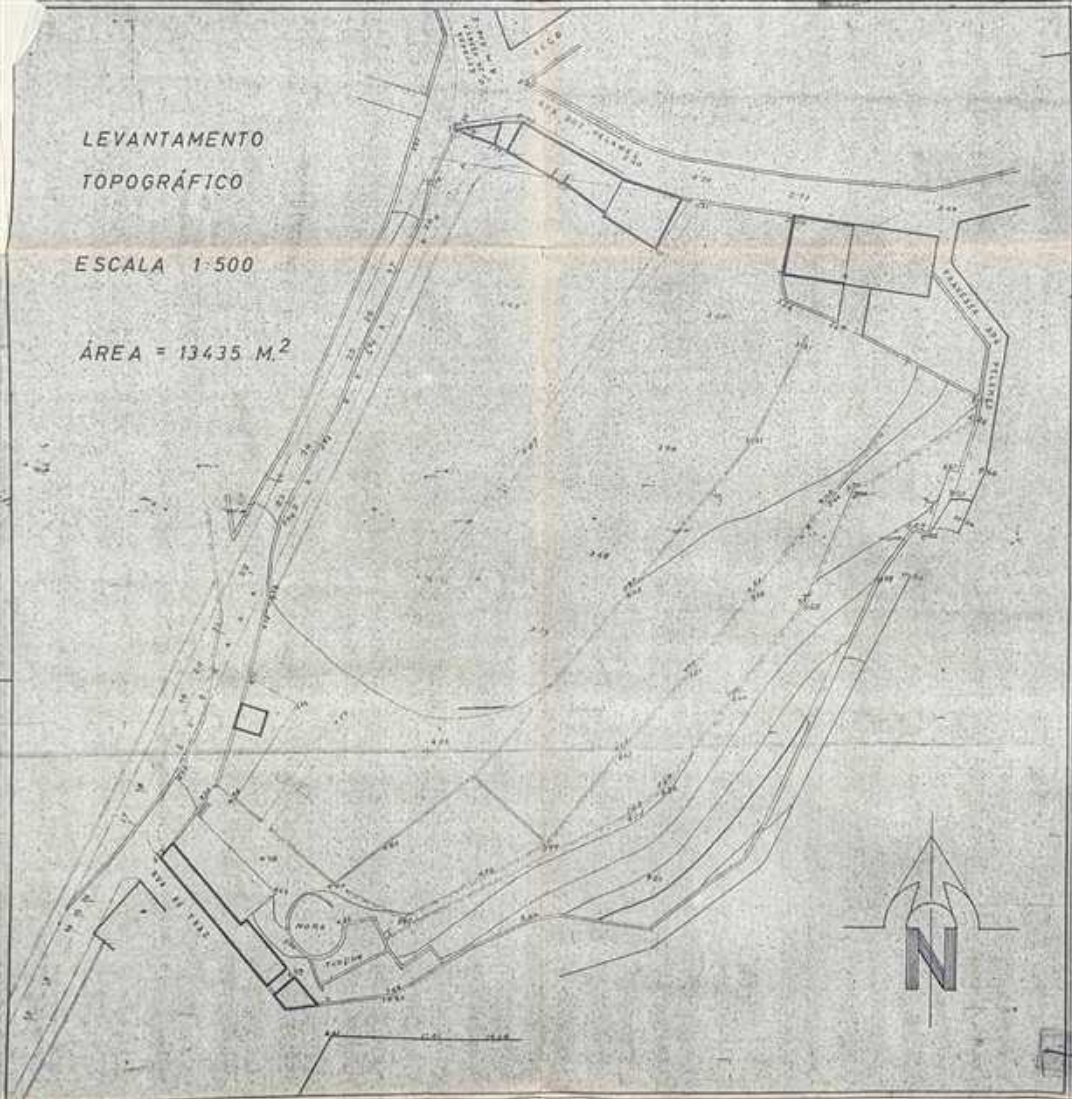
A PARCELA DE TERRENO PARA A AM AMIGOS UNIDOS DE CABANAS

- 1 - Planta de localização (janeiro de 1976)
- 2 - Planta do levantamento topográfico (janeiro de 1976)
- 3 - Vista aérea com delimitação do lote da Horta da Bela Fria [adaptação de fotografia de junho de 1960 (Filipe Jorge (ed.), *Algarve visto do céu*, Lisboa: Argumentum, 2005, p. 160)]
- 4 - Atas da Câmara Municipal, 1974-1980 [Arquivo Municipal de Tavira]
- 5 - Verba para aquisição do terreno pelo FFH [arquivo do IHRU, “ex-FFH”, dossier 8447 “Sul. Ass. Morad. S.A.A.L. Distrito Faro. Perdido Fundo. Pasta 2 - Associação de Moradores 1º de Maio. 18 fogos. Faro-Lagos. Subsídio Não reembolsável]

LEVANTAMENTO
TOPOGRÁFICO

ESCALA 1-500

ÁREA = 13435 M.²



Associação 1º de Maio Távira

arquitectura

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

desenho	0-075	4158/11-211/75-084
esc. 1:500	1989-JAN-76	088/17-A2



Delimitação da parcela do bairro 1º de Maio (mancha a verde).

Fonte: Fotografia de junho de 1960 [Filipe Jorge (ed.), *Algarve visto do céu*, Lisboa: Argumentum, 2005, p. 160].

17/12/75

93
Sr. António do Santos

mas só a aquisição que agora vai ser levada a efeito, como também a despesa já efectuada.

Expropriação de terrenos para construção de casas ao abrigo do plano S.A.A.L. - TAVIRA: - Pelo Senhor Presidente foi apresentado o ofício da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo sobre o processo de expropriação de terrenos da Bela Fria e Perogil, onde vão ser construídas as casas a construir ao abrigo do programa S.A.A.L.

A Comissão, considerando avocar o processo, e após o Senhor Presidente ter explicado que foi a Associação interessada nas construções que escolheu a localização juntamente com os responsáveis pela coordenação do programa em Távira, deliberou por unanimidade solicitar a Sua Excelência o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, a expropriação das seguintes parcelas de terreno necessárias à efectivação do processo: - Pédio rústico denominado Perogil, freguesia de Santiago, concelho de Távira, inscrito na respectiva matriz predial rústica sob oitocentos setenta e sete novecentos avos do artigo mil quatrocentos e nove, pertencente a José José Viegas; - Pédio rústico no sítio da Bela Fria, freguesia de Santiago, concelho de Távira, inscrito na respectiva matriz predial rústica sob o artigo mil e setenta e sete e o artigo quatrocentos e onze, pédio urbano sito na Rua dos Pelouros, números mil e um e mil e três, inscrito sob o artigo quatrocentos, pédio urbano sito na Rua dos Pelouros, números onze e treze, inscrito sob os artigos trezentos noventa e sete e trezentos noventa e oito, e pédio urbano sito na Rua dos Pelouros, números doze e dezanove, inscrito sob o artigo trezentos noventa e nove, todos da freguesia de Santiago, concelho de Távira e pertencentes a George Alberto Rosado, e com a acção a declaração de utilidade pública urgente e a posteriori misturaria dos terrenos em causa. - Sobre a capacidade financeira do município para fazer face às aquisições necessárias, a

Comissão deliberou ainda por unanimidade informar que o pagamento das indenizações será efectuado pelo Fundo de Fomento de Habitação, pelo programa S.A.A.L., de acordo com a comunicação verbal dos responsáveis a nível de coordenação central e local, pelo que a Câmara intervirá no aspecto financeiro como entidade centralizadora e coordenadora do processo.

A Comissão, deliberou também, informar que não lhe é possível através de receitas próprias, proceder à aquisição dos terrenos, pelo que terá de ter auxílio estatal, através do Fundo de Fomento de Habitação, para concretização do plano em causa, como aliás foi bem mencionado aos responsáveis do S.A.A.L.

31/12/1975

Expropriação de terrenos para construção de casas ao abrigo do Plano S.A.A.L. - TAVIRA: - Pelo Senhor Presidente foi acordado avocar o processo de expropriação de terrenos para a construção de casas ao abrigo do programa S.A.A.L. de TAVIRA, uma vez que na deliberação tomada em reunião ordinária, realizada no dia dezasseis deste mês, foi emitido por lapso nos autos o prédio que é objecto do pedido de expropriação. A Comissão depois de analisar devidamente o processo, e reconhecendo o lapso na comissão, deliberou por unanimidade confirmar a deliberação de dezasseis de Dezembro, e informar a Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, que para execução do plano S.A.A.L. de TAVIRA se tornou igualmente necessário proceder à expropriação do seguinte prédio - prédio sito no sítio da Bela Fria, freguesia de Santiago, deste concelho, com a área de doze mil e dezentos e quatro quadrados, formada por duas parcelas, confrontando a poente, do norte com linha férrea, sul com finca das fregues de Oliveiras Beatas, nascente com fátima municipal e estrada da Azeira, frente com João José Viegas, e a segunda parcela, do norte com serventia comum a este prédio e ao do D. Finca das fregues de Oliveiras, sul e nascente estrada da Bela Fria, inscrita a parte rústica na respectiva matriz predial sob oitenta e seis mil novecenta e nove / seiscentos e setenta mil do artigo mil trezentos e trinta e nove, e a parte urbana sob o artigo quatrocentos e doze, quatrocentos e trze e mil quinhentos trinta e cinco da respectiva matriz predial urbana da freguesia de Santiago, pertencente a José Simeões da Costa.

Aprovação da acta: - Não havendo mais nada a tratar, pelo Senhor Presidente da Comissão Administrativa foi declarada encerrada a reunião em dezasseis horas do que faz consta se lavrou a presente acta, que depois de aprovada em conjunto, no tenor do parágrafo primeiro do artigo trezentos

Expropriação de terrenos para o programa S.A.L. de Tavira :-

O Senhor Presidente cordiou que se realizem no dia treze deste mês uma reunião com a Associação de Proprietários Triunvirato de São João, grupo coordenado do S.A.L. de Tavira e Central de Lisboa, além de representantes do concórcio daqueles Sênicos e do proprietário da Horta da Bela Fria, George Rosado, a fim de se iniciar o processo de negociação da Horta da Bela Fria, para execução do programa S.A.L. desta cidade.

As conclusões constantes da acta do acordo realizado que depois de lida e explicada nas cláusulas e condições que a integram, a Comissão deliberou por unanimidade aprová-la. Foi deliberado solicitar que a Comissão de Avaliação da propriedade urbana da República de Finanças proceda à avaliação dos terrenos que vão ser objecto de expropriação a fim do processo ser submetido à apreciação do Gabinete do Planeamento do Alqueve, e ainda de que vai liquidar o valor que n'ela se acordado.

5

81403

Piromaria Municipiul de Taurisa
(Aquisiția de terenuri)

Auto de Medicină

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

O DIRECTOR NACIONAL DO SAAL

[Handwritten Signature]

OBRA COMPARTICIPADA PELO FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

Auto de medição de trabalhos nº 1 referido a 1 / 9 / 1976 Processo 39/SAAL/ALGARVE

Distrito PARO Concelho TAVIRA

Entidade participante CAMARA MUNICIPAL DE TAVIRA

Designação da obra Aquisição do Terreno para a Operação SAAL (12. Maio - Tavira)

Prazo até / /

SITUAÇÃO

81403

Designação	Data da Portaria	Diário do Governo		Importâncias
		Nº	Data	
<u>Verba para aquisição de terreno conforme despacho de S. Ex^{ta}. o Ministro da Habitação, de 27/6/76</u>				<u>3.484.900\$00</u>

Importância deste ano \$ Participação e reforços 3.484.900\$00
 Descontos: Liquidações anteriores \$
 Por prorrogação automática \$ Liquidação presente 3.484.900\$00 3.484.900\$00
 \$ Saldo - \$ -
 Importância a liquidar 3.484.900\$00

A este auto de medição de trabalhos corresponde conforme medição feita no verso a importância a liquidar de esc. 3.484.900\$00 (TRÊS MILHÕES QUATROCENTOS E OITENTA E QUATRO MIL E NOVECENTOS ESCUDOS.).

Observações Verba autorizada por S. Ex^{ta}. o Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção, em despacho de 27.6.76, erarado sobre o Ofício da Câmara Municipal de Tavira, de 22/6/76.-

Mod 284

CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA
A Entidade Participante

[Handwritten Signature]

O COORDENADOR DA REGIONAL SAAL
[Handwritten Signature]

[Handwritten Signature]

Visto em / /

O Eng^o Chefe da Divisão

Processado
Relv 06 13/9/76

CP/0 23:627-A/1

OS PROJETOS E DOCUMENTOS AFINS DAS OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA

2.4 PROJETO PARA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 1º DE MAIO (TAVIRA)

- 1 - Memória descritiva [Arquivo Central da Universidade do Algarve, pasta n.º2, "Processo n.º Op. SAAL 214/75 08.14, Gabinete de Planeamento do Algarve, Bairro da AM Amigos Unidos de Cabanas, 1975, 14-SAAL-15]
- 2 - Axonometria de conjunto (dez. 1975)
- 3 - Plantas dos pisos 1 e 2, com indicação das tipologias dos fogos (jan. 1976)
- 4 - Alçados e cortes (jan. 1976)
- 5 - Centro Recreativo e Cultural (planta, alçados, cortes e axonometria, jun.1977)
[CD25A, espólio João Moitinho]

MEMÓRIA DESCRITIVA

INTRODUÇÃO

O presente projecto de Urbanização e Arquitectura está integrado na operação SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local), organismo técnico especial do Fundo de Fomento da Habitação, criado em despacho conjunto do Ministério da Administração Interna, e do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente a 6 de Agosto de 1974 - "Em face das graves carências habitacionais...organizar um corpo técnico especializado...para apoiar... as iniciativas das populações mal alojadas...".

É portanto para um grupo da população da cidade de Tavira, economicamente muito insolvente e vivendo neste momento em precárias condições de habitação, que se destina o conjunto habitacional.

Tem por outro lado este projecto características muito especiais que o fazem distinguir de um processo de projecção dito tradicional. Neste caso o projecto foi elaborado em diálogo permanente entre os futuros utilizadores constituídos em Associação de Moradores, e uma equipa técnica por eles requisitada.

Foi deste diálogo extremamente difícil entre os técnicos (pertencentes a um grupo social muito bem definido) e os associados (proletários, que toda a vida foram explorados e que no caso de Tavira têm infelizmente muito pouca consciência de classe) que terá resultado o projecto que corresponde aos anseios funcionais e culturais da maioria dos associados, e aos limites técnicos do local onde se desenvolve a urbanização as condicionantes construtivas e económicas da execução da obra e da capacidade da equipa que o elaborou.

A INTERVENÇÃO NA CIDADE DE TAVIRA

Para se compreender o grupo social que constitui a Associação de Moradores 1º de Maio, teria sido necessário estudar profundamente o meio

sócio-económico em que ela está inserida, as raízes histórico-culturais dos espaços que habitam, e outros aspectos que nos levassem a tirar algumas conclusões, que nos servissem de base para avançar propostas formais e funcionais culturalmente correctas.

Infelizmente este estudo não pode ir além de uma observação das realidades sociais mais evidentes, de um pequeno inquérito em que a amostragem foi apenas as famílias que constituem a associação, e uma breve consulta à pouca bibliografia sobre a história da cidade a que tivemos acesso.

É mais que evidente que economicamente Tavira é hoje uma cidade em nítido declínio.

Até aos séculos XVI e XVII o comércio do seu porto e o apoio militar que esta dava às praças do Norte de África, fizeram dele um dos mais importantes de Portugal e durante largo tempo o mais importante do Algarve.

Porém com o abandono das Praças de África, o açoreamento progressivo da barra do seu porto que condicionava o acesso aos navios de maior porte tanto de carga como de pesca, foram estrangulando a economia da cidade. Hoje em dia o rendimento do seu porto é ridículo comparado com o que foi anteriormente. A indústria está totalmente ausente, as grandes armações do atum foram fechando e por continuidade as fábricas de conserva de peixe, as fábricas de moagem, etc. O turismo que alterou profundamente a fisionomia de grande parte do Algarve, também não lhe conseguiu dar uma nova vida económica. Até há pouco tempo grande número de pessoas vivia dos serviços de apoio aos recrutas que vinham receber instrução ao quartel, com o aluguer de quartos, a lavagem de roupas, a preparação de refeições, o número de cafés, esplanadas (actividades lúdicas) é desproporcionado comparado com o número de habitantes e da sua capacidade económica, apenas justificados pela frequência dos tropas. Neste momento com a profunda alteração na prestação do serviço militar há já famílias, que viviam

exclusivamente do apoio ao quartel, que se sentem em grandes dificuldades económicas. Há cafés que fecham ou se encontram com grandes dificuldades para subsistir. Por outro lado a última fábrica de conservas (50 operários) está em riscos de fechar.

Quase sem operariado, com pescadores que se dedicam a lides muito artesanais e têm muito pouca consciência de classe (basta dizer que o movimento sindicalista é praticamente nulo) e por outro lado com uma forte burguesia de pequenos e grandes proprietários que se formou ainda durante o período de maior esplendor comercial e marítimo da cidade, e que vendo os seus privilégios extraordinariamente ameaçados, o ambiente político é extremamente conservador para não dizer mesmo reaccionário. O movimento popular está praticamente ausente, sendo todas as iniciativas populares imediatamente estranguladas pelo boato, a calúnia dos tradicionais caciques locais.

Mas é muito importante focar que pelos mesmos motivos económicos não houve em Tavira uma segregação espacial muito nítida, a classe mais desfavorecida economicamente não foi empurrada para um local menos privilegiado da cidade, os membros da Associação vivem distribuídos pontualmente por todo o tecido urbano, exceptuando os locais de construções novas (Horta d'El Rei) onde as rendas são naturalmente incomportáveis.

A origem histórica da cidade remonta à colonização Árabe que ainda é bem visível na estrutura de algumas das suas ruas. O seu património arquitectónico é muito rico, os seus edifícios mais antigos, ao que consta na grande maioria poupados no tremor de terra de 1755, são de grande originalidade principalmente nas coberturas.

Tavira acaba por ser das cidades da costa Algarvia que melhor conservou uma integridade arquitectónica mais pura, principalmente por o seu crescimento não ter levado à destruição de edifícios antigos para os substituir por outros economicamente mais rentáveis, de qualquer modo o que se fez de novo é francamente mau.

A HORTA DA BELA-FRIA - A URBANIZAÇÃO PROPOSTA

O terreno onde se desenvolve a urbanização está situado numa zona de aluvião, na base da encosta Norte da Muralha do antigo castelo, de vestígios ainda bem visíveis, Foi nessa encosta que se implantou a tradicional mouraria (local para onde eram segregados os antigos ocupantes do castelo, normalmente para a encosta do castelo de pior insolação; o mesmo sucedeu em Lisboa). A horta da Bela Fria terá sido sempre uma zona de cultivo, embora situada apenas a cerca de 300 metros do centro da cidade.

Se por um lado esta terá sido a zona da cidade que terá tido menor crescimento, por outro a cidade não desenvolveu actividades terciárias no seu centro de tal importância que se possa considerar que uma zona a 300 metros do centro tem uma importância extraordinária.

A integração urbana assumia pois grandes responsabilidades, numa cidade com um belíssimo património arquitectónico (embora muitos dos seus edifícios estejam muito mal cuidados), numa zona de tão profundas raízes culturais árabes, a estrutura da rua tradicional tinha de se manter apoiando fortemente os edifícios em ruas estreitas que produzissem boas e acolhedoras sombras, segregando ao máximo o trânsito automóvel em privilégio do peão. Como o Plano Director da cidade definia o eixo da estrada da Bela Fria-Rua dos Pelames como via a reestruturar para uma ligação mais directa ao centro da cidade, esta terá bastante movimento automóvel, que interessa considerar apenas como via de circulação. Criou-se assim um arruamento interior paralelo ao outro mas muito mais privado, com o trânsito automóvel condicionado, mas fortemente penetrado pelo passeio do eixo principal através de vazados nos edifícios que unem as duas ruas. Na rua interior pretende-se criar uma vida própria comunitária entre os membros da Associação, para isso articulámos todas as entradas dos edifícios com esse arruamento, virámos para ele os espaços do fogo com maior intensidade de utilização (sala e cozinha que dão para uma varanda) de onde as mães podem ver os filhos brincar, e ter a percepção de tudo o que se passa na rua.

TIPOLOGIA DO FOGO

O desejo inicial da maioria dos membros da Associação, era a vivenda isolada com um quintal particular, tivemos de lhes provar que se assim fosse o terreno não chegaria, ou então teríamos de passar para o outro lado da rua quebrando a unidade entre todos os Associados, este desejo foi ultrapassado e conseguimos propor a solução que nos parecia mais correcta para o local, bandas de lotes de dois pisos com o tradicional esquerdo-direito. Criaram-se assim 14 lotes com 56 fogos.

Do inquérito realizado havíamos tirado a conclusão de que a maioria da tipologia dos fogos eram os T3 e T2, foi sobre essa base que desenvolvemos o lote tipo, dando-lhe a possibilidade de crescimento nas extremidades.

Pretendeu-se ainda fazer uma releitura da arquitectura tradicional Algarvia nos edifícios, criando-lhes grandes zonas cegas, apenas abertas por pequenas frestações, debroando os edifícios com faixas estucadas que serão pintadas do gosto dos utilizadores, elegendo a portada em detrimento da pressiana, propondo na mesma cobertura 2 tipos de solução: terraço e telhado.

No fogo criaram-se duas zonas distintas: a zona de quartos e a zona de estar (interior e exterior) a cozinha e mais por uma questão de conveniência económica a instalação sanitária. Estas duas zonas são ligadas por um hall que tem acesso directo a um amplo patim de escadas.

Criou-se ainda um segundo acesso do fogo através da cozinha. Esta solução que embora nós consideremos que possa continuar a segregar um pouco a função da dona de casa, que o marido ainda vê muito fechada na cozinha, outra solução seria neste momento, culturalmente ainda mais agressiva. Por outro lado tentou-se anular esta proposta tornando impermeável a passagem interior para a cozinha através da sala de jantar e de estar, onde naturalmente estará a maior parte do tempo o resto da família, possivelmente a ver televisão. Pareceu-nos pois mais importante a articulação interior das diversas zonas da casa do que os acessos exteriores.

TIPOLOGIA DO FOGO

O desejo inicial da maioria dos membros da Associação, era a vivenda isolada com um quintal particular, tivemos de lhes provar que se assim fosse o terreno não chegaria, ou então teríamos de passar para o outro lado da rua quebrando a unidade entre todos os Associados, este desejo foi ultrapassado e conseguimos propor a solução que nos parecia mais correcta para o local, bandas de lotes de dois pisos com o tradicional esquerdo-direito. Criaram-se assim 14 lotes com 56 fogos.

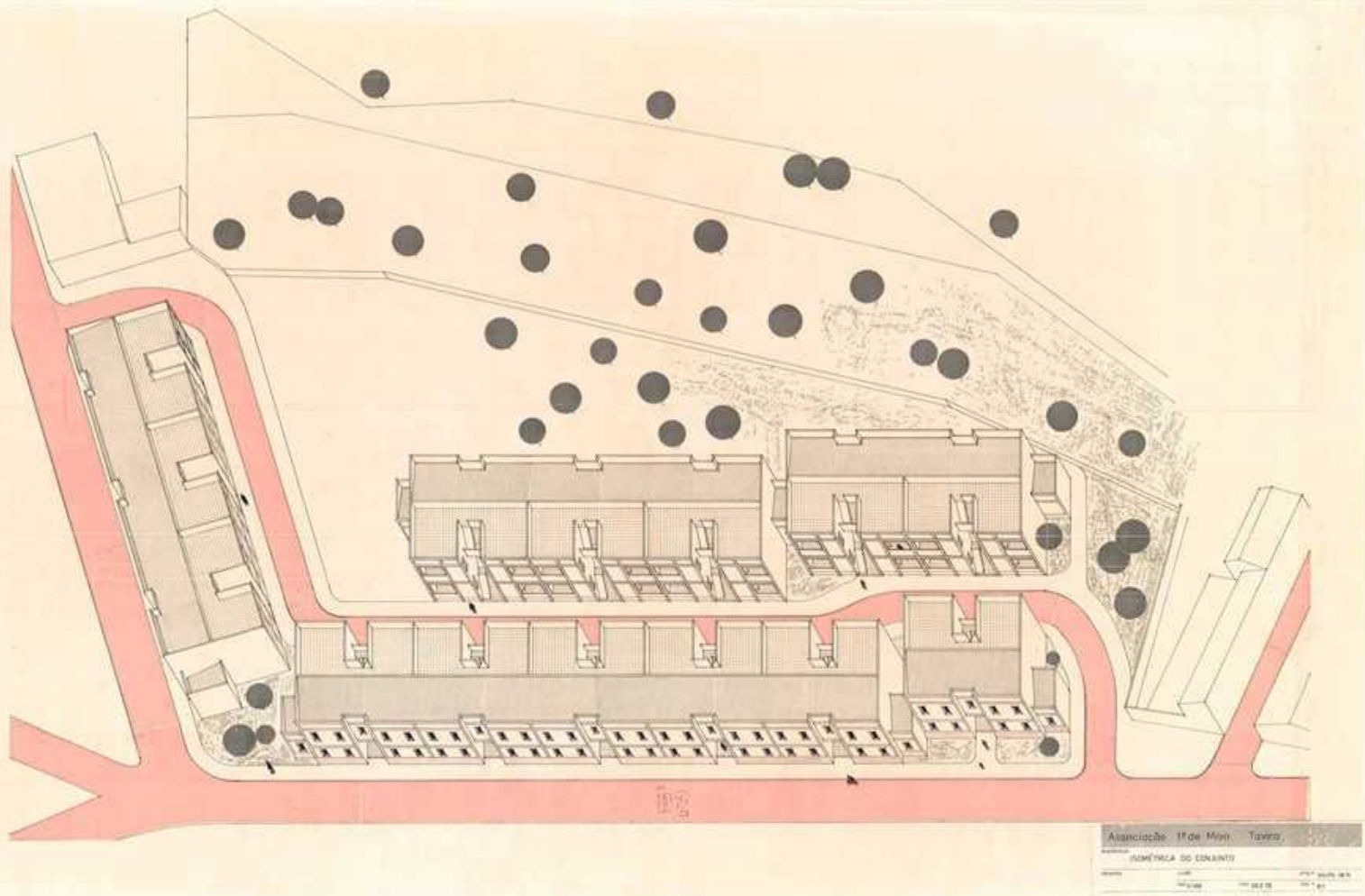
Do inquérito realizado havíamos tirado a conclusão de que a maioria da tipologia dos fogos eram os T3 e T2, foi sobre essa base que desenvolvemos o lote tipo, dando-lhe a possibilidade de crescimento nas extremidades.

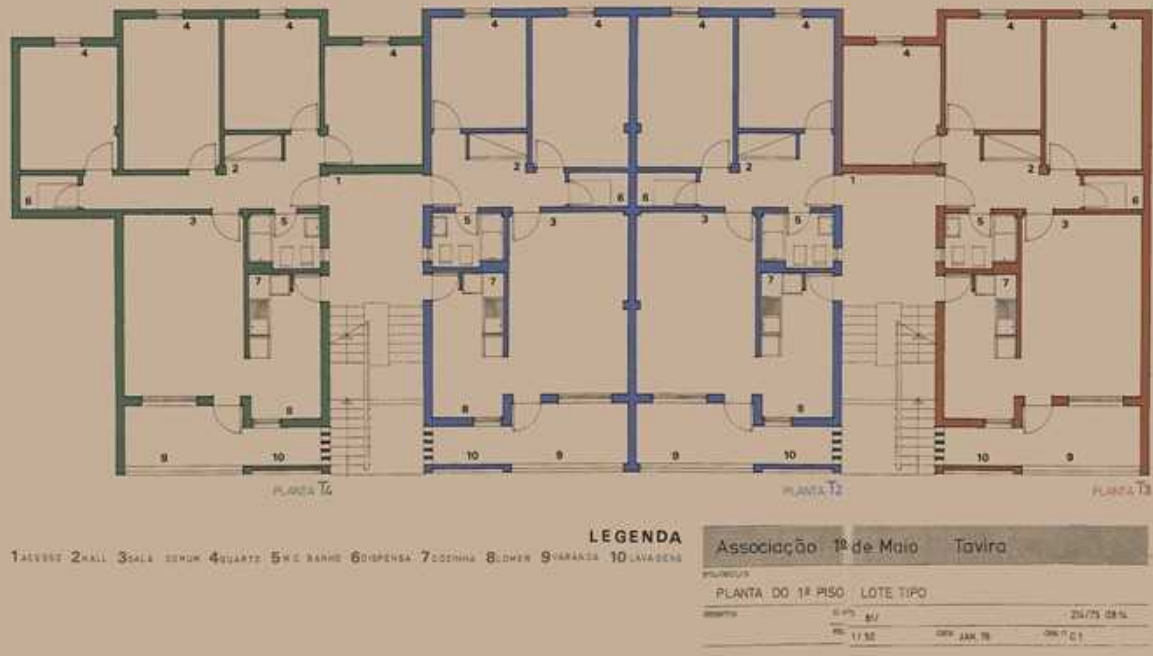
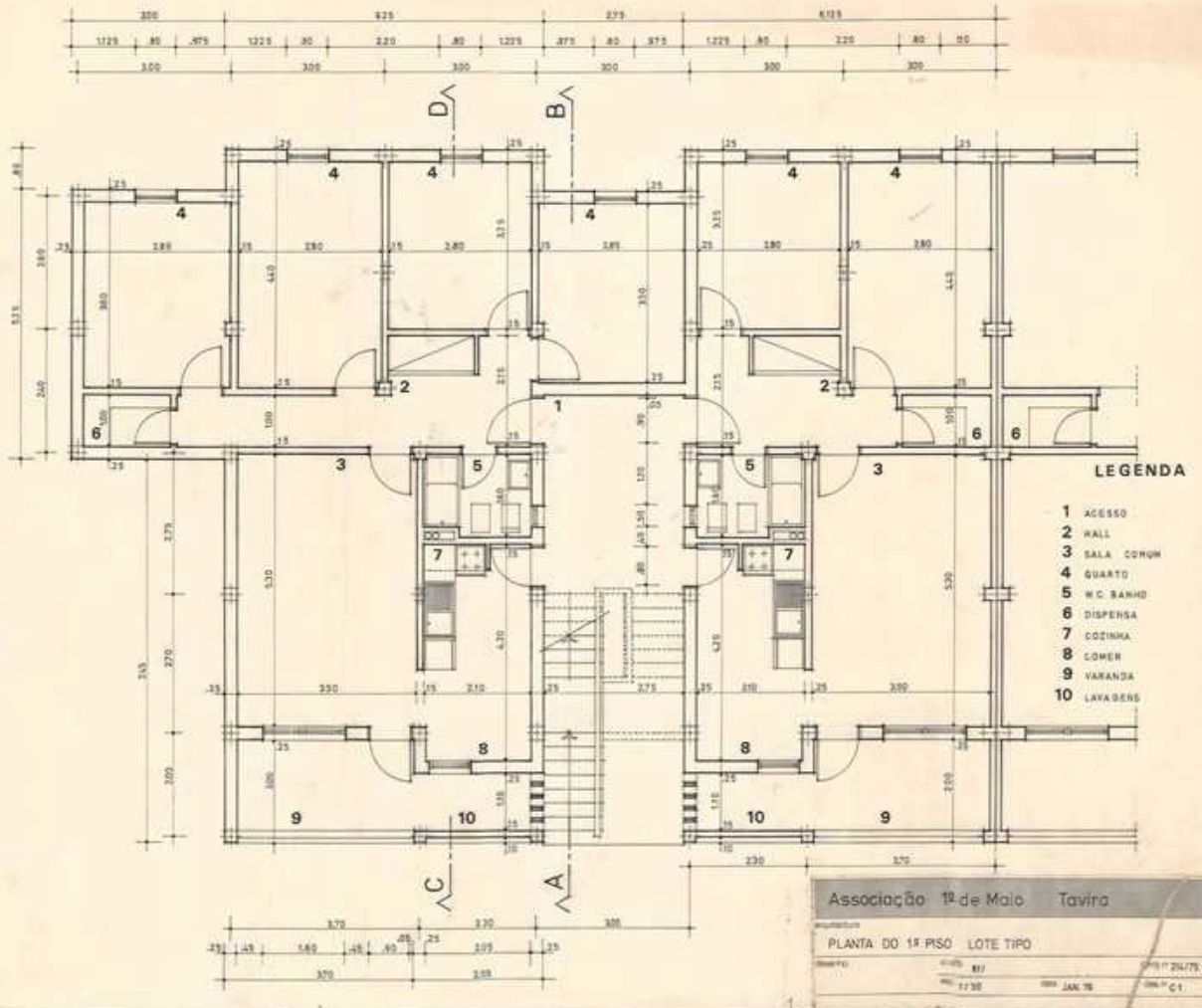
Pretendeu-se ainda fazer uma releitura da arquitectura tradicional Algarvia nos edifícios, criando-lhes grandes zonas cegas, apenas abertas por pequenas frestações, debruando os edifícios com faixas estucadas que serão pintadas do gosto dos utilizadores, elegendo a portada em detrimento da pressiana, propondo na mesma cobertura 2 tipos de solução: terraço e telhado.

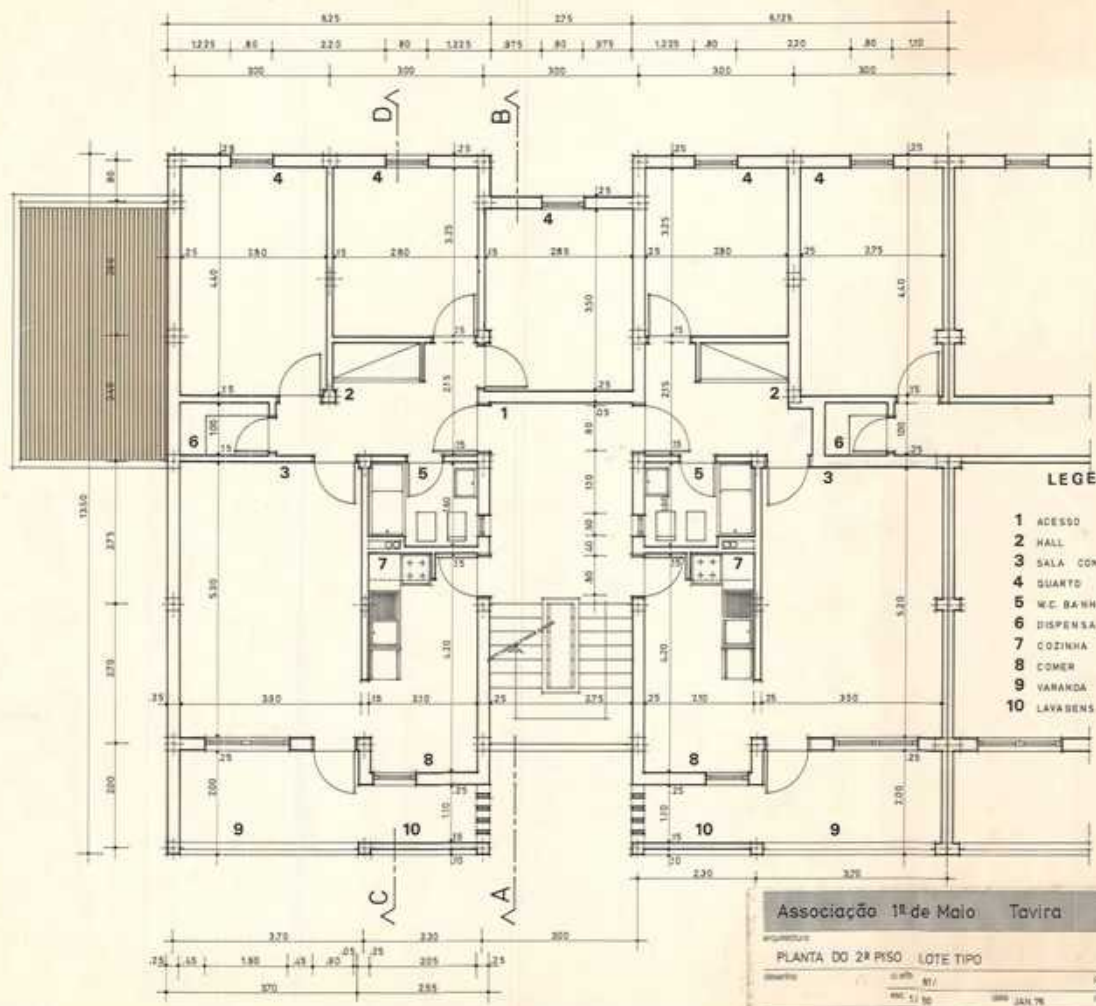
No fogo criaram-se duas zonas distintas: a zona de quartos e a zona de estar (interior e exterior) a cozinha e mais por uma questão de conveniência económica a instalação sanitária. Estas duas zonas são ligadas por um hall que tem acesso directo a um amplo patim de escadas.

Criou-se ainda um segundo acesso do fogo através da cozinha. Esta solução que embora nós consideremos que possa continuar a segregar um pouco a função da dona de casa, que o marido ainda vê muito fechada na cozinha, outra solução seria neste momento, culturalmente ainda mais agressiva. Por outro lado tentou-se anular esta proposta tornando impetrável a passagem interior para a cozinha através da sala de jantar e de estar, onde naturalmente estará a maior parte do tempo o resto da família, possivelmente a ver televisão. Pareceu-nos pois mais importante a articulação interior das diversas zonas da casa do que os acessos exteriores.

O quintal privado que quase todos pediam foi dentro do possível substituído por uma ampla varanda com duas zonas distintas: a do tanque da roupa e uma zona de estar.







LEGENDA

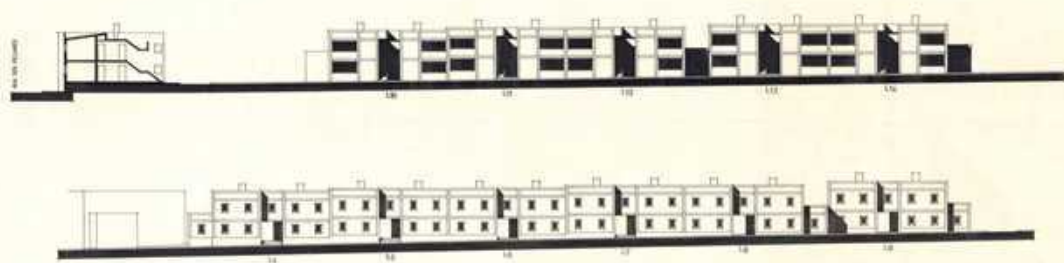
- 1 ACESSO
- 2 HALL
- 3 SALA COMUM
- 4 QUARTO
- 5 W.C. BANHO
- 6 DISPENSA
- 7 COZINHA
- 8 COMER
- 9 VARANDA
- 10 LAVABENS

Associação 1ª de Maio Tavira

arquitectura

PLANTA DO 2º PISO - LOTE TIPO

desenho	escala	IPSP 20/75 DN
8/7	1/50	
1987 JAN 76	1987 JAN 76	1987 C2

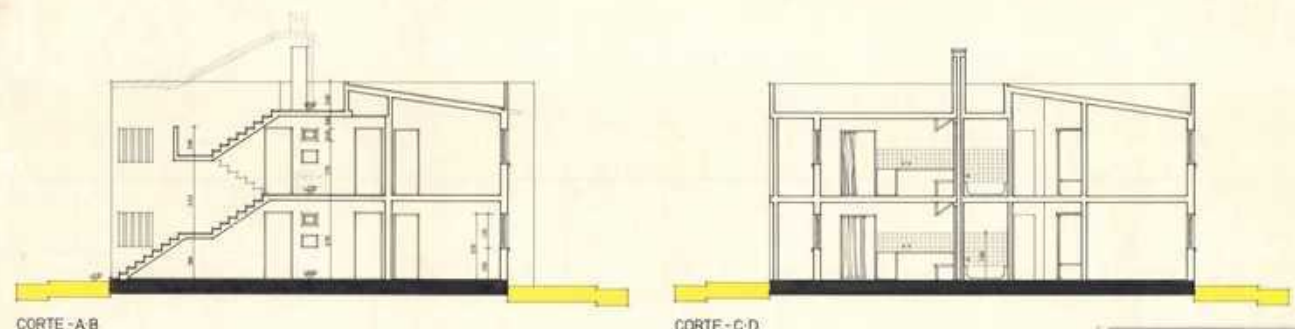


Associação 1ª de Maio Tavira

ALZAVAS PRINCIPAIS DOS LOTES 6/11, 12, 13, 14

POTENCIONAIS - 1:100

desenho	escala	IPSP 20/75 DN
8/7	1/50	
1987 JAN 76	1987 JAN 76	1987 C2



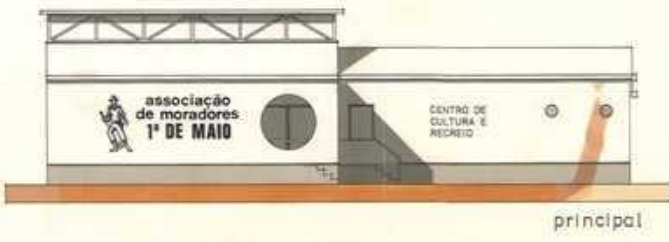
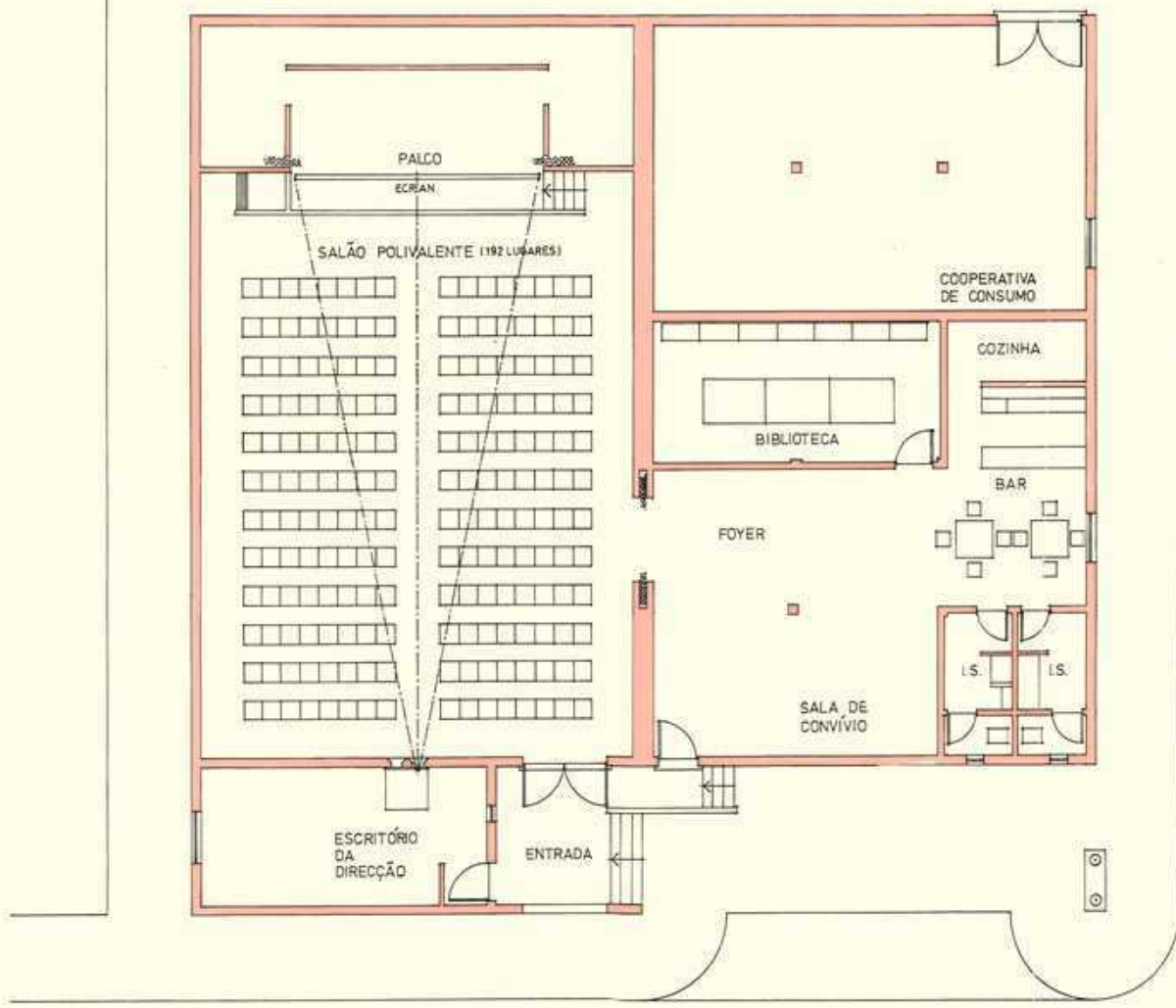
COORTE - A-B

COORTE - C-D

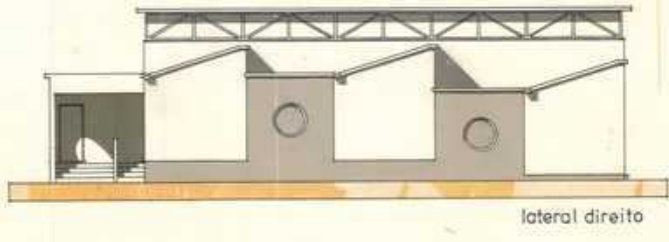
Associação 1ª de Maio Tavira

CORTE A-B - C-D

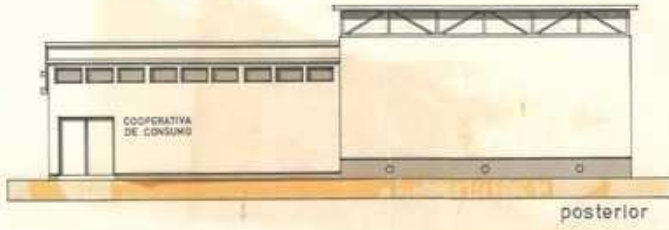
desenho	escala	IPSP 20/75 DN
8/7	1/50	
1987 JAN 76	1987 JAN 76	1987 C2



principal



lateral direito



posterior



lateral esquerdo

Associação de Moradores 1º de Maio - Tavira	
Equipamento Colectivo	
1ºº CENTRO DE CULTURA E RECREIO	
Alcaldes	
Escala: 1:50 Data: 1977 Autor: J. M. S.	5



Associação de Moradores Tril de Maio - Tavira

Equipamento Colectivo

Centro de Cultura e Recreio

Perspectiva

OS PROJETOS E DOCUMENTOS AFINS DAS OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA

2.5

PEDIDO DE SUBSÍDIO A FUNDO PERDIDO E EMPRÉSTIMOS DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 1º DE MAIO (TAVIRA)

- 1 - Pedido do subsídio a fundo perdido ao FFH e estudo socioeconómico [arquivo do IHRU, “ex-FFH”, dossier 8423 “08.04.06.07.10 / 08..11.14.16 D.H.S. Subs. Não reemb. Ass. Mor. 1º Maio, Tavira” - Maio 1976]
- 2 - Concessão do subsídio a fundo perdido ao FFH [arquivo do IHRU, “ex-FFH”, dossier 8440 “Pasta 1. D.H.Sul. Fundo Perd. Ass. Morad. C. Municipais” - Associação de Moradores “1º de Maio” - Tavira. Faro-Tavira. Fundo Perdido]
- 3 - Empréstimos concedidos pelo FFH [arquivo do IHRU, “ex-FFH”, dossier 8416 “Sul. Ass. Morad. S.A.A.L. Distrito Faro. Empréstimos. B-62. Pasta 6” - 3.3.4.08.01 Associação de Moradores “1º de Maio” - Tavira. Const. De 62 fogos. Faro-Tavira]

H FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

processo n.º _____
código _____

entidade DISTRITO DE FARO

assunto SUBSÍDIOS A FUNDO PERDIDO
SAPL

local _____

referências _____

H FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

08.14

G. M.

1º de Maio

capilha n.º Subsidio a fundo Perdido à G.M.
assunt 1º de Maio - Taxixa, para a
construção de 9 fogos, de Esc.
4770 000 \$00
Reforço 810 000 \$00
códig

processo n.º 1199/DC

M. H. U. C.

Comend. A' D.S.F.A para
cobrimento e abitação de portaria
segundo de submeter ao C.A. com
a propost. de emissão de 90c/fogo

21/5/76
J. J. G. L.
maj. g.

A alta consideração de Sua Excelência o mini-
stro

É de aprovar.

Conselho Administrativo do Fundo de Fomento
da Habitação, em 20/8/76

PRESIDENTE,

M. M. M. M.

Ver acta C.A. de 20/8/76

26/8/76

M. M. M.

Prop^o n.º 211 / SAAL / Algarve

Referência Proc^o n.º 39/SAAL

1164

ASSUNTO Portaria - subsídio a fundo perdido
Associação de Moradores 1º de Maio
Tavira

À Comissão Directiva

Vimos propor que seja publicada uma portaria para a concessão da verba de esc.: 810.000\$00 (oitocentos e dez mil escudos) à Associação de Moradores 1º de Maio, de Tavira, cujos estatutos foram publicados em Diário do Governo n.º 203 - IIIª série, de 3/9/75.

Esta verba refere-se ao subsídio a fundo perdido a conceder a aquela Associação de Moradores para construção de mais 9 fogos, na base de 90.000\$00/fogo por motivo do aumento de igual número de sócios conforme justificação que se junta.

Anteriormente e por portaria de 31/12/75, publicada em Diário do Governo n.º 29 - IIª série, de 4/2/76, foram concedidos à referida Associação esc.: 4.770.000\$00, para a construção inicial de 53 fogos na base de 90.000\$00/fogo.

SERVIÇO DE APOIO AMBULATORIO LOCAL, em 18 de Maio de 1976

PEL'COMISSÃO INSTALADORA DA REGIONAL DO ALGARVE

J. M. M.

João Mário Mascarenhas

✓
Zey

Exm^o. Sr.

Arq. Bernardino Ramalhete

Coordenação Regional do SAAL - Algarve

Av. 5 de Outubro, 125-8^o

L I S B O A

Exm^o. Senhor

Temos a informar que a Associação de Moradores "1^o de Maio" de Tavira admitiu mais 9 sócios. Vem-se assim pedir que lhe seja concedida a verba de 810 contos (na base dos 90 contos por fogo, como foi atribuída a verba anterior) correspondente ao respectivo aumento de sócios.

Cabanas, 3 de Maio de 1976

O Chefe da Equipa de Apoio Local

JOAQUIM TORA

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 1º DE MAIO
TAVIRA

ESTUDO DE RENDIMENTOS

FAMILIARES

- 6 % - Sem rendimentos
- 32 % - Inferiores ao salário mínimo
- 15 % - Variáveis afectos ao sector da pesca
- 10 % - Auferem o subsídio de desemprego da Construção Civil
- 2 % - Têm o ordenado mínimo nacional
- 32 % - Ganham mais de 4.000\$00
- 3 % - Têm um rendimento superior a 8.000\$00

Bert...

RELATÓRIO

CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS PARA CONSTRUÇÃO

ASSOCIAÇÃO 1º DE MAIO DE TAVIRA

1. Identificação da operação

A velha cidade de Tavira, de profundas raízes históricas e culturais, terá sido das principais vítimas no último século da Revolução industrial. De facto, de uma das principais cidades da costa Algarvia, importância que é bem visível na sua velha arquitectura, tem vindo a perder progressivamente a sua vitalidade, ao ponto de nos últimos tempos com a ineficácia do seu porto, que se reflecte na produtividade da pesca, com o encerramento gradual das poucas fábricas de conservas e o total abandono a que foi votada no planeamento económico regional, levou-a a depender quase exclusivamente do comércio de apoio ao Conselho, do turismo, e mesmo este foi muito pouco incrementado, mas principalmente do quartel.

É curioso verificar como os serviços de apoio aos sargentos milicianos que vinham fazer a recruta se desenvolveram provocando um enorme desequilíbrio na criação de serviços, muito para além dos essenciais à população fixa da cidade. É assim que muitas famílias vivem à custa dos rendimentos, no aluguer de quartos, lavagem de roupa ou fornecimento de refeições aos recrutas, grande parte dos cafés e esplanadas sobrevivem da frequência dos tropas, as filhas da terra procuram casar com os recrutas e partir; os rapazes também partem procurando trabalho noutras terras mais prósperas.

Não se criando novas indústrias e novos empregos e com a partida dos elementos mais jovens da população, esta vai envelhecendo e perdendo o seu dinamismo, e a cidade vai morrendo a pouco e pouco.

A população com menores capacidades económicas, vivendo em mais precárias condições de habitação que se juntaram na Associação de Moradores SAAL, nunca foram segregados das zonas centrais da cidade pois esta nunca atingiu um desenvolvimento capitalista tal que a levasse à grande especulação do so-

lo urbano. Os sócios, na grande maioria, vivem disseminados no tecido urbano, em edifícios de piso térreo muito antigos, em que a sobreocupação é constante, sem infraestruturas, e geralmente muito deteriorados. O trabalho inicial com a associação, feito antes da chegada da equipa de apoio, introduziu muito fortemente a ideia do bairro novo, que levou posteriormente à recusa da proposta de renovação feita pela equipa.

2. Identificação da Associação

A Associação que adaptou o nome de 1º de Maio, inclui 53 agregados familiares num total de 214 pessoas.

Os estatutos aprovados em Junho, antes da chegada da equipa, e enviados para publicação em princípios de Agosto ainda não foram publicados; os corpos gerentes provisórios foram eleitos em Setembro.

A estrutura etária da população da cidade reflecte-se naturalmente na composição da Associação. As grandes falhas nos grupos de idades dos 25 aos 45 de ambos os sexos tornam a associação muito pouco dinâmica em elementos com capacidade de direcção. A falta de consciência de classe da maior parte dos membros, (inexistência de uma forte classe operária na cidade) a dispersão das suas residências por toda a cidade, não lhes cria uma grande unidade de vizinhança e de entreaajuda não se reflectindo portanto o espírito revolucionário que seria indispensável ao avanço da Associação.

3. Fogos a construir

Os 53 novos fogos a construir, que se desenvolvem em 3 bandas de lotes de 2 pisos, com direito e esquerdo, têm uma evolutibilidade muito relativa, e distribuem-se do seguinte modo: 7T1 (de casais velhos ou de pessoas que vivem sós), T2, T3, T4, T5.

Todos os fogos, em princípio, serão construídos numa única fase.

4. Preço da operação

Embora não tenhamos a capacidade necessária para determinar, mesmo em es

tudo simples o preço da operação, poderemos calcular superficialmente que cada lote poderá custar entre 800 e 900 contos (190 m² de área implantada); cada fogo custará o preço médio de 200 a 225 contos (independentemente do tipo). A operação custará entre 10.600 contos e 13.250 contos.

5. Subsídio a fornecer

Na opinião da equipa os membros da Associação são de tal modo insolventes que o fundo perdido nunca podará ser inferior aos 90 contos.

6. Justificação do subsídio

Apenas 28% da população é activa distribuindo-se proporcionalmente pelos 3 sectores; assim temos 7% no primário (5,5% pescadores, 1,5% rurais), 10% no secundário (2% na indústria, 8% na construção civil - com grandes riscos de desemprego) e 10% no terciário. Dos 72% da população inactiva 3,5% são desempregados, 7,5% são velhos e doentes. SENDO O RESTANTE CRIANÇAS E DOMÉSTICAS.

Os ordenados dos rurais são miseráveis, os dos pescadores variáveis segundo a sorte da pesca, é impressionante pensar na importância e capacidade do antigo porto de Tavira comparado com o de agora.

Assim 6% dos agregados não têm qualquer reforma, 34% dos rendimentos são inferiores aos do ordenado mínimo, 15% dependentes de pescadores que como se sabe são muito variáveis, 10% do subsídio de desemprego de trabalhadores da construção civil, apenas 2% têm o ordenado mínimo nacional, 32% ganham mais de 4 contos e apenas 4% mais de 8 contos.

É natural que sómente 36% possam dispensar mais de 400\$00 mensais para a amortização do empréstimo, pois os outros não podem contribuir com muito mais de 200\$00

Não nos parece que a Associação tenha capacidade suficiente para desenvolver processos paralelos na construção para reduzir o preço da construção, até este momento a Associação não procedeu às tarefas propostas pela equipa para contactar os fornecedores de materiais, contacto de pedreiros, de um empreiteiro de confiança, a Associação ainda não tomou o corpo necessário, as discussões e resoluções em Assembleia são muito lentas, embora há já quase um a-

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

OBRA COMPARTICIPADA PELO Fundo de Fomento da Habitação

Auto de medição de trabalhos nº L referido a 25 / 11 / 1976 Processo _____

Distrito Faro Concelho de Tavira

Entidade participante Associação de Moradores "1º de Maio"

Designação da obra encargos relativos à operação SAAL (Construção bairro Tavira)

Prazo até / /

SITUAÇÃO

Designação	Data da Portaria	Diário do Governo		Importâncias
		Nº	Data	
Subsídio não reembolsável		263 IIª	10/11/76	810.000\$00

Importância deste ano \$ Participação e reforços 810.000\$ 00

Descontos: Liquidações anteriores \$

Por prorrogação automática \$ Liquidação presente 810.000 \$ 00 810.000\$ 00

..... \$ Saldo 810.000\$ 00

Importância a liquidar 810.000 \$ 00

A este auto de medição de trabalhos corresponde conforme medição feita no verso a importância a liquidar de esc. 810.000\$ 00 (Oitocentos e Dez mil escudos)

Observações _____

Associação de Moradores "1º de Maio"



Engenheiro Participante
Rodrigo Baptista

O Engenheiro

O Engº Chefe da Divisão

ASSOCIAÇÃO de Moradores " 1º de Maio "
 LOCAL Tavira
 CONCELHO Tavira
 Nº REF.
 EQUIPA

MATERIAIS

CONTROLE DA OBRA

60 fogos em 14 lotes 2 c/ 3 pisos
 12 c/ 2 pisos

ESCOLHA
 ENCOMENDA
 ENTREGA

PERCENTAGEM EXECUTADA A DATA 20/11/26

10 20 30 40 50 60 70 80 90 100

FUND.	ABERTURA DE CABOUÇOS 10/14 - 71%		X												
	ENCHIMENTO DE FUNDACÕES 10/14 - 71%		X												
ALVENARIAS E ELEVACÃO	ARMADURAS 33% PILARES 30/60 - 50%		X												
	COFRAGEM E BETONAGEM DE PILARES 24/60 - 40%		X												
	ALVENARIAS DE ELEVACÃO 24/60 - 40%		X												
	COFRAGEM E BETONAGEM DE VIGAS E LINTEIS 22/60 37%		X												
LAJES E COBERTURAS	COLOCAÇÃO DE ELEMENTOS DE LAJES 20/60 - 33%		X												
	BETONAGEM DE LAJES 20/60 - 33%		X												
	IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAGES - 0%		-												
	REVESTIMENTO DE COBERTURAS TELHADO - 0%		-												
		TERRAÇO - 0%		-											
BET. EMB.	ENROCAMENTO E BETONILHA DE PAVIMENTOS 18/14 - 57%		X												
	EMBOÇO DE PAREDES E TECTOS 7/60 - 12%		X												
INSTAL. TÉCNICAS	ELECTRICIDADE	ROÇOS 4/60 - 7%		X											
		TUBOS E CAIXAS - 0%		X											
		FIOS E DISPOSITIVOS		X											
	INSTALAÇÕES TÉCNICAS	ROÇOS 2/60 - 3%		X											
		TUBAGEM 14/60 - 23%		X											
		LOUÇAS E PERTENCES		-											
ESGOTOS	ROÇOS - 30%		X												
	TUBAGEM 20/60 - 33%		X												
ACABAMENTOS	VÃOS	INTERIORES AROS		X											
		ASSENTAMENTO		-											
		EXTERIORES AROS E CANTARIAS		X											
		ASSENTAMENTO		-											
			VIDROS		-										
			PERSIANAS		-										
	REBOCOS	INTERIORES PAREDES		-											
		EXTERIORES TECTOS		-											
	REVESTIMENTOS	CASAS DE BANHO		-											
		COZINHAS		-											
	PINTURAS	INTERIORES PAREDES		-											
		TECTOS		-											
		VÃOS		-											
		EXTERIORES PAREDES		-											
		VÃOS		-											
PAVIMENTOS	INTERIORES		-												
	EXTERIORES		-												
EQUIPAMENTO	EQUIPAMENTO E DIVERSOS		-												
	ARMÁRIOS		-												
	ROUPEIROS		-												
		BANCADAS DE COZINHA		-											

op. s. a. a. l.

Nº _____ ALGARVE
| código nº 21675-1
1606

PLANO DE DESPESA

da Associação de Moradores 1º de Maio

SETEMBRO 76 ELABOROU *Agned* DESENHOU *na* TAVIRA

DESPESA PROVÁVEL RELATIVA A CONSTRUÇÃO DE 60 FOGOS DISTRIBUIDOS POR		
SENDO:	12 COM 2 PISOS (4 FOGOS POR LOTE)	48 FOGOS
	2 COM 3 PISOS (6 FOGOS POR LOTE)	12 FOGOS
	TOTAL	60 FOGOS

ITO DE CÁLCULO CONSIDERARAM-SE OS ENCARGOS RELATIVOS A 14 LOTES E
SS AOS CAP 1, 2, 3 E 15 LOTES REFERIDOS AOS RESTANTES CAPÍTULOS

ATENÇÃO

Tem a dívida à Previdência de
1.300.733,40 no papel 250.000,00

~~1.300.733,40~~ (1.300.733,40 - 250.000,00 = 1.050.733,40)

Foi pedida uma certidão n.º 361

Não fazer qualquer auto sem fazer a
certidão.

DA HABITAÇÃO

capilha n.º Associação de Moradores

assunto "1.º de Maio" - TAVIRA

código Fauo - TAVIRA

processo n.º Fundo Perdido - 4.770.000,00

" " - 810.000,00

H FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

P O R T A R I A

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, conceder à Associação de Moradores 1.º de Maio, de Tavira em conta do Cap.º.24.º.Art.º.392.º. do Orçamento Geral do Estado para 1976, ao abrigo da alínea g) do Art.º.8.º. do Decreto-Lei n.º.583/72, de 30 de Dezembro, um reforço de Esc: 810 000\$00 ao anterior subsídio não reembolsável de Esc: 4 770 000\$00, concedido por portaria de 31 de Dezembro de 1975.

Este reforço destina-se a fazer face ao encargo resultante da construção de 9 fogos no âmbito do SAAL.

O processamento do subsídio será efectuado a solicitação da referida Associação de Moradores, acompanhada de nota sintética do andamento dos trabalhos elaborada pela equipa técnica responsável pela operação e visada pelo SAAL.

Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, em 26 de Outo de 1976

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA HABITAÇÃO E URBANISMO



Ministério das Obras Públicas
Secretaria de Estado do Urbanismo e Habitação
FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

À alta consideração de Sua Excelência o Mi-
nistro do Equipamento Social e do Ambiente,
É de estorço
Conselho Administrativo do Fundo de Fomento
de Habitação, em 31 Dec 75

O PRESIDENTE,

Mário Nave
M.N.

*Conceder. Vai a consideração
referida*

*17/12/75
y z q n
q. y*

Prop^o nº 182 / SAAL / 75

Referência Proc^o. 2 592/SAAL

2385

ASSUNTO "Portaria-Subsídio a fundo perdido
-Associação de Moradores "1^o. de Maio-
-Tavira". "

Exm^o. Senhor
Director Nacional de SAAL

Vimos propor que seja publicada uma portaria para concessão de ver-
ba de 4 770 000\$00 (quatro milhões setecentos e setenta mil escudos) à Asso-
ciação de Moradores 1^o. de Maio - Tavira" de Tavira, cujos estatutes foram
enviados ao Diário de Governo para publicação em Junho de 1975 e ainda não
foram publicados.

Esta verba refere-se ao subsídio a fundo perdido a conceder àquela
Associação de Moradores para construção de 53 fogos, na base dos 90 000\$00
(noventa centos) /fogo.

Anexa-se à presente proposta, relatório da Equipa Técnica de Apoio
Local.

SERVIÇO DE APOIO AMBULATORIO LOCAL, em 28 de Novembro de 1975

A COMISSÃO INSTALADORA DA REGIONAL DO ALGARVE

Bernardine Ramalhete

Bernardine Ramalhete

BR/MR



FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

Ministério do Equipamento Social e do Ambiente

O DIRECTOR NA TAVIRA DO SAAL

OBRA COMPARTICIPADA PELO Fundo Fomento de Habitação

Auto de medição de trabalhos nº 6 referido a 18/10/1976

Distrito Faro Concelho Tavira

Processo 39SAAL/ALGARVE

Entidade participante Associação de Moradores "1º de Maio"

Designação da obra encargos relativos à operação SAAL (construção bairro de Tavira)

Prazo até / /

SITUAÇÃO

Designação	Data da Portaria	Diário do Governo		Importâncias
		Nº	Data	
Comparticipação - subsídio não reembolsável	<u>31/12/75</u>	<u>29</u>	<u>4/2/76</u>	<u>4.770.000\$00</u>

Importância deste ano	\$	Comparticipação e reforços	<u>4770000,00</u>
Descontos:		Liquidações anteriores	<u>4135600,00</u>
Por prorrogação automática	\$	Liquidação presente	<u>634400,00</u>
	\$		<u>4770000,00</u>
	\$	Saldo	<u>- \$ -</u>
Importância a liquidar	<u>634.400,00</u>		

A este auto de medição de trabalhos corresponde conforme medição feita no verso a importância a liquidar de esc. 634.400 \$ 00 (SEISCENTOS E TRINTA E QUATRO MIL E QUATROCENTOS ESCUDOS)

Observações	CABIMENTO	PROCESSADO
ADJUDICAÇÃO	<u>4.770.000\$00</u>	
Gáb. n.º <u>26</u> de <u>1976</u>	<u>4.770.000\$00</u>	
PROCESSADO:		
- Ant. <u>4.135.600\$00</u>		<u>4.135.600\$00</u>
- Actual <u>634.400\$00</u>	<u>4.770.000\$00</u>	<u>4.770.000\$00</u>
SALDO		<u>- \$ -</u>

Associação de Moradores "1º de Maio"

O Engenheiro

Victor Fernando Pauros Peres *JOAQUIM*

Visto em / /

O Engº Chefe da Divisão

BM

1.º DE MAIO
TAVIRA



FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

capilha nº Associações de Moradores

assunto " 1º de Maio " - TAVIRA

Cont. de 62 Fogos

código Faro - TAVIRA

processo nº Emprestimo de 2sc: 13.220.000.00 ✓

Refoço de 2sc: 3.000.000.00

MHOP

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

OBRA COMPARTICIPADA PELO Fundo de Fomento de Habitação

Auto de medição de trabalhos nº 20 referido a 3 / 19 / 80 Processo 39-SAAL-Tavira

Distrito Faro Concelho Tavira

Entidade participada Associação de Moradores 1ª. da Maio de Tavira

Designação da obra Encargos relativos à Operação SAAL (60 fogos por administração directa)

Prazo até / /

SITUAÇÃO

Designação	Data da Portaria	Diário do Governo		Importâncias
		Nº	Data	
<u>Concessão de empréstimo para reforço ao anterior empréstimo (escritura realizada em 14/1/80 sob o nº. 28).</u>				
				<u>3 000 000,00</u>

Importância deste ano	\$	Comparticipação e reforços	\$
Descontos:		<u>2 000 000,00</u>	
Por prorrogação automática	\$	Liquidações anteriores	\$
		<u>1 000 000,00</u>	
	\$	Liquidação presente	\$ <u>3.000.000,00</u>
	\$	Saldo	<u>0,00</u>
Importância a liquidar	\$		

A este auto de medição de trabalhos corresponde conforme medição feita no verso a importância a liquidar de esc. 1 000 000 \$00 (um milhão de escudos).

Observações	PROCESSADO		CAMBIMENTO	
	Nº	de	ADJUDICAÇÃO	
	<u>72</u>	<u>de 3 / 6 / 80</u>	<u>3.000.000,00</u>	
	<u>66</u>	<u>de 2 / 80</u>	<u>3.000.000,00</u>	
			PROCESSADO:	
			Ant. <u>2.000.000,00</u>	
			Actual <u>1.000.000,00</u>	<u>3.000.000,00</u>
			SALDO	

Mod 284

A Entidade Participada

José António Gomes Lopes

M. J. P. P. P.
12/5/80

O Eng. Chefe da Divisão

Visto em
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
1ª. DE MAIO
dos Santos Bárbara
TAVIRA
Barros

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

Julgado de Autorizar
Conselho Administrativo do Fundo de Fomento da
Habitação, em 21/11/79

PRESIDENTE

Sobrinj

AUTORIZO

O Secretário de Estado de Habitação

23/11/79

[Signature]

A Consideração do Excmo D. H. Sul

24-10-79

Informação nº 154 / DHS/DF / 79

Referência

*S.A.E.C.P.
Para genif. da
Junta de freguesia
de Juncal*

*Francis
de Juncal
STG*

*An. Pte. Salvd. Pires
Pires
3/11/79*

ASSUNTO: Apoio Local.

Pedido de Empréstimo de 3.000.000\$00
pela A.M. 1ª de Maio de Tavira
destinado à construção de 62 fogos.

*An. Excmo. Vice-Presidente
Conselho da Imprensa Freguesia
Pires
5/11/79*

À Consideração Superior

- 1 - Pelo officio nº 3255 de 16/11/78, solicita a Câmara Municipal de Tavira a concessão do empréstimo de 3.000.000\$00 à Associação de Moradores 1ª de Maio, destinando-se esta verba à conclusão de 62 fogos.
- 2 - Foram concedidos à Associação de Moradores 1ª de Maio o Fundo Perdido no valor de 5.580.000\$00, bem como um empréstimo no valor de 13.220.000\$00, verba esta já completamente esgotada.

DC/CO

ENTR.

SAIDA

12/11/79

SP/CP/PC

[Signature]
Mod. 115

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

DIRECÇÃO DE HABITAÇÃO DO SUL

nr. _____

- 3 - Verifica-se que incluindo o presente empréstimo, o custo médio por fogo é de 350 contos aproximadamente, valor este bastante aceitável.
- 4 - O Empreendimento compõe-se de 2 T1+13 T2+44 T3+3 T4 com as seguintes áreas brutas:

Quant	Tipologia	Ab (m2)	Totais (m2)
2	T1	80,00	160,00
13	T2	95,01	1235,13
44	T3	106,21	4673,24
3	T4	123,96	371,88
			6440,25

- 5 - Com a concessão do presente reforço aos anteriores empréstimos o c.c./m2 de área bruta será de :

ESC: 3.384\$96 /m2

- 6 - Por aplicação da Portaria nº 256/79 de 2 de Junho obtem-se:

- a) Escalão de Rendimentos " I "
- b) Classe de Construção " A "
- c) Taxa de Juro inicial 5% a prazo de amortização 30 anos

- 7 - Considerando o Despacho Normativo nº 240/78 (nº5-d) e Decreto-Lei nº 268/78 de 31 de Agosto, Artº 7, propõe-se a concessão de um empréstimo no montante de Esc: 3.000.000\$00 (três milhões de escudos) à taxa inicial de 4% amortização em 30 anos à Associação de Moradores 1º de Maio, conforme minuta que se junta.

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO	
RECEBIDO 7/11/79	Delegação de Faro, N.º 13625
RESPONDIDO / /	N.º
ARQUIVE-SE / /	
ARQUIVADO / /	
Mod. 797	CLASSIFICAÇÃO
COA	210/

de Setembro de 1979.-

O Técnico

Maria do Rosário C. Nunes
(Engª Civil)

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

OBRA COMPARTICIPADA PELO Fundo de Fomento da Habitação

Auto de medição de trabalhos nº 14 referido a 11 / 1978 Processo 39-SAAL/Algarve

Distrito Faro Concelho Tavira

Entidade participada Associação de Moradores 1º de Maio de Tavira

Designação da obra Encargos relativos à operação SAAL (60 fogos por Administração Directa)

Prazo até / /

81401

SITUAÇÃO

Designação	Data da Portaria	Diário do Governo		Importâncias
		Nº	Data	
Comparticipação de subsidio reembolsável (Escritura celebrada em 5/11/76 de acordo com minuta aprovada em 26/10/76, por Sua Excelência o Secretário de Estado de Habitação e Urbanismo)				13 220 000 \$00

Importância deste ano	\$	Comparticipação e reforços	13 220 000 \$ 00
Descontos:		Liquidações anteriores	12 970 000 \$ 00
Por prorrogação automática	\$	Liquidação presente	250 000 \$ 00
.....	\$	Saldo	\$
Importância a liquidar	\$		

A este auto de medição de trabalhos corresponde conforme medição feita no verso a importância a liquidar de esc. 250 000 \$ 00 (Duzentos e cinquenta mil escudos).

Observações Em breve será enviado orçamento que tem como objectivo apresentar uma estimativa da verba necessária para a finalização da obra em causa, verba esta que foi solicitada a esta Câmara pela Associação de Moradores.

Mod 284



A Entidade Participada

Financiado por Barros e Sousa
Estanislau da Encarnação Baptista

Visto em

[Signature]

O Engenheiro

[Signature]
O Eng. Chefe da Divisão

Mário Simões Gonçalves

132

D Emprestimo

No dia cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e seis, neste Estado Nacional de Silver, perante mim Licencia da Agencia deora dos Santos. Juremos, sua notaria, comparecer a este ato:

Devedor

19.^{ta} Maria da Lameical Cabral Leitao Pedro (de Santa Rita, casada, natural da freguesia de S. Joao Baptista, concelho de Tomar e, residente habitualmente na Rua N. S. da Paz, n.º 14 - 1.º - D.º, em Lisboa, que se notaria na qualidade de architecta de primeira classe, em representacao

Vados, em mais de documentos relativos
a este Livro e ~~at~~ o nº 107, uma
credencial passada pelo Fundo de
Fomento de Habitação - Ministério de
^{x atualmente da Habitação, Planejamento e Formatação x}
Especimens Social e de Assistência;
108 e 109, duas fotocópias de atas
da Assembleia Geral e Direção da
"Associação".

Ex: liam - me o exemplar do Diário
de Governo, número 203, III Série, de
3 de Setembro de 1975, de qual
conta a publicação dos Estatutos
da aludida Associação.

No ato interfectu esta escritura
e explicou-a em seu conteúdo, tudo em
voz alta e na presença Simul fizeo de
todos os interfectuantes.

Parerei: "máximo". Interfectu: "atualmente da Habitação,
Planejamento, Construção". Parerei ainda: "primeiro".

Maria da Conceição Cabral Feitosa Pedrol de Santos R.

Victor Estanislau da Encarnação Baptista

Victor Fernando Barros Feres

A solária ~~Conceição~~ ~~Medeiros~~

leanta repita da ~~at~~ o nº 108.

OS PROJETOS E DOCUMENTOS AFINS DAS
OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA

2.6
HORAS DOS SÓCIOS
(AUTOCONSTRUÇÃO PARCIAL E
ASSISTIDA)
SELEÇÃO

Fonte: Arquivo da Associação de Moradores 1.º de Maio, Tavira

1907
E HORAS DOS
E
Sócio's
Associação de Horadados
de Maio de TAVIRA

JOAQUIM DE J. PACHECO Sócio Nº 3

MESES EFETUADAS HORAS 1976 PAGAS A DINHEIRO

Janeiro			
Fevereiro			
Março	-		
Abril			450 \$00
Maior			450 \$00
Junho			450 \$00
Julho			450 \$00
Agosto			450 \$00
Setembro			450 \$00
Outubro			450 \$00
Novembro			450 \$00
Dezembro			450 \$00 / 24 / 12 / 76

1977

Janeiro	-		450 \$00 / 14 / 1 / 77
Fevereiro	-		450 \$00 / 10 / 3 / 77
Março	-		450 \$00 / 13 / 5 / 77
Abril	-		450 \$00 / 13 / 5 / 77
Maior	-		450 \$00 / 22 / 6 / 77
Junho	-		450 \$00 / 22 / 6 / 77
Julho	-		450 \$00 / 9 / 9 / 77
Agosto	-		450 \$00 / 9 / 9 / 77
Setembro	-		450 \$00 / 22 / 9 / 77
Outubro	-		450 \$00 / 5 / 11 / 77
Novembro	-		450 \$00 / 9 / 12 / 77
Dezembro	-		450 \$00 / 10 / 1 / 78

O CUPON ESTA CASAR UM NOVO Sócio
 que fica com o nº 96 / em 23 / 12 / 75
 AUGUSTA MARIA ASSIS MATOS

30
450
1500

VICTOR FERNANDO BARROS PERES sócio N:9 ✓

HORAS

MESES EFECTUADAS 1976

PAGAS A DINHEIRO

Janeiro	
Fevereiro	
Março	30 ^H
Abril	38 ^H
Maió	31 ^H
Junho	39 ^H
Julho	50 ^H 5
Agosto	10 ^H
Setembro	31 ^H
Outubro	40 ^H 5
Novembro	32 ^H
Dezembro	27 ^H

TOTAL
359 horas

1977

Janeiro	33 ^H
Fevereiro	17 ^H 5
Março	54 ^H 5
Abril	52 ^H 5
Maió	61 ^H
Junho	47
Julho	46 ^H 5
Agosto	27
Setembro	36
Outubro	31
Novembro	32 ^H 5
Dezembro	43

$42^H \times 25\$00 = 1.025\00 4/4/77

TOTAL 406 horas + 41 horas em dinheiro

TOTAL 447 horas

MARIA DO C. BELCHIOR sócio N: 13

HORAS

MESES EFECTUADAS 1976 PAGAS A DINHEIRO

Janeiro
 Fevereiro
 Março —
 Abril 35^H
 Maio 33^H
 Junho 19^H
 Julho 39^H
 Agosto 10^H
 Setembro 34^H
 Outubro —
 Novembro —
 Dezembro —

$$11^H \times 25\$00 = 275 \$00$$

DESISTIU

Este associado deixou de fazer parte desta Associação em 12/2/77

JORGE MANUEL Q. CAETANO
HORAS

sócio N: 27

MESES EFECTUADAS 1976

PAGAS A DINHEIRO

Januário	
Fevereiro	
Março	68 ^H ,5
Abril	20 ^H ,5
Maió	28 ^H
Junho	37 ^H
Julho	10 ^H
Agosto	15 ^H
Setembro	—
Outubro	—
Novembro	24 ^H
Dezembro	17 ^H ,5

Desistiu —

1977

Januário	4 ^H ,5
Fevereiro	6 ^H
Março	—
Abril	
Maió	
Junho	
Julho	
Agosto	
Setembro	
Outubro	
Novembro	
Dezembro	

Este Associado deixou de fazer parte desta Associação em

Março

LUCIANO E. DA ~~CONDIÇÃO~~ BAPTISTA, SÓCIO N: 33

HORAS

ENCARRREGADO

PAGAS A DINHEIRO

MES ES EFECTUADAS 1976

Janeiro	
Fevereiro	
Março	6,5 ^H
Abril	3,5 ^H
Maió	12 ^H
Junho	10 ^H
Julho	25 ^H
Agosto	20 ^H
Setembro	36 ^H
Outubro	18 ^H
Novembro	29 ^H
Dezembro	13 ^H

TOTAL 163,5 horas

Deve 136,5

1977

Janeiro	8 ^H
Fevereiro	14 ^H
Março	3
Abril	26,5
Maió	10
Junho	-
Julho	18
Agosto	14
Setembro	9
Outubro	2
Novembro	10
Dezembro	16,5

84,5 horas

Deve 215,5 horas

20^H x 25\$00 = 500\$00 em 12/12/77

MARIA R. DA ENCARNACÃO

✓ sócio N:55

HORAS

MESES EFECTUADAS 1976

PAGAS A DINHEIRO

Janeiro			
Fevereiro			
Março	▽		
Abril		$30^H \times 25\$00 =$	$750\$00$
Maió		$30^H \times 25\$00 =$	$750\$00$
Junho		$30^H \times 25\$00 =$	$750\$00$
Julho		$30^H \times 25\$00 =$	$750\$00$
Agosto		$30^H \times 25\$00 =$	$750\$00$
Setembro		$30^H \times 25\$00 =$	$750\$00$
Outubro		$30^H \times 25\$00 =$	$750\$00$
Novembro		$30^H \times 25\$00 =$	$750\$00$
Dezembro		$30^H \times 25\$00 =$	$750\$00$
		Total 240 horas sem dinheiro	
		Deve 60 horas	

1977

Janeiro	—		
Fevereiro	—		
Março	—	$20^H \times 25\$00 =$	$500\$00$ em 21/5/77
Abril	—	$30^H \times 25\$00 =$	$750\$00$ - 21/5/77
Maió	—	$30 \times 25\$00 =$	$750\$00$ - 30/6/77
Junho	—	$30 \times 25\$00 =$	$750\$00$ - 29/7/77
Julho	—	$30 \times 25\$00 =$	$750\$00$ - 3/9/77
Agosto	—	$30 \times 25\$00 =$	$750\$00$ - 7/9/77
Setembro	—	$30 \times 25\$00 =$	$750\$00$ - 29/10/77
Outubro	—	$30 \times 25\$00 =$	$750\$00$ - 2/12/77
		Total 200 horas sem dinheiro	
Novembro	—	Deve 100 horas $100^H \times 25\$00 =$	$2500\$00$ - 9/12/77
Dezembro	—	$60^H \times 25\$00 =$	$1.500\$00$ 12/12/77

Maria Leonilde do N. Laureano salão nº 23 Secret.

Dezembro — 1975	50\$00	
Janeiro — 1976	50\$00	
Fevereiro — 1976	50\$00	
Março — 1976	50\$00	
Abril — 1976	50\$00	5\$00
Maió — 1976	50\$00	5\$00
Junho — 1976	50\$00	5\$00
Julho — 1976	50\$00	5\$00
Agosto — 1976	50\$00	5\$00
Setembro — 1976	50\$00	5\$00
Outubro — 1976	50\$00	5\$00
Novembro — 1976	50\$00	5\$00
Dezembro — 1976	50\$00	5\$00

1977

Janeiro	50\$00	5\$00
Fevereiro	50\$00	5\$00
Março	50\$00	5\$00
Abril	50\$00	5\$00
Maió	50\$00	5\$00/30/7/77
Junho	50\$00	5\$00 //
Julho	50\$00	5\$00 //
Agosto	50\$00	5\$00 //
Setembro	50\$00	5\$00/30/7/77
Outubro	50\$00	5\$00/2/12/77
Novembro	50\$00	5\$00/2/12/77
Dezembro	50\$00	5\$00/10/2/78

Rui Gomes Rita - sócio nº 29

SECRET.

DECEMBRO	1975	100\$00	
JANEIRO	1976	100\$00	
FEBREIRO	1976	100\$00	
MARÇO	1976	100\$00	
ABRIL	1976	50\$00	5\$00
MAIO	1976	50\$00	5\$00
JUNHO	1976	50\$00	5\$00
JULHO	1976	50\$00	5\$00
AGOSTO	1976	50\$00	5\$00
SETEMBRO	1976	50\$00	5\$00
OUTUBRO	1976	50\$00	5\$00
NOVEMBRO	1976	50\$00	5\$00
DECEMBRO	1976	50\$00	5\$00

1977

JANEIRO	50\$00	5\$00
FEBREIRO	50\$00	5\$00
MARÇO	50\$00	5\$00
ABRIL	50\$00	5\$00
MAIO	50\$00	5\$00
JUNHO	50\$00	5\$00
JULHO	50\$00	5\$00
AGOSTO	50\$00	5\$00/3/77
SETEMBRO	50\$00	5\$00 11/11/77
OUTUBRO	50\$00	5\$00 11/11/77
NOVEMBRO	50\$00	5\$00/17/12/77
DEZEMBRO	50\$00	5\$00/17/12/77

OS PROJETOS E DOCUMENTOS AFINS DAS
OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA

3
ASSOCIAÇÃO DE
MORADORES AMIGOS
UNIDOS DE CABANAS

OS PROJETOS E DOCUMENTOS AFINS DAS
OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA

3.1
ATAS DA DIREÇÃO E DA
ASSMBLEIA GERAL DA AM
AMIGOS UNIDOS DE CABANAS
SELEÇÃO

Fonte: Arquivo da Associação de Moradores 1.º de Maio, Tavira

Acta n.º 1

No dia quatro de Novembro de mil novecentos e setenta e seis, pelas quinze horas reuniu a Direcção da Associação de Habitação «Amigos Unidos de Cabanas» com sede em Cascaes - Conc.ª - Tavira, para deliberar de entre si quais os membros que em representação da Associação, irão assinar a escritura com o fundo de fomento da Habitação, do empréstimo no montante de 4.289.861\$60 (quatro milhões duzentos e oitenta e nove mil oitocentos e sessenta e um escudos e sessenta centavos), vaza que se destina á conclusão das obras de construção das habitações, para os seus associados em conforme e de acordo com o deliberado na Assembleia Geral Extraordinária desta Associação realizada em três de Novembro de mil novecentos e setenta e seis e de que consta a acta n.º 3 (três) dada a impossibilidade de estarem todos no mesmo acto e até a demissão de tudo sido deliberado conforme pelos poderes a: Albino Pires Bernardo, José Luis do Carmo Pereira e Arménio António Ivam, respectivamente Presidente, Secretario e Tesoureiro da Direcção da Associação, para assinarem a escritura a que esta acta se refere. Nada mais havendo a tratar foi pelas quinze horas e trinta minutos encerrada a reunião e lavrada a acta que é assinada pelos membros da Direcção.

Presidente: Albino Pires Bernardo
Secretario: José Luis do Carmo Pereira
Tesoureiro: Arménio António Ivam
1.º Vogal: Aurélia dos Mártires Silva
2.º Vogal: Viscondessa Madalena Serafim

Quilho as assinaturas supra de ALBINO PIRAS BERNARDO e ARMÉNIO ANTÓNIO IVAM e VISCONDINHA MADALINA SERAFIM. Quilho as assinaturas de JOSÉ LUIS DO CARMO PEREIRA e AURELIA DOS MARTIRES SILVA, pela apostilagem de BI nº 6574046 e AURELIA Jago, 6574046 - 011304, ambos do Ar. Id. Lisboa

O Notário
Francisco Lourenço

Acta nº 2

Aos dias vinte de Outubro do ano de mil novecentos e setenta e sete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos na sede da "Associação de Moradores Amigos Unidos de Cabanas", com sede em Cabanas - Conceição de Tavira, reuniu-se o actual corpo Directivo da Associação já citada composto pelos seguintes elementos. Albino Pires Bernardo, Presidente, José Luis do Carmo Pereira, Secretário, Arménio António Ivan, Tesoureiro, Manuel Menias dos Santos, primeiro vogal e Aurélio dos Mártires Silva, segundo vogal, com a finalidade de discutir o ponto unico da ordem de trabalhos que era o seguinte: Deliberação e Aprovar entre si quais os membros da Direcção que irão assinar a escritura de posse do terreno (onde se encontra e construido o Bairro da Associação) em regime de Direito de Superfície, a celebrar entre a Câmara Municipal de Tavira e a Associação de Moradores Amigos Unidos. Aberta pelo Presidente a reunião discutiu-se e aprovou-se por unanimidade que os membros a celebrar o acto da escritura são respectivamente o Presidente, Albino Pires Bernardo, o Secretário, José Luis do Carmo Pereira, o Tesoureiro, Arménio António Ivan, e o primeiro vogal Manuel Menias dos Santos. Não havendo mais nada a tratar foi pelo Presidente encerrada a reunião e lavrada a acta, que vai ser assinada pelos membros da Direcção.

O Presidente: Albino Pires Bernardo

O Secretário: José Luis do Carmo Pereira

O Tesoureiro: Arménio António Ivan

O 1º Vogal: Manuel Menias dos Santos

O 2º Vogal: Aurélio dos Mártires Silva

Recorreu as assinaturas puz de Albino Pires Bernardo, de José Luis do Carmo Pereira, de Arménio António Ivan, de Manuel Menias dos Santos e de Aurélio dos Mártires Silva, sendo este por exhibitado do B.I. nº 0113041, emitido pelo ACP de Ident. de Lisboa. Cartório Notarial de Tavira, 24. Outubro - 1977.

O Notário,
Cecílio Faria

Env. N. 550
Fse. 3m

Acta n.º 3

Aos seis dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e setenta e sete horas vinte e uma horas na sede da Associação de Moradores Amigos Unidos de Cabanas, com sede em Cabanas reuniu-se o actual corpo directivo da Associação, composto pelos seguintes membros. Albino Pires Bernardo, Presidente, José Luis do Carmo Pereira, Secretário, Agnínio António Ivan, Tesoureiro, Manuel Fernandes dos Santos, primeiro vogal e Aurélio dos Mártires Silva, segundo vogal, com a finalidade de aprovar entre si quais os três membros que vão assinar a escritura do empreendimento solicitado pela Associação ao fundo de fomento da Habitação no valor de (150.138\$40) Setecentos e cinquenta mil cento e trinta e oito mil e quarenta e sete centavos) Verba que se destina a conclusão do Bairro da Associação. Pela voz do Presidente foi posto à discussão o ponto único da ordem de trabalhos, sendo aprovado por unanimidade que os membros a assinar a escritura seriam respectivamente: O Presidente Albino Pires Bernardo, Secretário, José Luis do Carmo Pereira e o Tesoureiro Agnínio António Ivan. Não havendo mais nada a tratar foi pelas vinte e uma horas e trinta minutos encerrada a reunião e lavrada a acta que vai ser assinada por todos os membros da Direcção.

O Presidente Albino Pires Bernardo
 O Secretário José Luis do Carmo Pereira
 O Tesoureiro Agnínio António Ivan
 O 1.º Vogal Manuel Fernandes dos Santos
 O 2.º Vogal Aurélio dos Mártires Silva

- Reembolso as assinaturas supra de Albino Pires Bernardo, de José Luis do Carmo Pereira, de Agnínio António Ivan, de Manuel Fernandes dos Santos e de Aurélio dos Mártires Silva, sendo este por extracto do B.º n.º 113071, emitido pelo Agr. de Indus. de Lisboa. - Cardeiros Notarial de Lisboa, 4 de Novembro de 1977. O Notário, Paulo Taveira

Acta n.º 123/3500

LIVRO
DE
ACTAS Inicio 1975

Termo de Abertura

Aos 5 dias do mês de Outubro de 1975, abre-se este livro, com as folhas numeradas de um a cinquenta, para nele serem registadas as Actas das Assembleias Gerais da Associação de Moradores Amigos Unidos de Cabanas.

Cabanas de Tavira, 5 de Outubro de 1975

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

José Joaquim da Silva Saiz

Exibida no banco do Brasil
de Vereia em 14-2-1977
o 2º suplente
de no cactório nacional de Tave
22-Setem de 1977

Exibida em Extracada Foti-
19-12-1977
forma
o 2º suplente

10500 copias Publicas
24-2-76
A notaria

ACTA - N° 1

Aos dias 27 de Outubro de 1975 reuniram-se todos os Socios fundadores desta Associação « Associação de moradores Amigos Unidos de Babamas » em Assembleia geral em que esta tinha por finalidade a eleição dos seus corpos gerentes para o seu primeiro mandato tendo sido aprovada a seguinte direcção. Assembleia geral. Presidente, José Manuel Saus vogais Maria Leonor José Anonindo. Direcção presidente Albino P. Bernardo Secretario José Luis Tesoureiro Anonímio Ivan vogais Amélia dos Martins e Dina Conselho Fiscal Presidente Maria Teresa Pires Goncalves Saus vogais Manuel Bernardo Pires e Celeste da Silva Não havendo mais nada a tratar foi lida em voz alta esta acta na presença simultanea de todos e vai ser assinada pelo presidente da Assembleia geral e seus vogais

O presidente: José Manuel da Silva Saus
vogais: Maria Leonor de Carmo
José Joaquim da Figueira Silva

ACTA N° 2

Aos dias vinte e um ^{de Fevereiro} de mil novecentos e setenta e seis na sede provisoria da Associação de Moradores Amigos Unidos de Babamas pelas vinte e uma horas e trinta minutos reuniram-se todos os socios em Assembleia geral Extraordinaria que tinha por finalidade delegar poderes em tres elementos da direcção para a representarem no tocante a problemas de ordem Bancária e financeira. Ficaram eleitos para desempenhar estas funções, respectivamente Albino Pires Bernardo presidente da Direcção da Associação, José Luis do Barro Secretario da Direcção e Anonímio Antinímio IVAN Tesoureiro. Não havendo mais assunto a tratar foi pelas vinte e duas horas e trinta minutos encerrada a reunião, sendo esta acta assinada pelo presidente da Assembleia geral e seus vogais e pelos membros da Direcção eleitos para desempenharem as funções a mais mencionadas.

Exibido no Cartório
Municipal de TAVIRA
em 4. ADRAJ (1977).
O Notário,
João Faustino

Exibido no Cart. Not.
de Tavira, 1-funho 1977

O Notário,
João Faustino

O presidente - José Haquel da Silva Santos

Vogais - Maria Leonor do Carmo

José Joaquim Figueira Silva

Pl Direcção

José Luis do Carmo Pereira

Albino Pires Bernardino

Armenio António Ivanam

ACTA N.º 3

Pelas vinte e uma horas do dia Trez de Novembro de mil novecentos e setenta e seis reuniu em assembleia geral extraordinária a Associação de Moradores Amigos Unidos de Cabanas com sede em cabanas cuja ordem de trabalhos tinha como objectivo apreciar e deliberar sobre pedido de empréstimo que esta Associação efectuou ao fundo fomento da habitação dada a necessidade que esta associação de Moradores Tem de levar a bom termo o abno de construção das habitações destinadas aos seus associados conformente determinação os seus estatutos foi deliberado por unanimidade que esta assembleia geral extraordinária cumpre plenos poderes a sua direcção constituída por Albino Pires Bernardino Presidente José Luis do Carmo Pereira secretario Armenio António Ivanam Tesoureiro Auxilia dos Martires Silva, Vivaldina Madalena Senapim para assinar a escritura da concessão do empréstimo no montante quatro milhoes duzentos e oitenta e nove mil oitocentos e sessenta e um escudo e sessenta e seis centavos, com o fundo de fomento da habitação desta que efectivamente se destina a concessão das obras de construção em curso nos termos e condições que entenderam melhorar para a associação. Não havendo mais nada a tratar foi encerrada a reunião e elaborada

2
J. F. S.

a acta que é assinada pela mesa da assembleia
geral.

O Presidente: José Manuel da Silva Soares
Primeiro Secretário: Maria Leonor do Carmo
Segundo Secretário: José Américo Figueira Silva

DECLARAÇÃO

EU, MARIA DA ENCARNAÇÃO, PORTADORA DO B.I. Nº 5063978 de Lisboa 23/7/68
DECLARO TAMBÉM SER CONTECIDA POR MARIA LEONOR DO CARMO.

Maria da Encarnação

Seta Nº 21

Exibida no cartório do
Tribunal de Família nº 21-1948

Os dias 30 (trinta) do mês de Janeiro de mil
novecentos e setenta e sete pelas quinze horas reuniu em
Assamblea Geral Ordinária, a Associação de Moradores Amigos
Unidos de Casanas, com sede em Casanas, com os seus asso-
ciados, em numero de vinte e um, com a seguinte ordem de tra-
balho, eleição de novos corpos gerentes e aprova e aprova o relatório
de contas da gerencia anterior. Aberta a sessão pelo presidente da
Assamblea Geral, discutiram e aprovaram o relatório de contas da
gerencia finda, e se seguida procederam a eleição dos novos corpos
gerentes tendo sido votado o seguinte elenco. Presidente da Assam-
blia Geral, José Manuel da Silva Soares, Vivaldina Madina Scafini 1º Secretário
2º Secretário, José Américo Figueira Silva. Direcção: Presidente, Albino
José Bernardo, Secretário, José Luis do Carmo Pinha, Tesoureiro, Arnaldo
Antonio Ivanir, 1º Vogal Manuel Menias dos Santos, 2º Vogal, Amélia
dos Quântim Silva, Conselho Fiscal: Presidente, Elyrio Afonso Matias
Vogais, Jacinto da Conceição Pinha e Maria Angelina Viegas, por
não haver mais nada a tratar foi pelas catorze horas encerrada a
sessão e lavrada a acta que foi lida em voz alta na presença
de todos.

O Presidente da Assamblea Geral: José Manuel da Silva Soares
1º Secretário:
2º Secretário: José Américo Figueira



ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
AMIGOS UNIDOS DE CABANAS
Bairro SAAL – Cabanas de Tavira

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os Associados para a Assembleia Geral, a realizar no dia 14 de Março de 2016 pelas 21H00, na Sede da Associação. Se não estiver presente o número de associados necessário à aprovação de decisões, ficam desde já os mesmos convocados para nova Assembleia às 21H30 do mesmo dia e no mesmo local. A Assembleia assim reunida terá legitimidade para deliberar sobre as questões apresentadas.

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação e aprovação de contas
2. Eleição de nova Direcção para 2016 - 2018
3. Informações e outros assuntos de interesse dos Associados

Cabanas, 05 de Março 2016

P'la Direcção

A Presidente

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

Amigos Unidos de Cabanas

Com. Conto N.º 002/08/001

CABANAS DE TAVIRA

Manuela Basílio

CORPOS GERENTES ELEITOS PARA 2018-2019

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE: Ana Teresa Graça

1º SECRETÁRIO: Lina Santos

2º SECRETÁRIO: Vivaldina Madeira Serafim

DIRECÇÃO

PRESIDENTE: Ana Paula Bagarraão

SECRETÁRIO: Liliana Silva

TESOUREIRO: Noélia Restani

1º VOGAL: Maria Teresa Sares

2º VOGAL: Maria Manuela Basílio

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Elvino Matias

1º VOGAL : Cristina Mestre

2º VOGAL: Lídia Pereira

**OS PROJETOS E DOCUMENTOS AFINS DAS
OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA**

3.2
ESTATUTOS ORIGINAIS DA AM
AMIGOS UNIDOS DE CABANAS

13 OUTUBRO 1975

Fonte: Divisão de Documentação e Arquivo da Secretaria Geral do Ministério da
Administração Interna, GCFAR-H-B-001-00007




T. 21 "Associação de Proprietários Amigos Unidos" de Castanhas

No dia treze de Outubro de mil novecentos e setenta e cinco, ante Cartório Notarial de Tavira, perante meus Lices e cada aqui Lices do Santos pme Lices, sua notaria, compareceram e outorgar:

- José Mameel Silva Sares;
- José Luis Carmo Pereira;
- Aurélio dos Martires Silva;
- Américo Antonio Lva;
- Maria Vitorina Andrade; e

os seus respectivos casados, naturais da freguesia da Conceição deste concelho com excepção de segundo que é natural da freguesia de Cacela, concelho de Vila Real de S. Antonio, e todos com residência habitual na freguesia de Castanhas da mesma referida freguesia da Conceição.

E por todos foi dito que, como Comissão organizadora, os artigos do disposto nos artigos cento e cinquenta e sete e seguintes



do Código Civil e os Decretos-Lei
números quinhentos e noventa e qua-
tro de sete de Novembro de ano
transacto e, pela presente escri-
tura, constituem definitivamente
uma associação de moradores cu-
jos estatutos são os seguintes:

Capítulo Primeiro

Denominação, sede, duração e objectivo

Artigo primeiro

A associação usa a denomina-
ção de "Associação de Morá-
dores Amigos Unidos de
Catanas", tem a sua sede
na Paróquia de Catanas, fregue-
sia da Conceição, concelho de
Vairão, e constitui-se por tem-
po indeterminado.

Artigo segundo

A associação tem por fins:
- Promover o fomento da habita-
ção social na área da Paróquia
de Catanas, através de operações
de urbanização e, tendo em
vista todas as formas



de cooperacões que correspondam às necessi-
dades dos seus associados, podendo
colaborar com as municipalidades de coope-
rações já existentes ou que venham a
existir, na localidade.

Artigo terceiro

Para prosseguir as finalidades indi-
cadas no artigo anterior a associação
pode contratar e receber financiamentos,
trabalhar, usar e adquirir a qualquer
título, direitos móveis e imóveis
e promover a construção das casas na
local cuja utilização ou propriedade
ela obtiver.

Parágrafo único - É a Assembleia
geral dos sócios que deliberará
sobre proposta da Direcção relativa-
mente aos termos, cláusulas e condi-
ções dos financiamentos e do uso e
afirmação dos direitos imóveis.

Capítulo segundo

Dos sócios

artigo quarto

Podem fazer parte da Associação
as famílias residentes na freguesia



de Cataguás que vivem em precárias condições de salubridade, representadas por seus indivíduos (maior de dez anos).

Parágrafo único - Funda-se por família qualquer agregado de pessoas aliadas por laços familiares entre si que vivam habitualmente em comunidade de residência e salutar, desde que habitualmente vivam economicamente independentes dos outros moradores.

Artigo quinto

Das obrigações dos sócios:

Primeira - Pagar mensalmente à Associação uma quota mensal a fixar em Assembleia Geral.

Segunda - Contribuir com o seu trabalho e outros meios de colaboração para o progresso da Associação.

Terceira - Acatar as decisões do corpo gerentes.

Parágrafo único - O sócio que não cumprir deverá a Associação

17
e os outros sócios poderão ser demitidos
por decisão tomada por três quartos dos
Sócios em Assembleia Geral, perdendo
do os benefícios proporcionados pela
Associação.

Artigo Sexto

Cada sócio concorrerá para a compra
de peças, das substituições com materiais de
construção, diuérios, e, eventualmente
com trabalhos; e para o patrocínio
social, conforme votar e, ser de-
terminado em Assembleia Geral.

Parágrafo único - Os materiais de
construção e eventual trabalho prestados
pelos sócios e calculados pelos pre-
ços do mercado local à data da
prestação, bem como o diuério
entregue, serão contabilizados pela As-
sociação a favor dos membros sócios.

Artigo Sétimo

São direitos dos sócios:

Primeiro - Eleger e ser eleito para os
corpos gerentes.

Segundo - Presença para a Assembleia
Geral das decisões de Divisão e do



Conselho fiscal que depuete ilegais ou injustas.

Tercios - Unipruir dos seus fícios proporcionados pela Associação.

Quarto - Participar aditivamente na vida da Associação.

Artigo oitavo

Fue caso de expulsão ou afastamento justificado da casa pelo socio, esta será reembolsado pela Associação de seu contributo e em material, diuários, e eventual trabalho.

Parágrafo unico - A forma de reembolso será determinada pela Assembleia Geral.

Artigo nono

Fue caso de falecimento do socio adente, a casa transmittu-se a para o conjuge sobrevivente ou para os outros herdeiros legitimarios que com o falecido era habitante permanente; ou a favor das pessoas que com o falecido estivessem em uma relação marital ou filial de facto e com



de constituir permanentemente.

Parágrafo único - Se não se verificarem as condições referidas a caso será atendida pela Associação a todos os bens e os trabalhos legítimos do falecido serão reconhecidos, nos termos previstos no artigo oitavo e seu parágrafo único.

Artigo décimo

Os sócios são sempre responsáveis pela reparação material dos prejuízos causados pelo uso anormal do seu da Associação.

Artigo décimo primeiro

Do corpo social

Artigo décimo segundo

Do corpo social da Associação: a direcção, o conselho fiscal e a mesa da Assembleia.

Parágrafo único - O mandato da direcção, do conselho fiscal e da mesa da Assembleia geral é de um ano, renovável uma só vez.

Artigo décimo terceiro



A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios no pleno uso dos seus direitos sociais.

Artigo décimo terceiro

A Assembleia Geral reúne ordinariamente esse Janeiro de cada ano, para eleger os corpos gerentes e aprovar as contas da gerência finda, e extraordinariamente sempre que os corpos gerentes ou seu decênio de ~~so~~ o recusarem.

Parágrafo único - Se a Assembleia Geral for convocada a pedido de seu decênio de ~~so~~ e estes corpos não estiverem presentes, salvo motivo de força maior devidamente justificado, seu o ~~so~~ a Assembleia não poderá funcionar.

Artigo décimo quarto

Compete à Assembleia Geral:

- Primeiro - Eleger os corpos gerentes, incluindo a sua própria mesa.
- Segundo - Aprovar as contas da ge-



reunião anterior.

reuniões - Definir as listas gerais de distribuição da Associação.

Quarta - Fixar o critério preferencial de distribuição das casas para a Associação Antena.

Artigo Decimo quinto

A Mesa da Assembleia Geral será constituída por um Presidente a quem compete dirigir o trabalho da mesma e os corpos gerentes e chamar as Assembleias Gerais e por dois Secretários, que elaborarão as actas das reuniões.

Artigo Decimo sexto

A Direcção será constituída por um Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e dois vogais, e caber-lhe-á a administração geral da Associação e a representação oficial desta.

Artigo Decimo sétimo

O Conselho Fiscal será constituído por um Presidente e dois vogais, e competir-lhe-á a fiscalização



cap. Geral da administração de pro-
pria Lei com a emissão de
pareceres sobre as contas da gerência

Capítulo quarto
Disposições gerais
Artigo décimo quarto

As receitas da Associação as
quotizações dos preços, os subsídios
do Estado e das autarquias locais,
os empréstimos que a Associação
obtiver, as doações e donativos
que lhe forem atribuídas, e suas
outras.

Artigo décimo quinto

— Fintead obrigatoriamente fundos
de investimentos da Habitação, de
amortização de empréstimos e
outros que esse Conselho
Geral vier a ser determi-
nados.

Artigo décimo sexto

As casas de Habitação que ocu-
padas pelo preço quando todas as
litteras concluídas e licenciadas.

Artigo décimo sétimo

As casas construídas pela A.



Sociasas ficasas sempre propriedade
colectiva dos socios e para da
das em uso e habitacao dos socios
moradores de acordo com as regras
estabelecidas nestes estatutos e
a fixar pela Assembleia geral.

Paragrafo unico - Os socios
utentes das casas pagaras a as
Sociasas uma quantia para a
mortizacao do investimento, a
drecida de uma percentagem
a fixar pela Assembleia geral
para despesas de manutencao
mas devendo em caso algum
o pag. de amortizacao ser
superior a vinte annos.

Artigo Vigésimo Segundo

A casa que podera ser por
qualquer forma, negociada ou
onrada pelo socio utente, sob
pena de exclusao da Associa-
cao.

Artigo Vigésimo Terceiro

Os presentes estatutos pode
rao ser alterados, em exclusao



do princípio da propriedade cole-
ctiva das casas, por meio Assen-
são geral para o efeito ex-
pressamente convocada e em
que estivessem presentes três qua-
rta partes dos sócios.

— Verifiquei a identidade dos
outros partes pelo meu conhecimento
pessoal.

— Li os outros partes esta escri-
tura e expliquei-a no seu con-
teúdo, tudo seu v. alta e na
presença simultânea de todos os
interlocutores.

Assim: Maria Vitória, Otávio, Infância, J. J. Verifiquei. E
tudo em: Capítulo Quarto.

— José Manoel da Silva Soares

— José Luis do Carmo Leiva

— Aurélio dos Mortes Silva

— Arménio António Jaram

— Maria Vitória Andrade

A testar

— José Manoel da Silva Soares















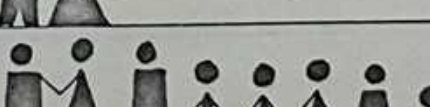


— Esta registrada sob o nº. 157/1911.

OS PROJETOS E DOCUMENTOS AFINS DAS OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA

3.3 RESULTADOS DO INQUÉRITO À AM AMIGOS UNIDOS DE CABANAS

1 - Tabela com composição dos agregados familiares da AM Amigos Unidos de Cabanas [Arquivo Central da Universidade do Algarve, pasta n.º2, “Processo n.º Op. SAAL 215/75 08.14, Gabinete de Planeamento do Algarve, Bairro da AM Amigos Unidos de Cabanas, 1975, 14-SAAL-16]

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES OS AMIGOS UNIDOS DE CABANAS

Nº E NOME DO SÓCIO	CONSTITUIÇÃO DO AGREGADO	Nº QUARTOS
1. Joaquim Mestre		2
2. Manuel Bernardo Aires		3
3. Albino Pires Bernardo		3
4. José Luis do Carmo Pereira		2
5. Herculano Prazeres Montes		2
6. Arnaldo Viegas das Chagas		3
7. Jorge Domingos Bernardo		2
8. António Mestre Rosa		2
9. António Santos Bagarrão		2
10. Diamantino Victor Costa		3
11. Arménio António Ivan		2
12. João Mestre dos Santos		2
13. José Mendonça Bagarrão		4
14. Manuel da Cruz Calhau		2
15. Ivone da Conceição		4
16. Zacarias dos Santos Fernandes		3
17. José Manuel da Silva Sares		2

OS PROJETOS E DOCUMENTOS AFINS DAS OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA

3.4

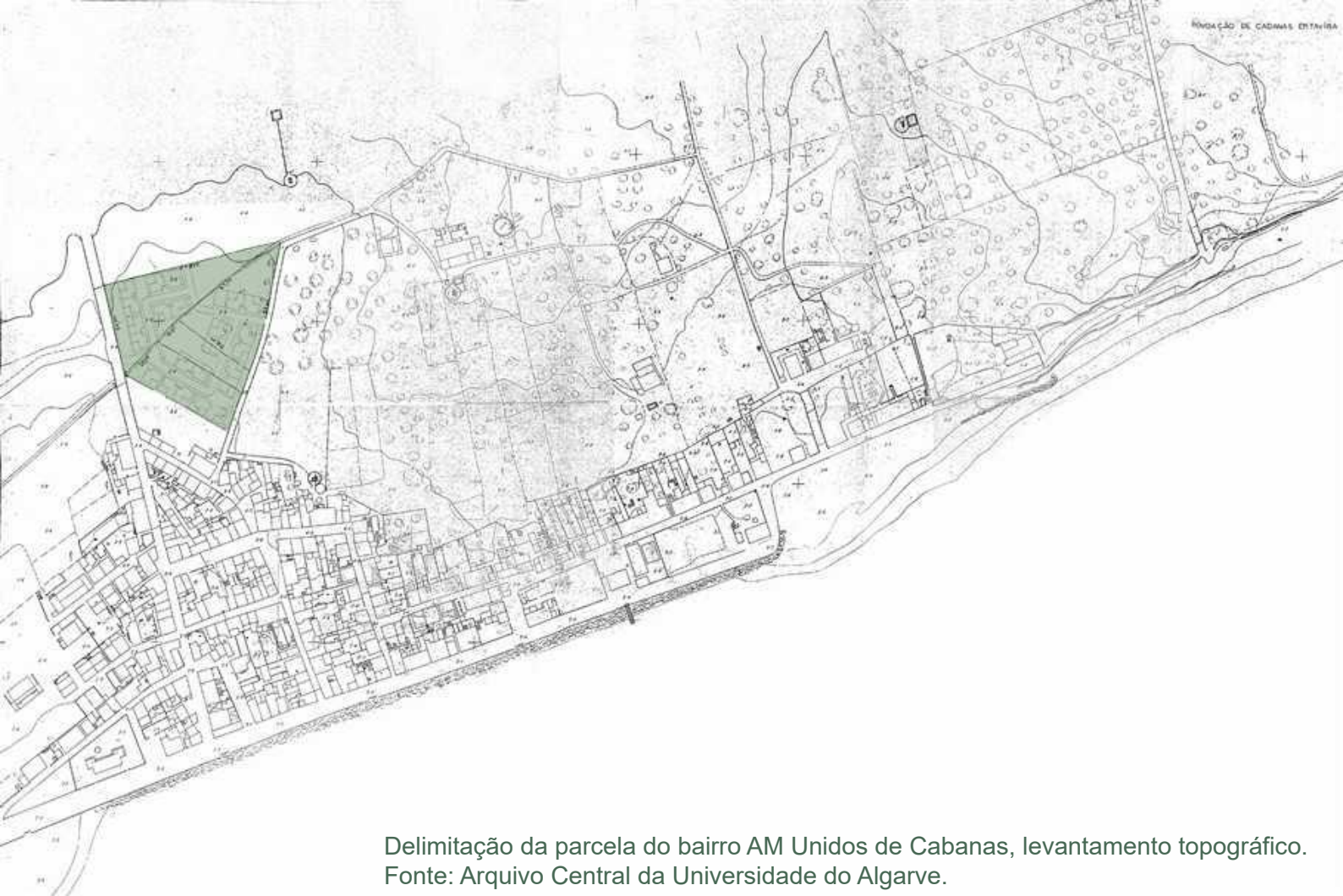
A PARCELA DE TERRENO PARA A AM AMIGOS UNIDOS DE CABANAS

1 - Planta com delimitação da parcela do bairro AM Unidos de Cabanas. Levantamento topográfico [adaptação de: Arquivo Central da Universidade do Algarve, dossier “Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização”, A-14-5-37 Empreendimentos Urbanos e Turísticos Pedras d’el Rei I, Cx. 2, 1963-1977, Tavira].

2 - Edital do concurso público de adjudicação da infraestruturização do bairro Amigos Unidos de Cabanas e do bairro social, 1976-12-06 [jornal *O Tavira*, 1976-12-23, p.3]

3 - Plantas de infraestruturização do bairro Amigos Unidos de Cabanas e do bairro social [Arquivo Municipal de Tavira, SAALCabanas Extensão_Projeto B.1.0]

4 - Atas da Câmara Municipal, 1974-1979 [Arquivo Municipal de Tavira]



Delimitação da parcela do bairro AM Unidos de Cabanas, levantamento topográfico.
Fonte: Arquivo Central da Universidade do Algarve.



Câmara Municipal de Tavira

EDITAL

JOSE GREGORIO DO CAENHO, Vice-Presidente do Conselho Administrativo da Câmara Municipal de Tavira:

Torna público que perante a Câmara Municipal de Tavira, realizará em dia 20 da corrente mês de Dezembro, às 16 horas, o concurso público para adjudicação da obra de construção de infra-estruturas do Bairro Social e SAAL de Cabanas, que consistem de:

- Arruamentos;
- Abastecimento de água;
- Rede de águas pluviais;
- Rede eléctrica;
- Esgotos sanitários;
- Arreanjas exteriores (parte).

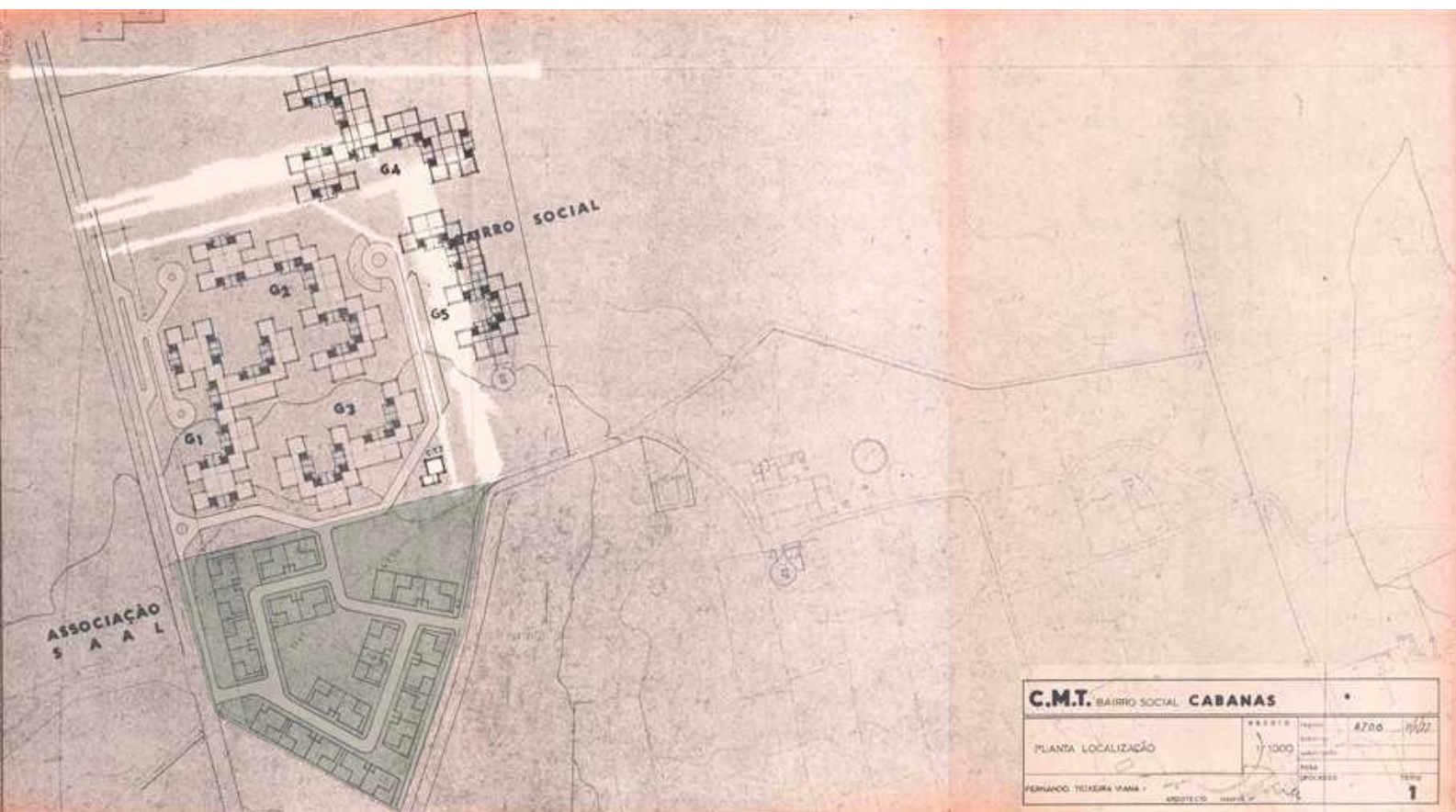
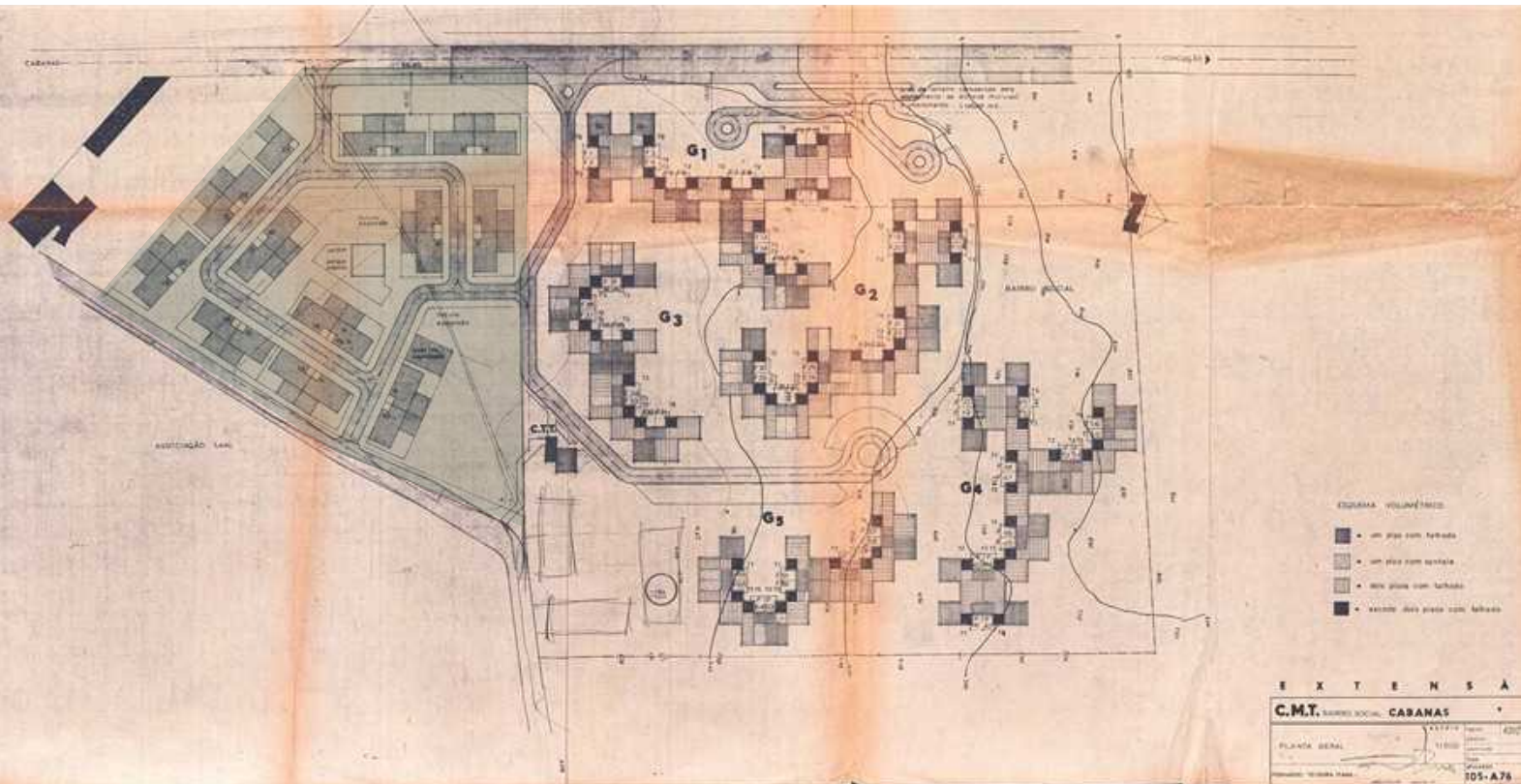
Base de licitação — 3.505.000.000

Entrega das propostas até às 12 horas do dia do concurso. O processo pode ser examinado na secretaria da Câmara todos os dias úteis durante as horas de expediente.

Foipa do Conselho de Tavira, 6 de Dezembro de 1976

O Vice-Presidente do Conselho Administrativo,

(a) José Gregório do Caenho



Bairro SAAL Amigos Unidos de Cabanas em relação ao bairro social de Cabanas.
 Fonte: © Arquivo Municipal de Tavira, "Bairro social de Cabanas, Extensão Projecto".

antes.

Aquisição de terrenos: - O Senhor Presidente esclareceu a Câmara que quando foi levantado o problema da construção do bairro social em Cabanas, informou a Comissão de moradores e as entidades oficiais que assiduíam a nova reunião naquele aglomerado, incluindo o Senhor Governador Civil, de que não havia problema de terreno, tendo feito esta afirmação julgando que o terreno em posse da Câmara chegaria que para a construção do bairro que para o programa S.T.A.L. Aconteceu que em projecto é necessário adquirir-se cerca de doze mil metros

quadrados, quase o dobro do existente. O proprietário Senhor Engenheiro Francisco António Rodrigues não se opõe à alienação, tendo solicitado o preço de setenta escudos o metro quadrado pela fração necessária para o bairro, propondo que não prejudicou toda a propriedade, a aquisição de umas outras parcelas, pelo preço de sessenta escudos. A Comissão, verificando que é de toda a vantagem a Câmara possuir terrenos disponíveis naquela área que vai ser urbanizada e, por conseguinte vai possibilitar a venda por lotes, deliberou por unanimidade adquirir todo o prédio misto com excepção da residência e do logradouro de cerca de três mil metros quadrados, ao preço de cinquenta escudos. Contactado o proprietário, telefonicamente, veio este aceitar a proposta da Câmara, pelo que por unanimidade foi deliberado adquirir todo o prédio com excepção da residência e logradouro, conferindo-se poderes ao Senhor Presidente, para com nome e representações da Câmara outorgar no respectivo contrato de compra e venda. Foi ainda deliberado que se proceda à medição do terreno para o que deverá ser encarregado topógrafo para o efeito, devendo os serviços de obras proceder de imediato à demarcação do terreno.

Quanto ao pagamento ao vendedor disse o Senhor Presidente que o Município não tem verba de receitas ordinárias disponíveis para fazer face ao encargo, que é superior a mil e duzentos contos.

Existe contudo um saldo do empréstimo de mil oitocentos e cinquenta escudos, digo contos, contratado para a construção da ponte para a Ilha. Porque a ponte não se constrói nestes tempos mais próximos e, de acordo com a sugestão supracitada, foi solicitada a utilização daquele empréstimo que até agora não teve qualquer informação do Ministério das Finanças. O fim da utilização proposta foi se encontra ultrapassada, pelo

Expropriação de terrenos em Cabanas para execução do programa S.A.A.L. - Presente o processo para expropriação de dois lotes de terreno pertencentes a Bertudes da Conceição Santos e Leonel da Silva Fernandes, a fim de facilitar a execução do programa S.A.A.L., de Cabanas, a Comissão delibrou por unanimidade proceder à organização do processo a submeter à consideração de Sua Excelência o Secretário de Estado de Habitação e Urbanismo, com vista a ser declarada a utilidade pública do empreendimento, a expropriação urgente e a posse administrativa dos referidos terrenos, onde em confronto com os que já são propriedade da Câmara irá ser levado a efeito o programa S.A.A.L., de Cabanas. O Senhor Presidente esclareceu que o plano em causa vai ser levado a efeito em terrenos do Município que colocou à disposição da Associação de Cabanas, a fim de facilitar a execução do programa habitacional para uma zona tão afectada pela falta de casas de moradia e naqueles que são objecto do pedido de expropriação. A Comissão, depois de devidamente esclarecida sobre o programa S.A.A.L., deliberou ainda por unanimidade informar que os terrenos, propriedade do Município, foram adquiridos por trezentos e trinta e dois mil e seiscentos e quarenta e quatro contos e quarenta e quatro reais e que a Câmara não tem possibilidades económicas para só por si adquirir os lotes que vai ser expropriados, uma vez que adquiriu recentemente áreas elevadas para o Bairro Social de Cabanas devendo manifestar-se o interesse de, através do fundo de fomento de habitação ser coadjuvada,

17/12/75

93
Sr. António dos Santos

Mas só a aquisição que agora vai ser levada a efeito, como também a despesa foi efectuada.

esta comunalidade.

Infraestruturas do Bairro de Calvaras: - Apresente o projecto de infraestruturas de aquecimento, electricidade, agua e esgotos do Bairro Social de Calvaras e do que vai ser construido ao abrigo do programa S.A.A.L., a Comissal deliberou por unanimidade recomendar, por processo do Gabinete do Planeamento, para efeitos de aprovacao e futura cooperaçao.

Expropriaçao de terrenos para o programa S.A.A.L. de Taxis:

OS PROJETOS E DOCUMENTOS AFINS DAS OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA

3.5

PROJETO PARA A AM AMIGOS UNIDOS DE CABANAS

- 1 - Memória descritiva [Arquivo Central da Universidade do Algarve, pasta n.º2, "Processo n.º Op. SAAL 215/75 08.14, Gabinete de Planeamento do Algarve, Bairro da AM Amigos Unidos de Cabanas, 1975, 14-SAAL-16]
 - 2 - Plantas de localização do conjunto (nov. 1975)
 - 3 - Plantas dos pisos 1, 2 e cobertura (nov. 1975)
 - 4 - Alçados (nov. 1975)
 - 5 - Planta do conjunto (arranjos exteriores, parque infantil e campo de jogos, ago. 1977)
- [CD25A, espólio João Moitinho]

MEMÓRIA DESCRITIVA

INTRODUÇÃO

A O presente projecto de Urbanização e Arquitectura está integrado numa operação SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), organismo técnico especial do Fundo de Fomento da Habitação, criado em despacho conjunto do Ministério da Administração Interna e do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente a 6 de Agosto de 1974 - "Em face das graves condições habitacionais...organizar um corpo técnico especializado...para apoiar...as iniciativas de populações mal alojadas...".

É portanto para um grupo da população de Cabanas de Tavira, economicamente muito insolvente e vivendo neste momento em precárias condições de habitação, que se destina o conjunto habitacional.

Tem ainda este projecto características muito especiais que o fazem distinguir de um processo de projecção dito tradicional. Neste caso o projecto foi elaborado em diálogo permanente entre os futuros utilizadores das casas constituídos em Associação de Moradores, e uma equipa técnica por eles requisitada.

Foi deste diálogo extremamente difícil entre os técnicos (pertencentes a um grupo social muito bem definido) e os associados (proletários, que toda a vida foram explorados) que terá resultado o projecto que corresponde aos anseios funcionais e culturais da maioria dos associados, aos limites técnicos do local onde se desenvolve a urbanização, às condicionantes construtivas e económicas da execução da obra e da capacidade da equipa que o elaborou.

A INTERVENÇÃO EM CABANAS

Para se compreender o grupo social que constitui a Associação de Moradores Amigos Unidos de Cabanas, teria sido necessário estudar profunda

mente o meio sócio-económico em que ela está inserida, as raízes históricoo-culturais dos espaços que habitam, e outros aspectos que nos levassem a tirar algumas conclusões, que nos servissem de base para avançar propostas formais e funcionais culturalmente correctas.

Infelizmente este estudo não pôde ir além de uma observação directa das realidades sociais mais evidentes e de um pequeno inquérito em que a amostragem foi apenas a das famílias que constituem a Associação.

A habitual falta de bibliografia, com um mínimo de rigor metodológico não nos permite avançar hipóteses muito concretas sobre a formação e evolução espacial e temporal do aglomerado. No entanto não será difícil supor que a fixação de pescadores e marisdadores nesta zona da costa será muito antiga porque as aptidões económicas eram noutros tempos efectivamente muito grandes. Cabanas terá no entanto funcionado sempre como suburbio de Tavira que foi em tempos não muito remotos dos principais portos do país e do algarve, mas que com o açoreamento progressivo da sua barra têm vindo a perder vitalidade, estando neste momento já em agonia. Os pescadores de Cabanas visto utilizarem a mesma barra também têm vindo a sentir cada vez maiores dificuldades.

As alterações da linha de areia da costa alteraram também a segurança da povoação, assim o grande areal que se estendia em frente do aglomerado desapareceu e teve de ser substituído por um enrocamento onde nos dias de tempestade e maré-cheia o mar bate e inunda as ruas e as casas. Neste enrocamento as pessoas por não terem esgotos despejam todo o lixo e dejectos, alimentando assim um viveiro de ratazanas.

No entanto o que efectivamente modificou o carácter da povoação foi o turismo, com a construção de uma aldeia turística, empreendimento de Pedras d'El Rei, esta povoação burguesa que trazia consigo todo o conforto o ócio, e a abundância alterou profundamente as bases culturais da população, embora a tivesse beneficiado pois criou novos empregos nos serviços, empregos de ordenados fixos.

As habitações muito antigas na grande generalidade de construção artesanal (adobe) estão muito deterioradas, os espaços interiores muito reduzidos não satisfazem mínimamente os desejos dos seus habitantes, a subocupação é uma constante e são inúmeros os casos em que há mais de um agregado familiar de gerações diferentes a habitar o mesmo espaço.

O Bairro dos pescadores já estava prometido há muitos anos, a Câmara já tinha comprado uma pequena faixa de terreno. O Ex-Almirante Tenreiro de 4 em 4 anos, pelas campanhas eleitorais, vinha até à povoação escolher novamente o terreno, mas as populações continuaram a viver sempre na mesma miséria.

A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

A Associação depois de ter sofrido uma cisão devido a manobras e desentendimentos internos, de 54 passou para 21 famílias, as restantes famílias reivindicaram um Bairro Municipal de rendas económicas.

A principal actividade económica da população é a pesca e o marisco. As artes que utilizam são muito artesanais e por isso pouco rentáveis, os rendimentos muito variáveis, nas alturas do ano em que o mar não permite trabalhar, as famílias têm de aguentar com as poupanças feitas no resto do ano, é interessante observar a importância da dona de casa na administração da economia doméstica, com a descontinuidade dos rendimentos dos maridos, mesmo os que possuem barcos não tiram grandes ordenados. 80% dos chefes de família são pescadores e 50% destas famílias o único rendimento é mesmo o do chefe de família.

A URBANIZAÇÃO.- TIPOLOGIA DO FOGO

Tentou-se no desenho urbano manter a malha já existente apoiando fortemente as casas sobre ruas paralelas ou perpendiculares a outros arruamentos existentes. Estes arruamentos criam uma zona de circulação interior para onde abrem todas as entradas das casas, a sede da Associação, o

jardim, pretende-se assim criar uma vida comunitária dentro do conjunto e não destruir a estrutura da rua tradicional.

A organização funcional do fogo foi fruto da observação do modo de utilização das habitações tradicionais existentes, que nos pareceram ter maiores raízes culturais. Consideramos que no Algarve o quintal para certos grupos sociais e profissionais, é uma peça tão fundamental como a própria cozinha, pois ele é a extensão natural para o exterior das zonas da sala e da cozinha. O quintal tem portanto uma utilização muito intensa, mas fora dos olhares dos vizinhos, é onde por exemplo se assam as sardinhas e se passa a maior parte do dia no Verão, não é um espaço de afastamento do edifício à rua, onde se cultivam flores, sucede precisamente o contrário: o edifício está directamente apoiado à rua, e o quintal é que está por trás da casa. Mas torna-se indispensável uma entrada independente, ligando-o directamente à rua, pois como ele serve muitas vezes para arrumos do material de pesca, da bicicleta ou da motorizada etc. a passagem através das outras dependências da casa provocaria grandes problemas ou condicionaria mesmo estas funções.

Do inquérito feito chegou-se à conclusão de que a maioria dos fogos, mais de 50% seriam de 2 quartos, consideramos por isso a tipologia base o T2 desenvolvendo-se apenas num piso, e com possibilidades de evoluir até ao T5 (que nesta primeira fase não será construído nenhum) no terraço. No caso do T2 a escada para a açoteia é exterior pois não há nenhum quarto no segundo piso, nos outros casos a escada passa a ser interior apenas com a alteração da localização da porta.

O projecto foi essencialmente função da hierarquia de interacções entre o quintal a cozinha e a sala. A relação entre o exterior a cozinha e o quintal são sem dúvida as mais fortes. Na cozinha era essencial a existência do espaço de comer, e uma ligação forte ao quintal, por outro lado não queríamos que a sala fosse um espaço reservado menos utilizado, fizemos pois por ela uma passagem obrigatória, da cozinha para o quintal e dos quartos para a cozinha ou quintal.

Outra preocupação Base no projecto foi a economia de canalizações, que foi efectivamente conseguida, pois quase todos os canos passam apenas pela parede que separa a cozinha da instalação sanitária. Por baixo da es cada o espaço foi totalmente aproveitado, na zona mais alta localiza-se o tanque da roupa, na mais baixa uma zona de arrumos.

	T ₂	T ₃	T ₄	T ₅
Quarto 1	12.61 m ²	12.61 m ²	12.61 m ²	12.61 m ²
2	9.10 "	9.10 "	9.10 "	9.10 "
3	—	13.73 "	11.86 "	11.86 "
4	—	—	12.61 "	12.61 "
5	—	—	—	10.38 "
Cozinha	8.92 "	8.92 "	8.92 "	8.92 "
Sala	17.24 "	17.24 "	17.24 "	17.24 "
Entrada e distribuição	5.68 "	8.12 "	9.25 "	9.25 "
Inst. Sanit.	3.22 "	3.22 "	3.22 "	3.22 "
Arrumos	0.49 "	1.24 "	2.66 "	3.41 "
Área Util	57.26 m ²	74.18 m ²	87.47 m ²	98.60 m ²
Área Bruta	80.50 m ²	104.00 m ²	122.50 m ²	136.00 m ²

arquitectura

desenho

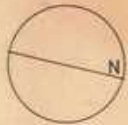
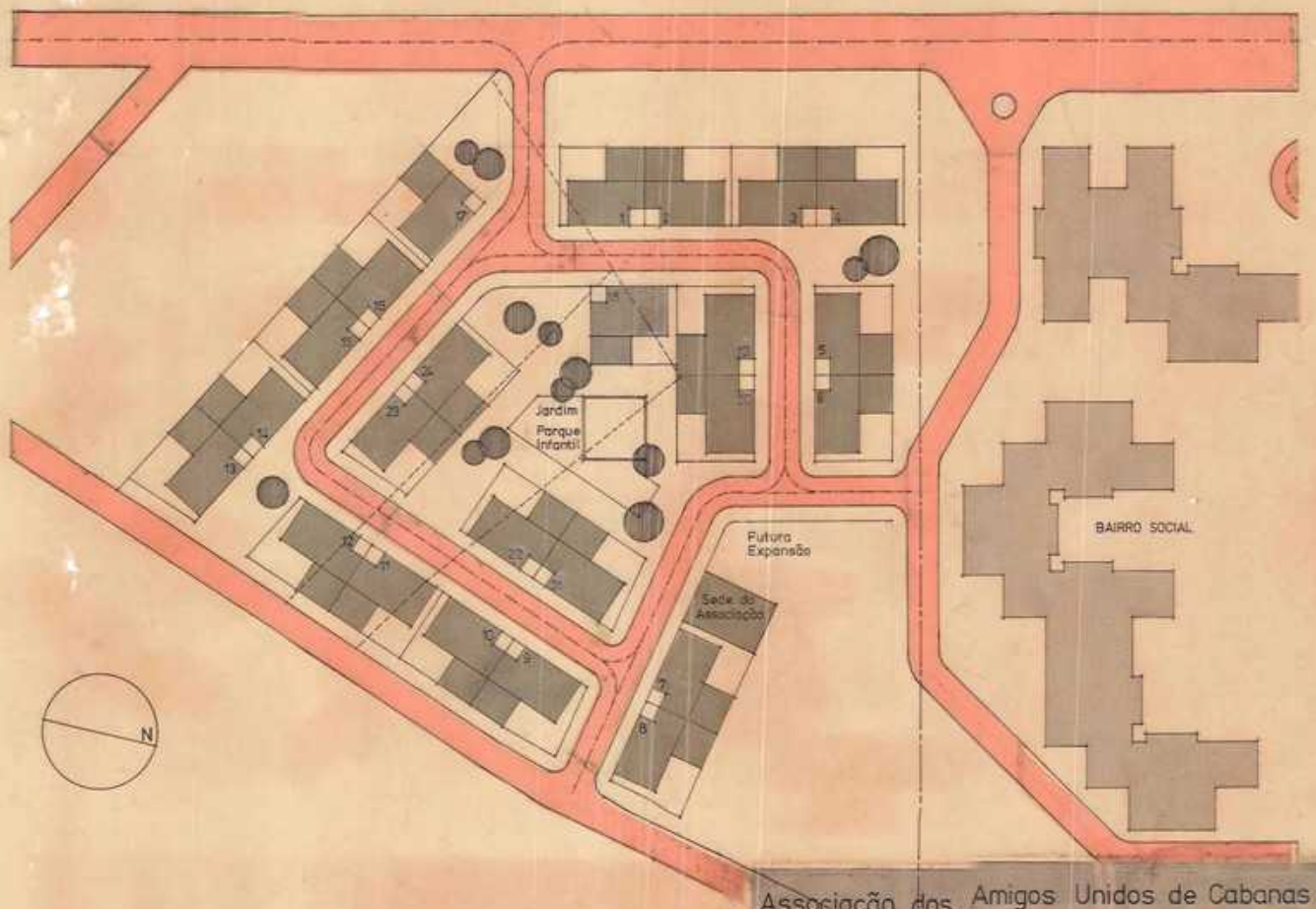
ci/sfb

proj. n.º

esc.

data

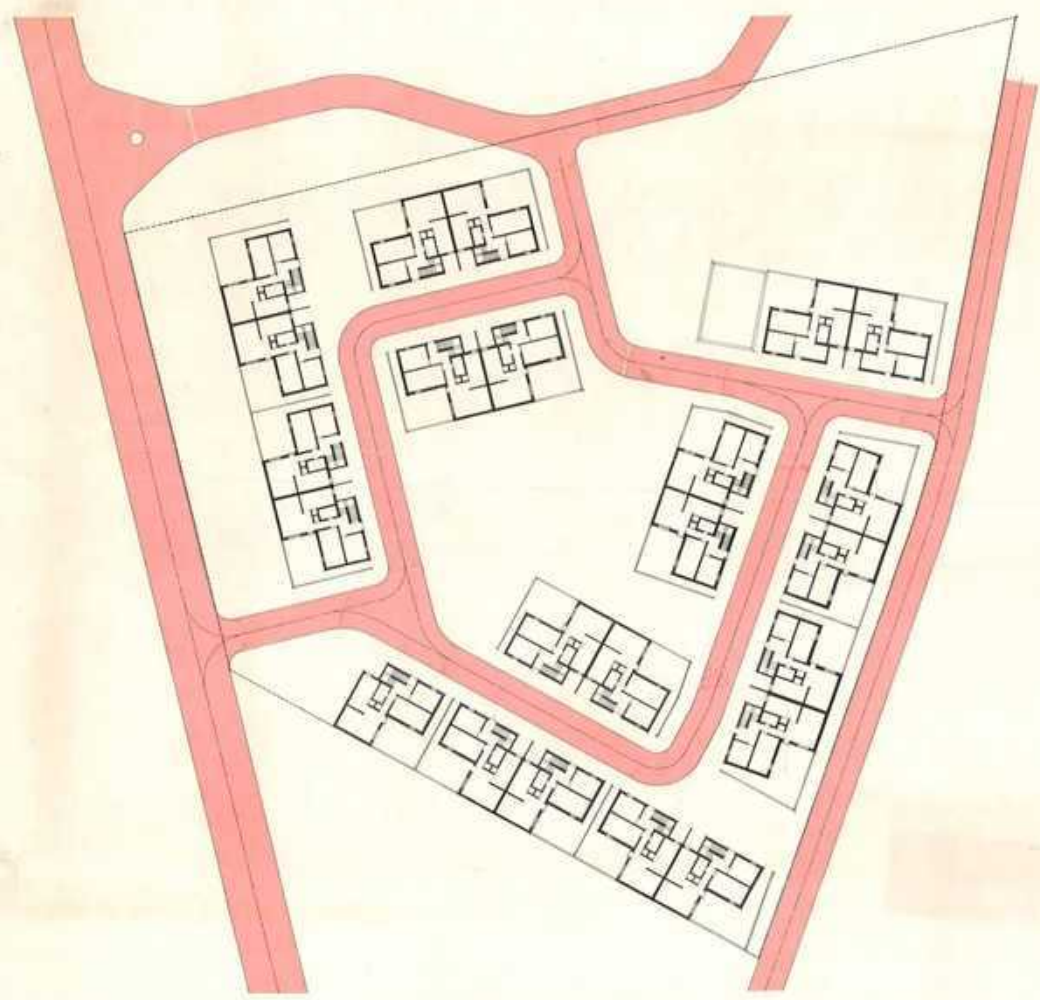
des. n.º



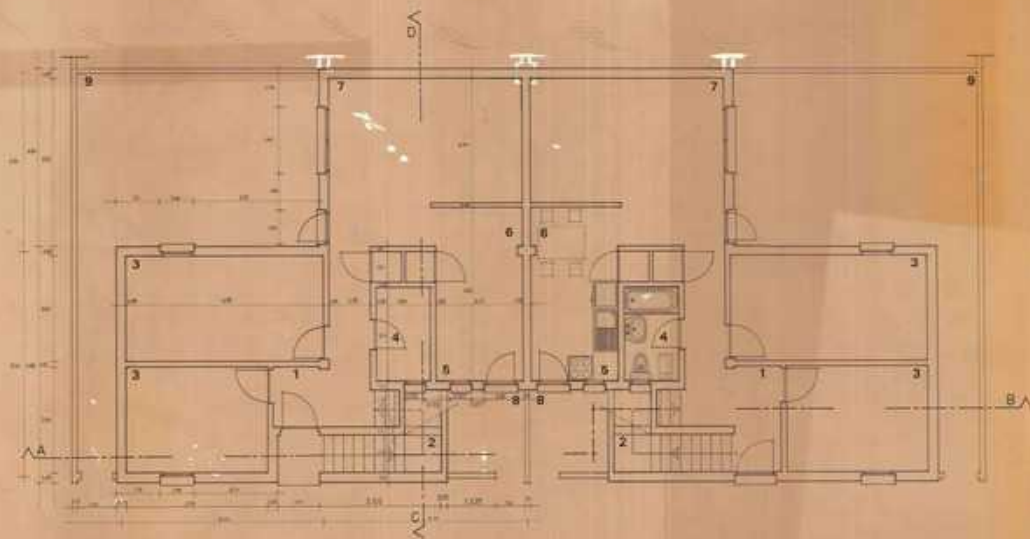
Associação dos Amigos Unidos de Cabanas

Arquitetura		
IMPLANTAÇÃO		
desenho	elaborado	Proj. n.º 215/75 08.16
esc. 1/500	data NOV 75	des. n.º B1

Fonte: © João Moitinho, CD25A.



Associação dos Amigos Unidos de Cabanas
 PLANTA DE IMPLANTAÇÃO DO PISD (TPOURSA)
 escala: 1/500
 data: NOV 75
 des. n.º B1



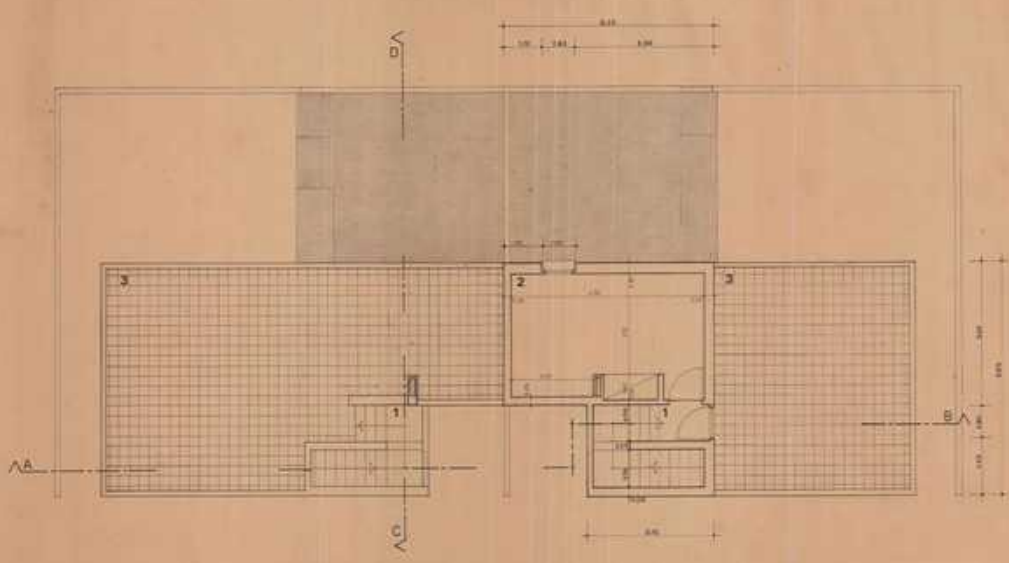
LEGENDA

- 1 HALL
- 2 ESCADA
- 3 QUARTO
- 4 W.C/BANHO
- 5 COZINHA
- 6 CONHA
- 7 SALA COMID
- 8 PÁTIO LARANJ
- 9 GAIATIA

Associação dos Amigos Unidos de Cabanos
 PLANTA DO 1º FLO T1/T1, 1s

PROJ.	1/20	PROJ. 20/07/2014
REV.	1/20	REV. 08/07/14
PROJ.	1/20	PROJ. 20/07/14

Proj. 20/07/14



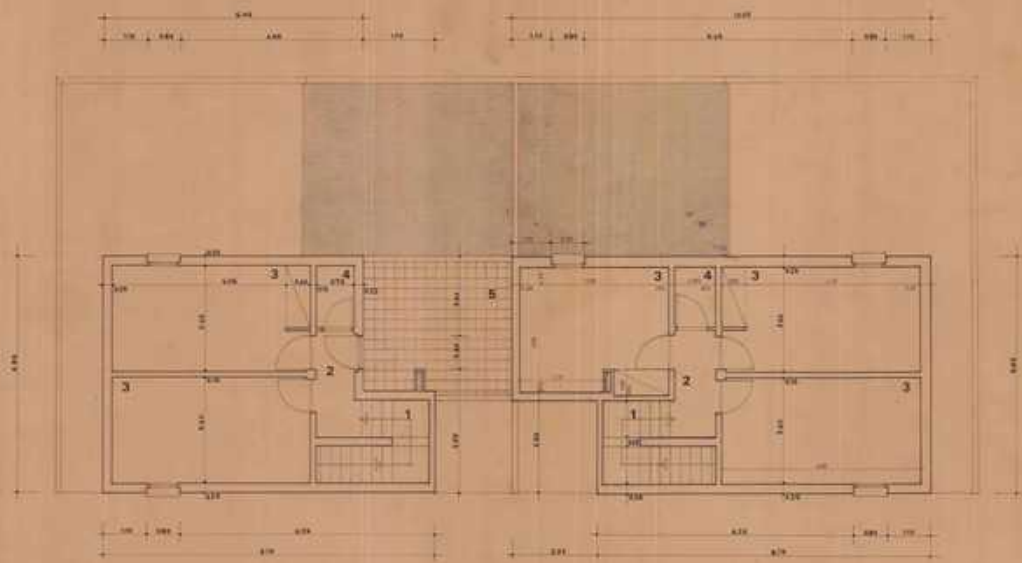
LEGENDA

- 1 ESCADA
- 2 QUARTO
- 3 QUARTO

Associação dos Amigos Unidos de Cabanos
 PLANTA DO 2º FLO T2/T2

PROJ.	1/20	PROJ. 20/07/2014
REV.	1/20	REV. 08/07/14
PROJ.	1/20	PROJ. 20/07/14

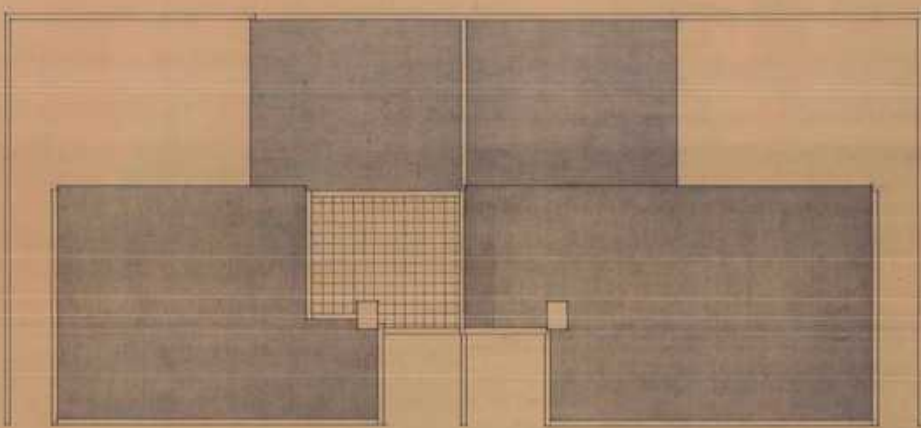
Proj. 20/07/14



- LEGENDA**
- 1 ESCADA
 - 2 RESTAURANTE
 - 3 QUARTO
 - 4 APRESENTAÇÃO
 - 6 RECEÇÃO

Associação dos Amigos Unidos de Cabanos
 PLANTA DO 2º PISO T2/T3
 Escala: 1/50
 Data: 1987

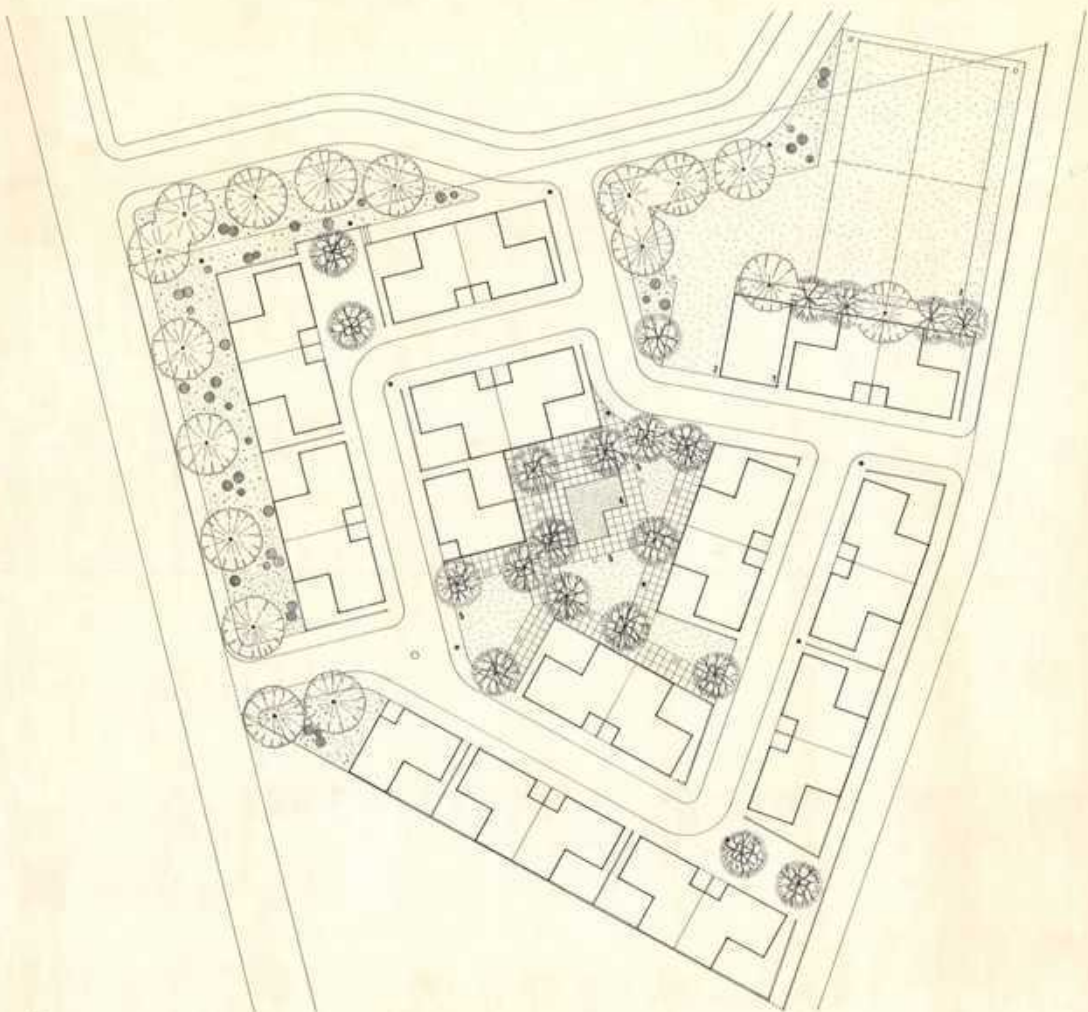
Arquiteto: J. Moitinho
 Engenheiro: J. Moitinho



Associação dos Amigos Unidos de Cabanos
 PLANTA DE COBERTURAS T2/T3
 Escala: 1/50
 Data: 1987



Associação dos Amigos Unidos de Cabanos
 ALVARO
 DATA: 1951
 ESCALA: 1:500
 DATA: 1951



- 1. LOTE DE TERREIRO DA ASSOCIAÇÃO
 - 2. TERREIRO PÚBLICO, SEM SERVIÇOS, LAVABO E BANHEIROS
 - 3. TERREIRO PÚBLICO, SEM SERVIÇOS
 - 4. PAVILÃO
 - 5. LOTE DE TERREIRO COM SERVIÇOS E BANHEIROS
 - 6. CASA PARA ALUGAR DO EMPREGADO DO COMPLEXO
1. CASA DE 200m² (para 4 a 6 pessoas)
 2. CASA PARA 100m² (para 2 a 3 pessoas)
 3. CASA DE 150m² (para 2 a 3 pessoas)
 4. CASA DE 100m² (para 2 pessoas)
 5. SITUAÇÃO DE ALUGAR
- LOTEAMENTO PÚBLICO
 - LOTEAMENTO PÚBLICO

Ass. de Mor^o "Amigos Unidos" de Cabanos
 Projeto dos arquitetos portugueses do
 Parque Infantil e do Campo de Jogos
 ESC. 1:500
 DATA: 1951

OS PROJETOS E DOCUMENTOS AFINS DAS OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA

3.6

PEDIDO DE SUBSÍDIO A FUNDO PERDIDO E EMPRÉSTIMOS DA AM AMIGOS UNIDOS DE CABANAS

1 - Pedido e concessão do subsídio a fundo perdido pelo FFH [arquivo do IHRU, “ex-FFH”, dossier 8445 “Sul. Ass. Morad. S.A.A.L. Distrito Faro. Fundo Perdido. Pasta 1” - Programa SAAL. Associação de Moradores "Amigos Unidos de Cabanas". Faro-Tavira. Subsídio não reembolsável]

2 - Empréstimos concedidos pelo FFH [arquivo do IHRU, “ex-FFH”, dossier 8417 “Sul. Ass. Morad. S.A.A.L. Distrito de Faro. Empréstimos B-62 Pasta 7”]



FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

capilha nº PROGRAMA SAAL

assunto ASSOCIAÇÃO DE MORADORES " AMIGOS
UNIDOS DE CABANAS "

código FARO - TAVIRA

processo nº SUBSIDIO NÃO REEMBOLSÁVEL DE
Esc: 1 785 000\$00
" 375 000\$00

MHOP

Ministério do Equipamento Social e do Ambiente
FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

DIRECTOR NACIONAL DO SAAL

[Handwritten Signature]

OBRA COMPARTICIPADA PELO Fundo Fomento da Habitação

Auto de medição de trabalhos nº 1 referido a 31 / 8 / 1976 Processo 39/SAAL/Algarve

Distrito Faro Concelho Tavira

Entidade participante Associação de Moradores "Amigos Unidos de Cabanas"

Designação da obra encargos relativos à operação SAAL (construção bairro Cabanas)

Prazo até / /

SITUAÇÃO 81402

Designação	Data da Portaria	Diário do Governo		Importâncias
		Nº	Data	
Comparticipação em subsídios não reembolsáveis				375.000,00

93

Importância deste ano	\$	Comparticipação e reforços	375.000,00
Descontos:		Liquidações anteriores	\$ 375.000,00
Por prorrogação automática	\$	Liquidação presente	\$ 375.000,00
.....	\$	Saldo	\$ =
Importância a liquidar	375.000,00		

A este auto de medição de trabalhos corresponde conforme medição feita no verso a importância a liquidar de esc. 375 000 00 (TREZENTOS E SETENTA E CINCO MIL ESCUDOS)

Observações Este auto foi cabimentado através da Proposta nº. 230, de 31.5.76

Associação de Moradores "Amigos Unidos de Cabanas"

A Entidade Participante
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
AMIGOS UNIDOS DE CABANAS
CABANAS - TAVIRA

[Handwritten Signature]

O Responsável da Equipa

[Handwritten Signature]

O Coordenador da Regional do SAAL

[Handwritten Signature]
Bernardino Bernalhete



Visto
[Handwritten Signature]

H FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

P O R T A R I A

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, conceder à Associação de Moradores Amigos Unidos de Cabanas, Tavira, em conta do Capº.24º.-Artº.392º. do Orçamento Geral do Estado para 1976, ao abrigo da alínea g) do Artº.8º. do Decreto-Lei nº. 583/72, de 30 de Dezembro, um reforço de Esc: 375 000\$00 ao anterior subsídio não reembolsável de Esc: 1 785 000\$00, concedido por portaria de 20/12 de 1975.

Este reforço destina-se a fazer face ao encargo resultante da construção de **24** fogos no âmbito do SAAL.

O processamento do subsídio será efectuado a solicitação da referida Associação de Moradores acompanhada de nota sintética do andamento dos trabalhos elaborada pela equipa técnica responsável pela operação e visada pelo SAAL.

Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, em 15 de Out de 1976

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA HABITAÇÃO E URBANISMO



Publicado no Diário do Governo
II Série N.º _____, de ____/____/____

H FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

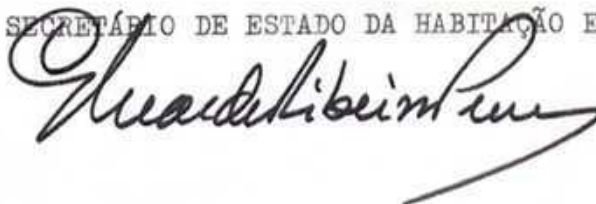
P O R T A R I A

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, conceder à Associação de Moradores Amigos Unidos de Cabanas, em conta do Cap^o. 24^o. - Art^o. 418^o. do O.G.E. para 1975 ao abrigo da alínea g) do Art^o. 8^o. do Decreto-Lei n^o. 583/72, de 30 de Dezembro, um subsídio não reembolsável de Esc: 1 785 000\$00 para fazer face ao encargo resultante da construção de 21 fogos no âmbito do SAAL.

O processamento do subsídio será efectuado a solicitação da referida Associação de Moradores, acompanhada de nota sintética do andamento dos trabalhos elaborada pela equipa técnica responsável pela operação e visada pelo SAAL.

Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, em 20 de Dezembro de 1975

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA HABITAÇÃO E URBANISMO



Publicado no Diário do Governo
II Série N.º 98, de 22/1/76

RELATÓRIO CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO
ASSOCIAÇÃO AMIGOS UNIDOS DE CABANAS

1. Identificação da Operação

A intervenção SAAL em cabanas (Concelhos de Tavira, distrito de Faro) assume aspectos muito particulares, não só pela sua pequena dimensão, o tipo de populações que a constituem mas principalmente pelo seu contexto político em que se insere.

Cabanas como a maior parte das pequenas povoações de pescadores da costa Algarvia (Portuguesa) foi votada ao abandono durante muitos anos. Por volta dos anos 30 a miséria era tal que muitas famílias tiveram de emigrar para Marrocos, em pequenos e frágeis barcos à vela, e a remos, ultimamente a emigração fazia-se para Angola onde também se dedicavam à Pesca, embora em cabanas este movimento não tenha sido muito grande, os retornados são outro problema da povoação não ao nível de emprego pois todos vão ao mar, mas sim ao nível da habitação.

Só o turismo veio alterar profundamente o carácter da povoação com a construção de uma aldeia turística, empreendimento de Pedras d'el Rei, esta povoação burguesa que trazia consigo todo o contacto, o ocio e a abundância alterou profundamente as bases culturais da população, embora tivesse beneficiado do nível da criação de novos empregos nos serviços, portanto empregos de ordenados fixos.

O aglomerado estende-se numa distância de aproximadamente 500 m de longo da costa - Baixa-Mar e com uma largura média de 100m, atingindo os 200m sobre a principal via de penetração, que só foi alcatroada por iniciativa do empreendimento turístico, tem aproximadamente 2 000 habitantes.

A povoação já é servida de água e luz, embora nem sempre nas melhores condições e tem apenas 6 ou 7 anos e não serve todos os habitantes, só agora vai ver iniciar a colocação da rede de esgotos.

As habitações muito antigas na grande generalidade de construção artesanal (adobe) estão muito deterioradas, os espaços interiores muito reduzidos não satisfazem minimamente os desejos dos seus habitantes, a subocupação é uma constante e são inúmeros os casos em que há mais de um agregado familiar de diferentes gerações

a viver no mesmo espaço.

As alterações físicas da costa também só têm prejudicado a povoação, pois nestes últimos anos é raro o inverno em que o mar não galga a muralha e inunda as casas mais próximas do mar, já se fez um enrucamento onde ao se deitar o lixo se criou um viveiro de ratazanas que não raras vezes entram nas casas principalmente quando há tempestades.

Um bairro de pescadores já estava prometido há muitos anos, a Câmara já tinha comprado uma pequena faixa de terreno, o Ex Almirante Tenreiro de 4 em 4 anos, pelas campanhas eleitorais, vinha até à povoação escolher novamente o terreno, mas as populações continuaram a viver sempre na mesma miséria.

A Câmara neste momento está a realizar obras de melhoramento e recuperação de casa, pois os senhorios se recusaram a fazê-lo. São raros os casos de propriedade de casas; a maioria é portanto arrendado.

A operação vai abranger unicamente a construção de novas habitações.

2. Identificação da Associação

A Associação depois de ter sofrido uma cisão devido a manobras e desentendimentos internos, de 54 passou para 21 famílias; as restantes famílias reivindicaram um bairro municipal de rendas económicas.

Os estatutos foram aprovados a 11 de Outubro e enviados para publicação em Diário de Governo a 17 de Outubro, não tendo ainda sido publicados. Os corpos gerentes provisórios foram eleitos a 27 de Outubro.

Os 21 agregados inscritos perfazem um total de 85 pessoas

3. A construção dos fogos será feita numa única fase. Os tipos de fogos que são evolutivos em altura distribuem-se do seguinte modo: 13 T2, 7 T3, e 1 T4.

4. O preço médio do T2 será de 150 contos, média de 3 preços de m2 de construção, considerando o preço de 200 contos para o T3 e de 250 contos para o T4, a operação custará aproximadamente 3 600 contos.

5. Se o subsídio a fundo perdido for de 50% do preço da operação (cerca de 85 contos por família) as rendas mensais de amortização do empréstimo serão cerca de

365300.

Se o subsídio for apenas de 60 contos por família as rendas serão cerca de 500300 o que é demasiado para a maioria dos sócios.

6. Na realidade a principal actividade económica da população de Cabanas é a pesca e o marisco. As artes que utilizam são muito artesanais e por isso pouco rentáveis. As alterações da configuração dos bancos de areia têm vindo a agravar a entrada e saída dos barcos o que ainda condiciona mais a actividade. Nas alturas do ano em que o mar não permite trabalhar, as famílias têm de se aguentar com as poupanças feitas durante o resto do ano. É interessante observar a importância da dona da casa na administração da economia doméstica, com a descontinuidade dos rendimentos dos maridos.

É pois muito importante observar que os rendimentos dos pescadores são muito variáveis mesmo os dos proprietários de pequenos barcos. e das 21 famílias, 17 chefes de famílias são pescadores (80%) e 12 destas famílias o único rendimento é mesmo o do chefe de família.

Os rendimentos que ultrapassam os 4 contos mensais fixos, são de agregados em que o marido e a mulher trabalham.

A maioria das pessoas diz que não pode dispensar mensalmente mais de 250 a 3003 para a renda de casa.

5

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

081402

capilha n.º

assunto ASSOCIAÇÃO DE MORADORES AMIGOS
UNIDOS DE CABANAS - TAVIRA
EMPRESTIMO DE ESC. 4.229 861,60

código FAPD - TAVIRA

processo n.º 2015/12

M. H. U. C.

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

OBRA COMPARTICIPADA PELO _____

Processo **39 SAAL/ALGARVE**

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO	NOTAS DE SERVIÇO	Nº	444/507
		Data	17 5 78
De	Cont. Orçamental	Para	Cont. Patrimoniais

DE CABANAS"
FOGOS)

8/402

Ref.^a _____

Ass. Empréstimo de Esc. 5.040.000,00
concedido à Ass. Nat. "União
Unidos de Cabanas"

de 17 5 78 de 26

em 17 5 78 Out. us 10

Funcionário
Dis. H. Franco

do Governo	Importâncias
Data	
	4.289.861\$60
	750.138\$40

Resposta _____ Data 1/1/1/

forços	5.040.000\$00
5.990.000\$00	
50.000\$00	5.040.000\$00
Saldo	-0\$00

Ref.^a _____

Mod 126

R. 17/5/78

verso a importância a liquidar

PIMENTO	
5.040.000\$00	
50.000\$00	
50.000\$00	

António António
CABANAS TAVIRA

O Engenheiro

Visto em _____

Supra
5-5-78
O Engº Chefe da Divisão

[Signature]

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

OBRA COMPARTICIPADA PELO _____

Auto de medição de trabalhos nº 12 referido a 14 / 4 / 1978 Processo 39 SAAL/ALGARVE

Distrito DE FARO Concelho DE TAVIRA

Entidade participante ASSOCIAÇÃO DE MORADORES "AMIGOS UNIDOS DE CABANAS"

Designação da obra ENCARGOS RELATIVOS À OPERAÇÃO S.A.A.L. (24 FOGOS)

Prazo até / /

8/402

SITUAÇÃO

Designação	Data da Portaria	Diário do Governo		Importâncias
		Nº	Data	
1ª Participação de subsídio reembolsável (escritura celebrada em 15/11/76)				4.289.861\$60
2ª Participação de subsídio reembolsável (escritura celebrada em 7/11/77)				750.138\$40

Importância deste ano	\$	Comparticipação e reforços	5.040.000\$00
Descontos:		Liquidações anteriores	4.990.000\$00
Por prorrogação automática	\$	Liquidação presente	50.000\$00
.....	\$	Saldo	-0\$00
Importância a liquidar	<u>50.000\$00</u>		

A este auto de medição de trabalhos corresponde conforme medição feita no verso a importância a liquidar de esc. 50.000\$00 (CINQUENTA MIL ESCUDOS)

Observações	PROCESSADO	CARILMENTO
Rel. Nº <u>26</u> de <u>17</u> / <u>5</u> / <u>78</u>		ADJUDICAÇÃO
Cap. <u>64</u> Art. <u>2</u>		5.040.000\$00
ADJUDICAÇÃO	5.040.000\$00	50.000\$00
4.990.000\$00		
50.000\$00	5.040.000\$00	
		50.000\$00

Mod 284

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
AMIGOS UNIDOS DE CABANAS
Armenio António
CABANAS TAVIRA

Visto em / /

O Engenheiro

Alfonso
5-5-78

O Engº Chefe da Divisão

[Handwritten signature]

T

EMPRÉSTIMO

No dia sete de Novembro de mil novecentos e setenta e sete, nesta cidade de Silves e Cartório Notarial, perante mim, Licenciada Maria Luísa dos Santos Anselmo sua Notária, compareceram a outorgar:

P R I M E I R O

JOÃO MÁRIO DE MASCARENHAS, casado, natural da freguesia de S. Sebastião da Pedreira concelho de Lisboa, onde reside habitualmente na Praça D. Miguel primeiro numero seis rês do effo direito Santo António dos Cavalheiros, que outorga na qualidade de Técnico de segunda classe em representação do "Fundo do Fomento da Habitação, com sede em Lisboa na Avenida Columbano Bordal Pinheiro, numero cinco, nos termos do artigo quarto do Decreto-numero duzentos e catorze de nove de Maio de mil novecentos e setenta e três.

S E G U N D O

ALBINO PIRES BERNARDO; ARMÉNIO ANTÓNIO IVAM e JOSÉ LUIS DO CARMO PEREIRA, os três casados, residentes habitualmente em Cabanas-Tavira, os dois primeiros naturais da freguesia da Conceição-avira e o último da freguesia de Vila Nova de Cacôla, Vila Real de Santo António, os quais nas qualidades de Presidente, Tesourci

Formado A 1 (270/277) - Tip. N.º 10 - Lda. Faro

S P D

J.S.F.O
Devolução o autos
em anexo em conformidade
com o despacho da
C.D. 20.1.77

Exm^o Senhor
Presidente da Câmara Municipal de

P O R T I M ã O

OF97046,1216/ 29/12/76
/STO,P.R.E./10

" Devolução das facturas das
Brigadas Técnicas S.A.A.L."

Ao J.P.D. - Viquete

Do cumprimento do despacho
supra referido nos termos do
despacho da C.D. 21.1.77

Nota: O ofício em
perante os autos que vierem
junto ao ofício 7046 que, no
entanto, não faça qualquer
referência ao mesmo.
17.1.77

Junto se devolvem as facturas mensais das Brigadas Técnicas SAAL
enviadas ao F.F.H. a coberto do ofício referenciado em epígrafe, pelo
facto de as mesmas não virem visadas por essa Câmara Municipal.

O referido visto será resultado de um controlo, neste caso "a pos-
teriori", sobre a actividade das brigadas e sendo assim, deverão para o
efeito as mesmas ser contactadas pela C.M.P., com vista ao relato dos tra-
balhos que tem em curso e fornecimento de todos os elementos que possi-
bilitem a necessária avaliação, tarefa que como se sabe, o F.F.H. já não
pode levar a cabo.

Refira-se que, o F.F.H. não está na disposição de liquidar quais-
quer despesas de serviços de contabilidade, por as mesmas serem estranh-
nhas ao âmbito do apoio financeiro a prestar por este organismo.

Com os melhores cumprimentos.

DA COMISSÃO DIRECTIVA



Acrísio Sampaio Nunes

de Antunes

86

82
/

Empréstimo

No dia cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e seis, entre António Notário de Silva perante quem se fez a presente escritura de compra e venda de um terreno, sua esposa, compareceram a saber:

Primeiros

Arg.ª. Maria da Encarnação Cabral de Jesus Pedro de Santa Rita, casada, natural da freguesia de S. José Baptista, comido de Viana e residente habitualmente na P. Tristão Vaz, n.º 14-1.º - D.º, em Lisboa, que atua na qualidade de arcebispo de primeira classe em representação de "Fundos de Fomento de 'Habitação' em Lisboa, na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5.

Segundos

José Luís de Castro Pereira e Almeida Feres Bernardo, ambos casados, naturais da freguesia de Boverice, do concelho de Viana, onde residem habitualmente no Troço de Boverice, que atuam em representação da Associação de moradores

10/10

sessenta seis, III Série, de 17 de Novembro de
1911, e os seus anexos e circulares, de qual consta a
publicação dos Estatutos da cidade de Angra do Heroísmo

— Di' aos interessados esta escritura e
explicação — a vs. seu conteúdo, tudo em
boa e legal forma e na presença simultânea
de todos os intervenientes.

Passaram: "Câmara Municipal" - Entendidos: "actualmente
da Habitação, Estabelecimentos e Construção"

Maria da Conceição Cabral Leite Rodol de Santa Rita

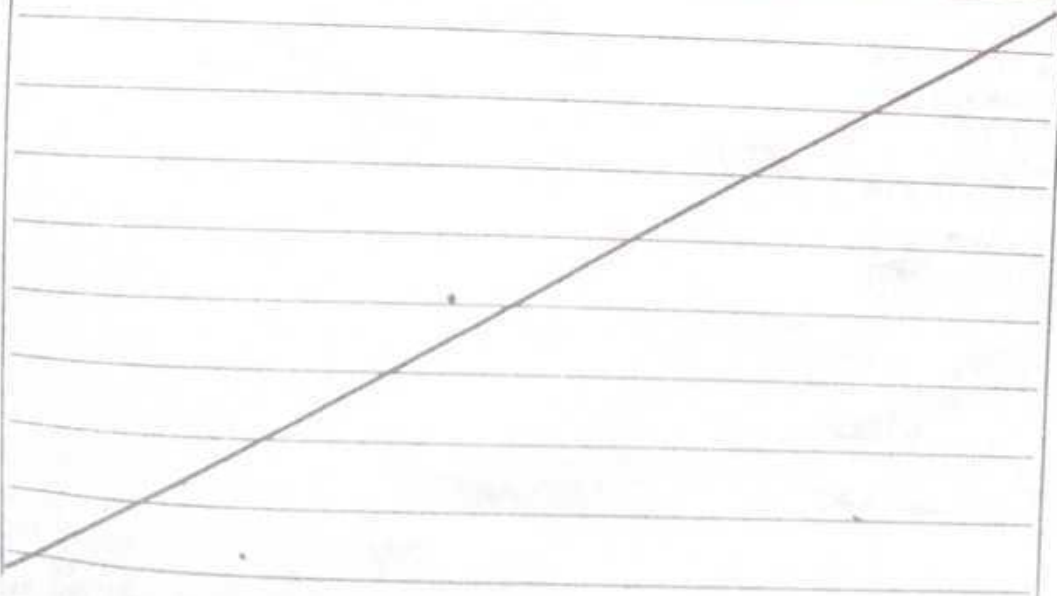
Jose Luis do Carmo Pereira

Albino Pires Bernardino

A Testar

João José Rodrigues

Carta registrada sob o nº 109.24/11



OS PROJETOS E DOCUMENTOS AFINS DAS OPERAÇÕES SAAL DE TAVIRA

4 OUTRA DOCUMENTAÇÃO

Operação SAAL 1º de Maio, Tavira

- 1 - Empréstimo de filme pela Associação Portugal-URSS (jan. 1976)
- 2 - Equipa técnica SAAL: boletim de viagens, faturas mensais de honorários com composição da equipa, contratação externa de serviços a Cidália Morais dos Reis nas funções de 3ª oficial (out./dez. 1976)

Operação SAAL Amigos Unidos de Cabanas

- 3 - Equipa técnica: contrato de trabalho da equipa (1975-07-21), contratação externa de serviços a Cidália Morais dos Reis nas funções de 3ª oficial (set. 1976) e faturas mensais de honorários com composição da equipa(out./dez. 1976).

SAAL/Algarve

- 4 - Posição pública das e dos trabalhadores das equipas do SAAL/Algarve face ao despacho interministerial de “extinção” do SAAL de 27 de outubro de 1976 (1976-11-26)
- 5 - Troca de documentação entre CMT e FFH (1976-1978)

[Arquivo do IHRU, “ex-FFH”]



ASSOCIAÇÃO [PORTUGAL] [U. R. S. S.]

R. Garrett, 80-3.-B — Lisboa — Telef. 36 55 86/7

Recibo n.º 127

Esc. -----1.000\$00

Sócio n.º _____

Nome SAAL -

Telef. 769150

Morada Av. 5 de Outubro, 125-8ª Lisboa

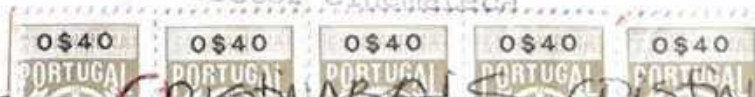
Importância mil escudos

Referente a empréstimo de filme por 3 semanas

Data 3 / 1 / 76

*lança/lança
ad
a fact até
na pass 2*

Sector Cinematoca





DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO AMBULATORIO LOCAL

FACTURA MENSAL DE HONORÁRIOS DA EQUIPA DE APOIO LOCAL

Concelho Tavira

Local Tavira

Factura do mês de 20 Outubro/19 Novembro

94.

Nome Completo do Chefe da Equipa João Carlos Baptista Moitinho de Almeida

	Nome	Designação Profissional	Nº Horas		\$/Hora		Totais Parciais		Total
			atelier	outras	atelier	outras	atelier	outras	
9400	João Moitinho de Almeida	Est. último ano	30	8	102\$00	76\$50	3.060\$00	612\$00	3.672\$00
9404	Ma teus Teixeira de Azevedo	Engº Civil 2º cla.	10	2	122\$00	91\$00	1.220\$00	182\$00	1.402\$00
9407	Hou Kay Hi	Desenhador Chefe	10	5	88\$00	66\$00	880\$00	330\$00	1.210\$00
9408	Alvaro Torre	1º Oficial	-	56	-	66\$00	-	3.696\$00	3.696\$00
9410	Ann Maria Ferrão Lopes	3º Oficial	30	3	64\$00	48\$00	1.920\$00	144\$00	2.064\$00
9411	José Gravat Rodrigues	3º Oficial	25	5	64\$00	48\$00	1.600\$00	240\$00	1.840\$00
9412	António Luis Saraiva	3º Oficial	22	50	64\$00	48\$00	1.408\$00	2.400\$00	3.808\$00
9403	António Chaves Ramos	Engº Civil 1º cla.	-	151,5	-	104,50 109\$00	-	16.589,30 16.917\$00	16.589,30 16.917\$50

Outras Despesas

Total 34.281,30
~~34.205\$50~~

SÃO: TRINTA E CINCO MIL, SETECENTOS E CINCO ESCUDOS E CINQUENTA CENTAVOS.

Designação	\$/Unidade	Custo
Transportes em viaturas particulares - 180 km	3\$00	540\$00
Recibo de trabalhos efectuados - Cidália Moraes dos Reis		960\$00
		1.500\$00

Valor Final 35.781,30
~~35.705\$50~~

Assinatura
Mod 5

[Handwritten Signature]

À

EQUIPA DE APOIO LOCAL

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES "1º DE MAIO"

TAVIRA

Recebi desta Equipa de Apoio Local de Tavira, referente a trabalhos por mim efectuados, a quantia de ESC. 960\$00 (NOVECENTOS E SESSENTA ESCUDOS).

Tavira, 19 de Novembro de 1976



Cidália Moraes dos Reis

Cidália Moraes dos Reis

À

Equipa de Apoio Local

Associação de Moradores "1º de Maio"

TAVIRA

Recebi desta Equipa de Apoio Local de Tavira, referente a trabalhos por mim efectuados, a quantia de ESC. 6 384\$00 (Seis mil trezentos e oitenta e quatro escudos).

Tavira, 19 de Dezembro de 1976

Maria Cidália Morgais dos Reis

APROCESSADO

Por ordem da Comissão Directiva

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO AMBULATORIO LOCAL
FACTURA MENSAL DE HONORÁRIOS DA EQUIPA DE APOIO LOCAL

Jun

JL

Concelho TAVIRA
Local TAVIRA
Factura do mês de 20 DEZ / 19 JANEIRO

Nome Completo do Chefe da Equipa DR CARLOS BAPTISTA MOUTINHO DE ALMEIDA

Nome	Designação Profissional	Nº Horas		\$/Hora		Totais Parciais		Total
		atelier	outras	atelier	outras	atelier	outras	
JOÃO MOUTINHO DE ALMEIDA	EST. NO ÚLT. ANO - CHEFE EQ	15	24	122,00	91,00	1830,00 ✓	2184,00 ✓	4014,00 ✓
JOSE CARLOS CARVALHO	EST. NO ANTEPENÚLTIMO ANO	15	24	72,00	54,00	1080,00 ✓	1296,00 ✓	2376,00 ✓
IRMA VILELA BASTOS	2º OFICIAL	15	24	76,00	57,00	1140,00 ✓	1368,00 ✓	2508,00 ✓
JOÃO MANUEL DO BRITO	ENGENHEIRO CIVIL DE 1ª	11	21	146,00	109,50	1606,00 ✓	2299,50 ✓	3905,50 ✓

Outras Despesas Total 12 803,50 ✓

Designação	\$/Unidade	Custo
TRANSPORTES PÚBLICOS 600 Km	1,00/Km	600,00 ✓
TRANSPORTES EM VIATURA PARTICULAR 595 Km	3,00/Km	1785,00 ✓
		2385,00 ✓

Valor Final 15 188,50 ✓

Assinatura

[Handwritten Signature]

Mod 5 SAAT *Sob: faturas por auto e adenda e auto credito e seguinte contabilidade*



FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

capilha nº _____

assunto _____

JOÃO MOUTINHO DE ALMEIDA - 91, 92, 93 e 94

Elga. v.

código _____

TRUÍDA - CABANES - MONTE GORDO

94 - 93 - 91

processo nº _____

MESA

PROPOSTA

1. (Nome) JOÃO MORTUROS DE ALMEIDA (designação profissional) ESTUDANTE DE 1.º ANO
NO ÚLTIMO AÑO e (Nome) JOSÉ CARLOS CARVALHO, (designação pro-
fissional) ESTUDANTE ALCQ ANTE-PEN., (como representantes e para todos
os efeitos responsáveis por uma equipa multidisciplinar consti-
tuída ainda por:

NOMES	PROFISSÃO
<u>ANTÓNIO CHAVES RAMOS</u>	<u>ENGR. 2ª</u>
<u>RITA VILELA BASTOS</u>	<u>2ª OFICIAL</u>
_____	_____
_____	_____

2. OBJECTO DA PROPOSTA

2.1. - Esta proposta diz respeito a apoio profissional multidis-
ciplinar a operações de reabilitação e/ou reconstrução de aglomera-
dos de habitação deficiente, conduzidas pelas respectivas populações
de acordo com o Despacho conjunto do MAI e SEHU de 31 de Julho de
1974 e nas condições adiante discriminadas.

TAVIRA — 94
CABANAS — 93
MONTE GORDO — 91

2.2. - A proposta abrange o(s) aglomerado(s) de _____
e sua zona territorial. De qualquer modo, a proposta poderá alargar-
-se posteriormente a outros aglomerados ou zonas, mantendo-se ou não
as condições estipuladas, por acordo entre os proponentes e o SAAL,
mediante a assinatura de protocolo.

3. DURAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. - A tarefa objecto desta proposta terá a sua duração limita-
da à apresentação de uma nova proposta nos termos do 3.2. e do docu-
mento em anexo, de 26 de Maio saído do Seminário SAAL da mesma data,
até a um período máximo de 6 meses, sendo este período e os seguintes
de igual duração, renovados automaticamente quando não houver indica-
ção em contrário.

De Comissão Instaladora Reg. Algarve

Para Secção de Contabilidade Orçamental

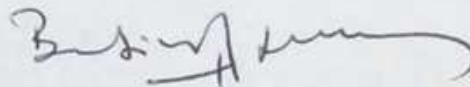
Ref.º Pessoal

ASSUNTO: MOVIMENTO DE PESSOAL

Levamos ao v/conhecimento que foi admitida para prestar serviço na Equipa de Apoio Local, de Cabanas, chefiada por João Carlos Baptista Moitinho de Almeida, e para prestar serviço nas operações de Tavira, Cabanas, Monte Gordo e Vila Real de Santo António, MARIA CIDÁLIA MORAIS DOS REIS, com a designação profissional de 3º oficial.

Nestes termos agradecemos que nos sejam indicados os respectivos números mecanográficos.

SERVIÇO DE APOIO AMBULATORIO LOCAL, em 30 de Setembro de 1976
PEL' Comissão Instaladora da Regional do Algarve



Bernardino Ramalhe
(Arquitecto)

AT/MJ

Resposta

Data / /

Ref.º

Colocada ao computador em 11/10/76
[Handwritten signature]



DIRECCÃO DE SERVIÇOS DE APOIO AMBULATORIO LOCAL

FACTURA MENSAL DE HONORÁRIOS DA EQUIPA DE APOIO LOCAL

Concelho Tavira

Local Cabanas

Factura do mês de 20Outubro/19Novembro

93.

João Carlos Baptista Moitinho de Almeida

Nome Completo do Chefe da Equipa

	Nome	Designação Profissional	Nº Horas		\$/Hora		Totais Parciais		Total
			atelier	outras	atelier	outras	atelier	outras	
9300	João Moitinho de Almeida	Est. último ano	30	8	102\$00	76\$50	3.060\$00	612\$00	3.672\$00
9307	Hou Kay Hi	Desenhador Chefe	10	5	88\$00	66\$00	880\$00	330\$00	1.210\$00
9308	Alvaro Torre	1º Oficial	-	57	-	66\$00	-	3.762\$00	3.762\$00
9310	Ana Ferrão Lopes	3º Oficial	30	3	64\$00	48\$00	1.920\$00	144\$00	2.064\$00
9311	José Gravata Rodrigues	3º Oficial	25	5	64\$00	48\$00	1.600\$00	240\$00	1.840\$00
9312	António Luis Saraiva	3º Oficial	9	50	64\$00	48\$00	576\$00	2.400\$00	2.976\$00

SÃO: DEZOITO MIL, OITOCENTOS E NOVE ESCUDOS.

Outras Despesas

Total **15.524\$00**

Designação	\$/Unidade	Custo
Transportes em viaturas particulares - 775 Km	3\$00	2.325\$00
Recibo de trabalhos efectuados - Cidália Moraes dos Reis		960\$00
		3.285\$00

Valor Final **18.809\$00**

Assinatura
Mod 5

JOÃO CARLOS BAPTISTA MOITINHO DE ALMEIDA

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO AMBULATORIO LOCAL
FACTURA MENSAL DE HONORÁRIOS DA EQUIPA DE APOIO LOCAL

Jan

J.P.

Concelho TAUÍRA
Local CABANAS
Factura do mês de 20 DEZEMBRO/19 JANEIRO

Nome Completo do Chefe da Equipa JOÃO CARLOS BAPTISTA MONTINHO DE ALMEIDA

Nome	Designação Profissional	Nº Horas		\$/Hora		Totais Parciais		Total
		atelier	outras	atelier	outras	atelier	outras	
JOÃO MONTINHO DE ALMEIDA	EST. ND. ÚLT. ANO - CHEFE EQ	16	25	122,600	91,300	1952,900	2275,100	4227,900
JOSÉ CARLOS CARVALHO	EST. ND. ANTEPENÚLTIMO ANO	16	25	72,100	54,100	1152,100	1350,100	2502,100
PIPA VILELA BASTOS	2º OFICIAL	16	25	76,100	57,400	1216,600	1425,100	2641,500
JOÃO MANUEL DO BRITO	ENG. CIVIL DE 1ª CLASSE	10	15	146,100	109,150	1460,900	1642,150	3102,150

Outras Despesas Total 12472,950

Designação	\$/Unidade	Custo
TRANSPORTES EM VIATURA PARTICULAR 478 Km	3,00/Km	1434,000

1.434,000

Valor Final 13906,150

Assinatura

[Handwritten Signature]

... e seus estudos e a seguinte conta:

INFORMAÇÃO :

• Presidente da República
Primeiro Ministro
Conselho da Revolução
Presidente da Comissão Constitucional
Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção
Ministro da Administração Interna
Governador Civil de Faro e Comissário do Governo
" " Lisboa
" " Porto
Gabinete do Planeamento do Algarve
Fundo de Fomento da Habitação
Cooperativa de Construção Fazhabita, Silves
" Habitação , Sagres
Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português
" " Partido Socialista Português
Câmaras Municipais :

• Lagos
Monchique
Portimão
Lagôa
Vila do Bispo
Silves
Tavira
Vila Real de Santo António
Loulé
Olhão
Aljezur
Albufeira
Faro
Alcoutim
Castro Marim

e a todos os órgãos da Comunicação Social.

SAAL ALGARVE

EQUIPAS DE APOIO LOCAL

1976

DIÁRIO DA REPÚBLICA LOCAL

PREÇO DESTE NÚMERO - 5500

O preço das anúncios é de 17% a linha, acrescido do respectivo imposto de selo, antecipado e efectuar na imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trata de entidade particular.

ASSINATURAS	
Ano 1975	5500
Ano 1976	5500
Semestre	3500
Apêndice - anual, 6000	3500
Preço nulo - por página, 150	

Divisão de Imprensa e a assinatura pública e do Diário da República deve ser dirigida para a Imprensa Nacional, Rua do D. Francisco, 5, Lisboa-1.

As três séries A, B e C, a 1.ª série A, a 2.ª série B, a 3.ª série C. A estes preços acrescem os portes de correio.

ANOS DA NOSSA POSIÇÃO

SUMÁRIO

Ministérios da Administração Interna e da Habitação, Urbanismo e Construção:

Despacho ministerial:
Determina normas para a sustentabilidade social, o constante desenvolvimento e construção clandestina.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DA HABITAÇÃO, URBANISMO E CONSTRUÇÃO

Despacho ministerial

1. Por despacho conjunto do Ministro da Administração Interna e do Secretário do Estado da Habitação e Urbanismo de 31 de Julho de 1974, publicado no Diário do Governo, de 6 Agosto, ficou estabelecido o plano da Habitação (FFH) a nível local (SAAL), para apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas das populações mal alojadas no sentido de colaborar na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, no mesmo despacho, este tipo de apoio face das graves carências das principais aglomerações urbanas para arrançar pro-

3. Como princípio geral, deviam os trabalhos de infra-estruturas viária e sanitária, base essencial das operações, ser custeados pela autarquia local, a qual deveria pôr à disposição das operações os terrenos necessários à urbanização — a ceder, em princípio, sob a supervisão estatal, sem prejuízo da obtenção de participação estatal, nestes casos com prioridade funcional a curto prazo — programas supunham terrenos para a preparação de concursos e despesas de financeira por parte do Estado ou autarquias locais.

6. Pelas razões expostas, não têm as populações mal alojadas sido acompanhadas como se tornava necessário, do espírito do despacho que as mandava organizar, actuando à margem do FFH e das próprias câmaras locais, que deveriam ser os principais veículos da condução do processo.

7. Pelo número de operações, nem às câmaras municipais foi facultada a possibilidade do seu contributo, este tipo de operações, nem os terrenos envolvidos com a celeridade que o processo impõe, o número de fogos construídos até esta data quer significado.

informação pública

Desde o início da actividade das Equipas (EALs) do serviço SAAL que lhes tem sido dirigidos ataques violentos e constantes com várias origens, mas demonstrando sempre um denominador comum, o dos interesses de classe que se opõem ao caminho para o socialismo.

Se o SAAL fosse apenas mais um serviço tecnocrático funcionando em gabinetes e produzindo um trabalho anónimo e paternalista dirigido à construção de umas tantas habitações em vários locais do País, tudo ao jeito do antigamente, é evidente que esses interesses de classe, não se teriam sequer movimentado, e até apreciariam o SAAL.

Mas não é, é muito mais do que isso, e pelo que é desencadeou essa fúria demolidora.

Conscientes de que esses ataques, como é tática habitual nas forças anti-progressistas denegriam as pessoas, visando na realidade as ideias e os organismos que as servem, nunca respondemos às calúnias que nos eram dirigidas.

Nem é isso que agora pretendemos com esta informação pública.

Mas impõe-se-nos, perante a promulgação do Despacho conjunto dos Ministros da Administração Interna e da Habitação Urbanismo e Construção de 27.10.76, e os discursos proferidos no dia seguinte nas tomadas de posse dos Comissários do Governo, vir denunciar e desmascarar publicamente esse golpe ministerial, montado com as características de uma operação terrorista, desde o secretismo e o rigor da sua preparação ao efeito de surpresa, espectacularidade, e divulgação conferidos à acção, à ausência de escrúpulos na selecção dos meios utilizados, e terminando na indiferença em atingir indiscriminadamente tanto os alvos pretendidos como outros.

Reveste-se o golpe ainda de mais anti-democrática faceta de manipulação da opinião pública, quando joga habilidosamente com números globais, escolhidos para impressionar e emocionar escamotiando o significado e a verdade sobre esses mesmos números.

Essa selecção de meios, como os números que são apenas parte da verdade e como tal em vez de esclarecer deformam a realidade, permite ainda classificar a Operação Ministerial como demagógica e caluniadora.

Como aparente alvo principal, os senhores do Governo acusam as EALs (mas não escapam as próprias Associações de Moradores que se diz pretender defender), e pretendem apoiar-se em terem sido subtraídas às Câmaras e ao Fundo de Fomento da Habitação quaisquer possibilidades de participarem, como lhes competiria, no andamento do processo SAAL.

Ora bem, nada de equívocos.

O verdadeiro alvo foi o próprio SAAL, a estrutura que se construiu ao nível nacional, e que se soube aliar às organizações dos moradores face a um aparelho de Estado que, tendo aberto o processo com o Despacho de Julho de 1974, acabou por se lhe tornar hostil quando se colocou ao serviço dos interesses de classe que se opõem aos das populações desfavorecidas.

É essa estrutura que se pretende dismantelar agora, quebrando-lhe a dimensão nacional através da nomeação de Comissários do Governo regionais, asfixiando os serviços centrais e regionais e tentando isolar os órgãos locais (as EALs), denegrindo-as aos olhos das populações com as acusações que lhes são feitas.

A melhor resposta a essas acusações é a qualidade do trabalho produzido, e a certeza das EALs de que a metodologia do SAAL se afirmou, na prática, como a resposta autêntica aos anseios das populações.

E ficar-nos-íamos por aqui, sem mais respostas como de costume, se não fosse os senhores do Governo terem ido longe de mais, enganando as pessoas com a maneira como utilizaram a responsabilidade dos seus cargos fazendo considerações infamantes e dando informações deformadas sobre as EALs.

Assim, informamos nós, em resposta, com os números do mapa junto, exactos e agora devidamente expostos, que são a verdade sobre os vencimentos dos membros das EALs.

Na referência feita às Associações de Moradores, (AMs), é dito pelo Ministro da Administração Interna que "230 mil contos foram entregues a moradores, cuja efectiva utilização e destino se impõe averiguar."

Não somos, nem pretendemos ser, advogados das AMs. do processo SAAL.

Competirá às AMs. dizerem do que tem sido a sua luta para conseguirem os financiamentos (subsídios e empréstimos) que lhes são devidos sem favor nenhum, do que lhes tem saído das algibeiras, bem pouco fundas, nessa luta, e de como tem utilizado o que tem conseguido receber.

Mas embora os dinheiros do Estado gastos pelas AMs. lhes sejam entregues directamente pelo Fundo de Fomento da Habitação, e sem passar por mais mãos nenhuma, incluímos no entanto mapas indicativos das datas e dos montantes dos pedidos e dos recebimentos. O que foi feito com esse dinheiro cada um que queira que vá perguntar ou ver, junto das AMs.

Quanto às Câmaras, nós entendemos que as que apoiam o SAAL poderão vir esclarecer os seus munícipes sobre o que o SAAL tem sido, e sobre se os problemas que tem tido para a sua participação no SAAL são culpa das EALs ou do Código Administrativo fascista que continua em vigor e as rege, aliado às carências dos quadros técnicos e administrativos das próprias Câmaras. As que não apoiam que digam porque.

E sobre o que o Despacho diz a respeito do Fundo de Fomento da Habitação, olhem que não, senhores do governo, olhem que não é isso que dizem o que realmente consta dos documentos em poder do próprio Fundo de Fomento da Habitação.

Em 17 de Novembro de 1976

1 ASSOCIAÇÕES COM OBRAS EM CURSO

EQUIPA 1 DE LAGOS	LOCAL	CONCELHO	FOGOS
A.M. 25 de Abril	Apeadeiro	Lagos	41
A.M. 19 de Maio	Duna	"	18
A.M. 28 de Setembro	Cerca	"	108
A.M. 11 de Março	Luz	"	17
A.M. Boa Hora	C.Maravilhas	Portimão	54
			<u>238</u>

EQUIPA 2 DE LAGOS

A.M. Unidade	Brugau	V.Bispo	16
A.M. Liberdade	Espiche	Lagos	31
A.M. Progresso	Silves	Silves	56
A.M. B.Vermelho	Enxerim	"	34
A.M. Boa Vontade	Mex.Carreg.	Lagoa	70
A.M. Boa Esperança	Estrombar	"	60
			<u>267</u>

EQUIPA 3 DE LAGOS

A.M. Zona Verde	Bensafrim	Lagos	21
A.M. B.Popular	Alvor	Portimão	99
A.M. Um de Junho	C.Maravilhas	Portimão	24
A.M. Progresso	C.Maravilhas	"	75
			<u>219</u>

EQUIPA DE LOULÉ

A.M. 11 de Março	Olhão	Olhão	40
------------------	-------	-------	----

EQUIPA DE TAVIRA

A.M. Amigos Unidos	Cabanas	Tavira	24
A.M. 19 de Maio	Tavira	"	60
A.M. Povo Unido	Monte Gordo	V.R.Sto.Ant.	133
			<u>217</u>

TOTAL 981

2 ASSOCIAÇÕES ESPERANDO POR TERRENOS OU VERBAS

EQUIPA 1 DE LAGOS

A.M. O Povo Vencerá	Aljezur	Aljezur	21
---------------------	---------	---------	----

EQUIPA 3 DE LAGOS

A.M. 1 de Maio	Monchique	Monchique	64
----------------	-----------	-----------	----

EQUIPA DE LOULÉ

A.M. Quarteira	Quarteira	Loulé	150
A.M. 18 de Maio	Olhão	Olhão	50

EQUIPA DE TAVIRA

A.M. 28 DE Junho	VR.St.Ant.	V.R.St.Ant.	80
			<u>365</u>

TOTAL 1.346

3 ASSOCIAÇÕES EM ORGANIZAÇÃO OU PREPARANDO PROJECTO

EQUIPA DE LOULÉ

A.M. 19 de Maio	Alte	Loulé	32
A.M. 26 de Junho	Loulé	Loulé	
A.M. 17 de Junho	Ferreiras	Albufeira	
A.M. B.Corte Real	Albufeira	"	

EQUIPA 1 Lagos OPERAÇÕES	data de escritura de constituição	data de início de obra	SUBSÍDIOS A FUNDO PERDIDO			UTILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS		EMPRÉSTIMOS				
			verba	data do pedido	data da publicação	data	verba	montante	data do pedido	data da escritura	data da autorização	verba
A. M. 25 ABRIL lagos	7. 2. 75	1.75	818 c.	coord geral	7. 1. 75			3055 c.	23. 2. 76	5. 11. 76	—	—
41 FOGOS	A OBRA ESCRETOU DI- NHEIRO DOS SUBSÍDIOS A F. P. TEM DIVIDAS DE MATERIAIS DESDE ABRIL /76. TEM DIVIDAS DE SALÁRIOS DESDE JULHO /76.		—	—	2. 4. 75	5.75	120 c.					
			—	—	—	6.75	258 c.					
			—	—	—	8.75	130 c.					
			—	—	—	9.75	310 c.					
			1582 c.	24. 7. 75	25.10.75	11.75	1.560 c.					
			—	—	—	4.76	22 c.					
A. M. 1º MAIO lagos	7. 2. 75	3.75	441 c.	coord geral	7. 1. 75							
18 FOGOS	IDEM A. M. 25 DE ABRIL. DIVIDAS DE MATERIAIS DESDE ABRIL /76. DIVIDAS DE SALÁ- RIOS DE AGOSTO /76		—	—	2. 4. 75	6.75	79 c.	1900 c.	31. 1. 76	5. 11. 76	intercalat 8.76	400 c.
			—	—	—	8.75	131 c.					
			—	—	—	9.75	231 c.					
			639 c.	24. 7. 75	25.10.75	12.75	639 c.					
A. M. 28 SETEMB lagos	7. 2. 75	4.75	818 c.	coord geral	7. 1. 75			15.700 c.	5.76	—	—	
108 FOGOS	A OBRA AINDA TEM DI- NHEIRO DOS SUBSÍDIOS A F. P.		—	—	2. 4. 75	7.75	146 c.					
			—	—	—	8.75	74 c.					
			—	—	—	9.75	318 c.					
			2500 c.	24. 4. 75	25.10.75	11.75	2.500 c.					
			3.141 c.	17. 11.75	2. 6. 76	4.76	1.930 c.					
			—	—	—	9.76	1.211 c.					
A. M. 11 MARÇO praia da luz	9. 4. 75	4.75	201 c.	coord geral	7. 1. 75			1.700 c.	8. 3. 76	5. 11. 76	—	—
17 FOGOS	IDEM A. M. 25 DE ABRIL. D. MAT. AG. /76 D. SALÁ. AGOSTO /76		—	—	2. 4. 75	8.75	56 c.					
			—	—	—	9.75	145 c.					
			818 c.	24. 7. 75	25.10.75	11.75	818 c.					
A. M. BOA HORA portimão	13. 3. 75	4.75	3000 c.	coord geral	26. 7. 76	9.75	832 c.	5.055 c.	25. 2. 76	5. 11. 76	—	—
54 FOGOS	IDEM A. M. 25 DE ABRIL. D. MAT. JAN. /76 D. SALÁRIOS JR. LHO /76		—	—	—	11.75	484 c.					
			—	—	—	12.75	1.684 c.					
			240 c.	17. 11. 75	4. 2. 76	3.76	240 c.					
A. M. O POVO VENCERA aljezur 21 FOGOS	11. 12. 75 2. 3. 76	A CÂMARA AIU. DA MÃO TONDU POSSE DO TERRENO	1800 c.	2. 4. 76	8. 9. 76	—	—	—	—	—	—	—

EQUIPA 2 LUGOS OPERAÇÕES	data de escritura de constituição	data de início de obra	SUBSÍDIOS A FUNDO PERDIDO			UTILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS F.P.		EMPRÉSTIMOS				
			verba	data do pedido	data da publicação	data	verba	montante	data do pedido	data da escritura	data da autorização	verba
A.M. UNIDADE burgau	30.6.75	10.75	960 c 480 c	24.9.75 22.3.76	25.10.75 2.6.76	11.75 6.76	860 c 480 c	1.582 c	22.3.76	5.11.76	---	---
17 FOGOS	ACABA-SE O DIREITO DE SUBSÍDIO F.P. EM NOV. 76											
A.M. BOA VONTADE mexilhoeira da carregação			5.7.75	5.76	2.200 c 2.000 c --- --- 2.100 c	coord. geral 25.1.76 --- --- 8.4.76	6.11.75 2.6.76 --- --- 8.10.76	2.76 6.76 8.75 8.76 9.76 10.76	1.260 c 594 c 559 c 946 c 650 c 650 c	25.000 c	8.4.76	---
70 FOGOS	A OBRA AINDA TEM DIFERENÇA DE VALOR DOS SUBSÍDIOS F.P.											
A.M. LIBERDADE espiche			11.75	2.76	1.200 c 560 c --- 930 c ---	25.1.76 25.2.76 --- 6.4.76 ---	2.6.76 2.6.76 --- 8.10.76 ---	6.76 7.76 9.76 10.76 11.76	360 c 340 c 400 c 160 c 150 c	7.434 c	30.4.76	5.11.76
31 FOGOS	A MESMA SITUAÇÃO DA A.M. BOA VONTADE											
A.M. B. VERMELHO inxerim			3.11.75	5.76	2.040 c 1.020 c	3.11.75 6.4.76	2.6.76 8.10.76	5.76 9.76 10.76	612 c 603 c 200 c	10.034 c	---	---
34 FOGOS	IDEM A.M. BOA VONTADE.											
A.M. PROGRESSO silvas			7.11.75	9.76	3.300 c 1.380 c	10.12.75 6.4.76	2.6.76 8.9.76	5.76	990 c	9.950 c	30.4.76	---
56 FOGOS	IDEM A.M. BOA VONTADE.											
A.M. BOA ESPER. estorbai			11.2.76	7.76	3.600 c 1.800 c	25.2.76 2.4.76	2.6.76 8.10.76	5.76 11.76	1.080 c 500 c	18.330 c	30.4.76	---
60 FOGOS												

EQUIPA 3 OPERAÇÕES	data de escritura de constituição	data do inicio de obra	SUBSÍDIOS A FUNDO PERDIDO			UTILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS F.P.		EMPRESTIMOS					
			verba	data do pedido	data da publicação	data	verba	montante	data do pedido	data da escritura	data da autorização	verba	
A. M. UM MAIO monchique	19.6.75		2000 c	coord. geral	26.7.75	11.75	600 c	21997 c	7.6.75				
	AÇEWARA AINDA NÃO TOMOU POSSE DO TERREMO.		1.840 c		17.11.75								
			1.920 c		7.6.76								
64 FOGOS													
A.M. ZONA VERDE bensatrim	21.5.76	9.76	1.260 c		6.76								
21 FOGOS	AINDA NÃO RECEBERAM O SUBSÍDIO A F.P.												
A.M. BAIRRO POPULAR alvor		5.8.75	12.75	2000 c	coord. geral	3.12.75	11.75	360 c	4.744 c	2.4.76	5.11.76		
	A OBRA ESOTOU O FINHEIRO DOS SUBSÍDIOS A F.P. E TEM DIVIDAS DE SALÁRIOS E MATERIAIS DESDE SETEMBRO /76						2.76	538 c					
							4.76	445 c					
							5.76	657 c					
				880 c	25.1.76	2.6.76	6.76	567 c					
							7.76	250 c					
				1.440 c	2.4.76	11.6.76	8.76	640 c					
							9.76	549 c					
48 FOGOS													
A.M. UM JUNHO portimão	29.7.75	11.75	1.440 c	31.10.75	4.2.76	2.76	432 c	3.183 c	8.4.76	5.11.76			
	IDEM A. M. ALVOR. DIVIDAS DE MATERIAIS REI DE MARÇO /76 DIVIDAS DE SALÁRIOS DES. DE SETEMBRO /76						5.76	393 c					
				720 c	8.4.76	11.5.76	6.76	280 c					
							7.76	334 c					
							8.76	317 c					
							9.76	402 c					
24 FOGOS													
A.M. PROGRESSO portimão	15.1.76	9.76	4.500 c	28.7.76									
75 FOGOS	IDEM A. M. BENSATRIM												

EAL/LOULE OPERAÇÕES	escritura de cons- tituição data	data de início de obra	SUBSÍDIOS A FUNDO PERMIDO			UTILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS		EMPRÉSTIMOS				
			verba	data do pedido	data da publicação	data	verba	montante	data do pedido	data da escritura	data da au- torização	verba
A.M. 11 de Março Oliveira 40 fogos	5/7/75 A obra tem ainda verba de fundo perdido.	11/75	2.400 c. 1.200 c.	30/12/75 1/7/76	2/6/76 —	27/4/76 2/7/76 2/11/76	720 c. 720 c. 720 c.	8.263 c.	31/5/76	5/11/76		
A.M. de Queiteira 150 fogos	31/10/75 De fundo p. soli- citação feita por publicação PONTANA EXOR.		5.000 c.	12/75	2/6/76	—	—					
A.M. 26 de Junho Louie 138 fogos	9/10/76 Solicitação a um Loteamento de 100 com 1-1-1 Área má com Área má											
A.M. 1º de Maio Alte 32 fogos	12/7/76 Projecto de urbanização em curso		2880 c.	30/9/76	—							
A.M. 17 de Junho Ferreiras 50 fogos	5/8/76 IDEM A.M. DE LOULE											
A.M. 18 Maio Oliveira 50 fogos	14/7/76 IDEM A.M. 15 DE MAIO		4500 c.	30/9/76	—							

EQUIPA OPERAÇÕES	data de escritura constituída	data de início de obra	SUBSÍDIOS A FUNDO PERDIDO			UTILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS A F. P.		EMPRÉSTIMOS				
			verba	data do pedido	data de publicação	data	verba	montante	data do pedido	data da escrituraturação	data da autorização	verba
A.M.1º de Maio TAVIRA	13.6.75	19.3.76	4.770c.	11.75	4.2.76	22.3.76	470,00c.	13.400c.	31.5.76	5.11.76	-	-
						31.4.76	957,80c.					
						25.7.76	902,80c.					
						11.10.76	1020,00c.					
						3.11.76	634,40c.					
60 FOGOS			810c.	3.5.76	10.11.76	-	-					
A.V. Amigos	14.10.75	5.2.76	1.785c.	24.11.75	22.1.76		550c.	4.290c.	31.5.76	5.11.76	-	-
Un. Idos de Cabanas							291c.					
CABANAS/TAVIRA							607,40c.					
24 FOGOS			375c.	31.5.76	4.11.76	18.11.76	375c.					
A.K. Povo Unido	28.5.75	2.11.76	5.000c.	30.11.75	4.2.76		500c.	27.023,6	31.5.76	-	-	-
de Monte Gordo		Infraestruturas (mov. geral de terras)					15.11.75	500c.				
133 FOGOS			6.970c.	12.5.76	10.11.76	-	-					
A.M. 28 de Junho Vila Real Stº. António	4.3.76	-	4.800c.	3.76	2.6.76		480c.	-	-	-	-	-
80 FOGOS			2.400	18.10.76	(1)							

1 - Esta verbe já não foi autorizada com o fim do SAAL, terá de ser reformulado o pedido através da Câmara Municipal.

EQUIPAS DE LAGOS.

VERBAS PAGAS PELO F.F.H. PARA VENCIMENTOS

NOME	SITUAÇÃO	N.º DE MESES	VERBAS PAGAS PELO F.F.H. PARA VENCIMENTOS																	MÉDIA MENSAL
			A.M. 25 DE ABRIL - APEADEIRO	A.M. 1.º DE MAIO - DUNA	A.M. 28 DE SETEMBRO - LAGOS	A.M. 11 DE MARÇO - PRAIA DA LUZ	A.M. 8 DE ABRIL - PORTIMÃO	A.M. 10 DE ABRIL - VENEZA	A.M. 11 DE ABRIL - ALJEZUR	A.M. 11 DE ABRIL - BUKGAU	A.M. 11 DE ABRIL - BUKGAU	A.M. 11 DE ABRIL - BUKGAU	A.M. 11 DE ABRIL - BUKGAU	A.M. 11 DE ABRIL - BUKGAU	A.M. 11 DE ABRIL - BUKGAU	A.M. 11 DE ABRIL - BUKGAU	A.M. 11 DE ABRIL - BUKGAU	A.M. 11 DE ABRIL - BUKGAU	A.M. 11 DE ABRIL - BUKGAU	
EQUIPA 1																				
JOSÉ VELOSO	COMPLETO	31	34.246,5	49.147,0	95.333,0	29.210,0	33.535,5	23.396,5	10.402,0	18.071,0	9.874,0	21.075,0	58.895,0	19.849,0	31.580,0	19.058,0	33.777,0	18.515,0	48.348,0	17.917,0
DAVID OLIVEIRA	INCOMPLETO	23	46.110,5	33.306,0	56.255,0	20.782,5	19.356,5	7.007,0	5.077,0	4.186,0	2.015,0	2.457,0	6.825,0	—	4.914,0	56,0	2.415,0	18.203,0	—	12.954,0
ARTUR SEQUEIRA	COMPLETO	15	2.346,0	56,0	1.849,0	1.783,0	1.650,0	—	56,0	858,0	1.320,0	1.594,0	—	—	1.185,0	—	1.512,0	1.716,0	—	1.847,0
EQUIPA 2																				
PEDRO VIEIRA	INCOMPLETO	15	—	355,5	1.185,0	237,0	—	—	4.698,0	21.325,0	13.504,5	11.984,5	30.215,0	8.465,0	—	—	395,5	—	—	1.815,0
LUIZ ABREU	"	27	4.075,0	364,0	10.297,5	—	1.729,0	1.658,0	273,0	7.098,0	12.674,5	5.915,5	25.389,0	10.447,0	16.380,0	5.907,0	8.168,0	2.775,0	50.295,0	5.874,0
EQUIPA 3																				
JOSÉ BRITO COSTA	"	10	—	—	—	—	—	25.571,0	—	—	—	13.620,0	2.821,0	—	19.565,0	11.155,0	17.065,0	15.004,0	19.196,0	11.366,0
JOSÉ RIJO	"	21	1.224,0	1.074,0	382,0	765,0	1.530,0	2.830,0	6.985,0	352,0	8.185,0	7.803,0	6.045,5	—	64.527,0	15.389,0	2.907,0	4.526,0	24.850,0	7.009,0
GABINETE TÉCNICO																				
JOSÉ ANT. GONÇALVES	COMPLETO	10	21.750,0	12.570,0	105.350,0	6.730,0	6.690,0	2.720,0	6.730,0	2.520,0	2.520,0	2.520,0	2.520,0	1.149,0	369,0	909,0	1.890,0	8.370,0	720,0	14.741,0
JOSÉ COSTA	"	10	3.000,0	540,0	8.190,0	1.230,0	5.340,0	4.800,0	360,0	5.310,0	3.240,0	4.380,0	2.810,0	13.170,0	200,0	540,0	4.800,0	2.650,0	3.540,0	9.051,0
CARLOS GRADE	INCOMPLETO	5	—	180,0	6.780,0	120,0	480,0	8.290,0	240,0	6.360,0	2.300,0	3.180,0	1.680,0	—	—	5.120,0	2.430,0	1.200,0	11.400,0	6.587,0
CARLOS TORRES	COMPLETO	10	192,0	472,0	5.592,0	792,0	2.160,0	7.632,0	3.972,0	10.408,0	7.632,0	3.840,0	1.632,0	5.544,0	7.560,0	3.888,0	1.052,0	1.152,0	3.592,0	6.657,0
L. BALDANHA DA CAMA	INCOMPLETO	20	5890,5	5125,0	14.968,5	3.557,0	34.233,0	15.311,0	15.234,5	9.749,0	9.954,5	7.484,0	11.701,0	11.243,5	3.966,0	3.978,0	14.727,0	15.385,2	14.979,8	7.421,0
ANTONIO OLIVEIRA	"	10	3.213,0	2.643,0	5.346,0	—	108,0	7.560,0	297,0	854,0	5.648,0	3.240,0	21.255,0	—	—	5.242,0	1.538,0	7.465,0	5.102,0	5.823,0
GABINETE LOGÍSTICO																				
M. ZELIA CORREIA	COMPLETO	31	45.174,5	37.723,5	53.426,5	24.426,5	36.169,5	24,0	15.034,0	11.472,5	9.855,5	7.405,5	6.571,5	4.851,0	4.756,5	1.856,0	10.522,5	15.435,0	7.326,0	1.873,5
DULCE COSTA	"	10	7.137,0	7.297,0	7.247,0	4.413,0	6.781,5	—	3.148,5	3.148,0	2.225,0	2.457,0	7.200,0	5.251,5	751,5	—	3.148,5	3.897,0	248,0	5.926,5
LUIZ ROSADO SILVA	"	11	4.024,0	5.495,0	7.768,0	6.049,0	8.850,0	854,0	5.688,0	3.450,0	3.192,0	3.244,0	1.008,0	2.448,0	1.788,0	3.842,0	2.736,0	5.376,0	864,0	5.926,0
M. LUIZA VELOSO	INCOMPLETO	31	22.550,0	15.060,0	26.330,0	14.980,0	15.420,0	2.100,0	5.370,0	7.410,0	3.270,0	3.120,0	4.650,0	4.250,0	4.940,0	4.800,0	5.310,0	14.220,0	—	4.910,0
LEONARDA GUERREIRO	"	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.787,0	—	—	3.497,0
SERVIÇOS PONTUAIS																				
JULIO MESQUITA	EVENTUAL	—	3.822,0	637,0	637,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
BELIZÁRIO CORREIA	"	—	3.822,0	5.115,0	1.183,0	2.457,0	3.276,0	—	1.183,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
M. ALDINA OLIVEIRA	"	—	10.800,0	540,0	4.920,0	2.280,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
ANTONIO NOBRE	INCOMPLETO	—	—	6.344,5	7.114,5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
J. ALVES PEREIRA	"	—	—	—	24.199,5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
MANOEL LUIS ROCHA	"	—	5.431,5	—	—	25.857,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

	EQUIPA DE LOULÉ.		VERBAS PAGAS P/ F.F.H. P/ VENCIMENTOS								
	HORARIO	Nº DE MESES	A.M. 1º DE MAÇO	OLHÃO	A.M. 10 DE MAIO	OLHÃO	A.M. 1º DE MAIO	ALTE	A.M. ASSOC. DE HOIADRES DE QUARTEIRA	MEDIA MENSAL APROX.	
EQUIPA	MANUEL DIAS	COMPLETO	16	45.111,40	5.643,0	4.950,00	80.652,40	8.522,42			
	AFONSO H. VAIS	"	3	18.615,00	17.629,55	9.471,27	12.830,50	16.310,33			
	M.ª L.ª SILVA	"	15	25.935,50	11.284,00	10.101,00	85.762,60	8.872,51			
	HENRIQUE PSEBONCO	INCOMPLETO	14	71.030,00	---	---	21.860,00	6.694,28			
	JOAQUIM LOUREIRO	"	11	51.948,00	---	---	15.692,00	5.694,85			
	JOSÉ SECURIRA	"	9	14.400,00	---	---	24.984,00	4.375,00			
	M.ª BENILDE BARRALHO	"	10	4.699,55	4.173,00	2.759,00	13.941,55	3.550,64			
	JOÃO BRITO	COMPLETO	7	42.212,42	5.475,00	1.971,50	26.719,50	10.910,60			
	F. DIAS SOARES	"	3	21.930,00	2.910,00	960,00	3.270,00	9.600,00			
	LUÍSA SANT'ANA	"	3	10.212,47	11.245,55	9.371,52	5.431,55	12.086,06			
	SERVIÇOS PONTUAIS	ALVARO BOTA	EVENTUAL	---	7.450,00	---	---	---	---		
		M.ª JULIA AGUIAR	"	---	15.840,00	7.630,00	8.352,00	28.048,00	---		
		LEONEL FADIGAS	"	---	7.117,45	---	---	---	---		
		A. BORGES COELHO	"	---	15.330,00	---	44.238,00	---	---		
		MANUEL SANTOS J.ª	"	---	9.240,00	---	11.520,00	11.220,00	---		
ANTONIO SARAIVA		"	---	3.648,00	2.448,00	---	4.800,00	---			
JOSÉ VELOSO		"	---	---	---	---	47,60	---			
M.ª ZELIA CORREIA		"	---	---	---	---	220,00	---			

Foi feita em devido tempo, pelos serviços centrais do SAAL, a proposta para constituição e instalação no Algarve de uma equipa técnica volante que se destinava a suprir as carências pontuais das EALS.

Não foi posta qualquer objecção por parte da Comissão Directiva do F.F.H., o que permitiu julgar que a sua concretização seria imediata.

No entanto as condições nunca foram criadas, e as várias propostas para a sua formação e funcionamento não mereceram qualquer despacho do F.F.H.

Assim, alguns dos técnicos destinados a serem nela integrados (e cuja atuação é cada vez mais necessária) ficaram "provisoriamente" com os seus vencimentos incluídos na facturação efectuada por esta equipa de Loulé e pela de Tavira (nesta com menos volume), embora os serviços que prestavam e trabalho que executaram cobrissem todas as operações do Algarve.

Decorrente disto são as operações a cargo da EAL de Loulé as que sofrem maior incidência destes encargos com o consequente empolamento artificial dos custos de cada operação.

Além desta leitura de custos viciada também a incidência dos custos das EALS, a nível do Algarve é afectada sensivelmente na de terminação da sua incidência por fogo, que vem referida na página seguinte.

EQUIPA DE TAVIRA

VERBAS PAGAS PELO F.F.H. PARA VENCIMENTOS

NOME	HORARIO	Nº DE MESES	VERBAS PAGAS PELO F.F.H. PARA VENCIMENTOS							MEDIA MENSAL APROX.
			A.M. POVO UNIDO	MONTE GORDO	A.P. AMIGOS UNIDOS	CABANAS	A.N. F.DE MAIO TAVIRA	A.M. 28 DE JUNHO	V.C. 310. ANTº	
JOÃO MOUTINHO	INCOMPLETO	17	42.312,0	44.047,5	48.646,5	34.272,0	9.957,0			
RITA BASTOS	COMPLETO	15	25.080,0	26.391,0	26.049,0	73.691,5	6.078,0			
JOSÉ CARLOS	"	15	20.555,0	28.161,0	29.025,0	9.180,0	5.801,4			
JOÃO BRTO	"	7	27.703,45	26.284,5	19.053,0	2.000,5	10.990,0			
ANTUR SEQUEIRA	"	8	18.282,0	23.290,0	40.854,0	10.280,0	11.583,0			
MATEUS AZEVEDO	INCOMPLETO	8	19.019,0	14.332,5	19.202,0	2.511,5	6.881,0			
ANA LOPES	COMPLETO	9	12.768,0	13.560,0	13.872,0	12.768,0	8.218,0			
HO KAY HI	"	8	8.844,0	12.738,0	38.478,0	26.460,0	10.815,0			
JOSÉ GRAVATA	"	5	7.104,0	7.872,0	6.304,0	6.720,0	6.000,0			
JOSÉ SEQUEIRA	EVENTUAL	-	336,0	---	---	---	---			
ANTONIO RAMOS	"	-	47.082,0	---	5.475,0	---	---			
ALVARO TORRE	"	-	76.744,0	28.578,0	38.082,0	21.054,0	---			
JOSÉ MENESES	"	-	47.961,0	---	---	---	---			
LEONEL FADIGAS	"	-	6.789,0	6.800,5	6.898,5	---	---			
JOSÉ VELOSO	"	-	---	948,0	---	---	---			
Mª LUIZA VELOSO	"	-	---	480,0	---	---	---			
ANTONIO SARAVA	"	-	---	13.776,0	13.776,0	---	---			

EQUIPA

SERVICIOS PONTUAIS

A incidência média dos vencimentos das EALs do Algarve nesta data, é de 4.217,50 por fogo, em condições de produção de trabalho altamente prejudicado pelas perturbações criadas constantemente no SAAL pelo aparelho de Estado.

TRABALHO DE:

- apoio à organização, constituição e legalização das AMs.
- execução dos processos de expropriação de terrenos e apoio às Câmaras na sua tramitação.
- elaboração de estudos prévios, planos gerais, ante-projectos e projectos de arquitectura (em discussão com as AMs)
- elaboração ou acompanhamento de projectos de infra-estruturas e paisagísticos.
- apoio à administração das obras.
- acompanhamento técnico da execução das obras.
- apoio à gestão social e à animação sócio-cultural das AMs.

(em condições idênticas em todo o país, os membros das EALs não têm horário de trabalho, nem horas extraordinárias, nem vencimentos certos, nem período de férias, nem previdência social, nem reforma)

⊞ FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

capilha n.º

assunto CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA

código 1210/DC.

processo n.º

M. H. U. C.

Exm^o. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de

TAVIRA

8729

2210/PC

26. III 1978

Pagamento referente
a **Honorários SAAL**

ll Para conhecimento:

Exm^o Senhor Comissário do Govern-
no para as zonas clandestinas e
degradadas da região de

1. Em conformidade com o disposto no despacho conjunto dos Senhores Ministros da Administração Interna e da Habitação Urbanismo e Construção e na sequência do officio deste Fundo em que se esquematizou o sistema de pagamentos a efectuar às brigadas Técnicas e às Associações ou Cooperativas, para despesas de obra, em operações SAAL em curso, os pagamentos no ano de 1976 foram efectuados directamen-
te, por este Organismo, àqueles entidades.
2. Entretanto, no corrente ano, os pagamentos serão efectnados por essa Autarquia com contrapartida nos fundos que este Organismo porá ao vosso dispôr. Excluem-se deste mecanismo os pagamentos a Associações ou Cooperativas, resultantes de compromissos assumidos em anos anteriores, que continuarão a ser feitos directamente às próprias Associações ou Cooperativas, contra autos visados por essa Câmara Municipal.
3. Neste sentido, junto enviamos o recibo correspondente ao pagamento de
honorários à equipa de Cabanas e Tavira do mês de Março.....
.....
.....
.....



S. R.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA

Exm^o. Sr.

Presidente da Comissão Directiva
do Fundo de Fomento da Habitação
Av^a. Columbano Bordalo Pinheiro, 5

L I S B O A - 1

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

DATA

2140

21.01.1977

ASSUNTO: " **HONORÁRIOS DA EQUIPA DE APOIO LOCAL DO SAAL** "

Junto remeto a V. Ex^a. os documentos abaixo indicados referentes ao SAAL de Tavira e Cabanas de Tavira, entregues nesta Câmara pela Equipa de Apoio Local do SAAL:

- Folhas de Honorário da Equipa de Cabanas no valor de 13 760\$00, e da Equipa de Tavira no valor de 16 557\$00;
- Boletim itinerário em viatura particular, referente a Cabanas, no valor de 225\$00 e a Tavira no valor de 240\$00;
- 2 recibos, respectivamente de Maria Cidália Morais dos Reis, no valor de 3 680\$00 e de Basílio Domingos Trindade Guerreiro, no valor de 3 900\$00.

O. - S. E. T.

rada

Com os melhores cumprimentos

7/7/77

26777

14977

2592

Laureis Silva

RECEBIMOS	DE	11062
A	DATA	
ARG	TO A	
P	G.	
SAIDA		

Presidente da Câmara Municipal,

João Bruno da Rocha Prado

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO AMBULATORIO LOCAL
FACTURA MENSAL DE HONORÁRIOS DA EQUIPA DE APOIO LOCAL

Concelho Tavira
 Local Cabanas
 Factura do mês de 20 Dezembro/19 Janeiro

Nome Completo do Chefe da Equipa João Carlos Baptista Moitinho de Almeida

	Nome	Designação Profissional	Nº Horas		\$/Hora		Totais Parciais		Total
			atelier	outras	atelier	outras	atelier	outras	
9300	João Moitinho de Almeida	Arquitecto	35	5	122800	91800	4 270800	455800	4 725800
9304	Mateus Teixeira de Azevedo	Engº Civil 2ª Cla.	2	3,5	122800	91800	244800	318800	562800
9307	Hou Kay Hi	Desenhador Chefe	35	5	88800	66800	3 080800	330800	3 410800
9310	Ana Ferrão Lopes	3º Oficial	30	-	64800	-8-	1920800	-8-	1 920800
9311	João Gravata Rodrigues	3º Oficial	30	8	64800	48800	1 920800	304800	2 304800
9312	António Luis Saraiva	3º Oficial	30	10	64800	48800	3 200800	480800	3 680800
9308	Alvaro Torre	1º Oficial	-	36	-8-	66800	-8-	2 376800	2 376800

são: VINTE E UM MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E UM ESCUDOS E CINQUENTA CENTAVOS.

Outras Despesas

Total **18 977850**

Designação	\$/Unidade	Custo
Transportes em viaturas particulares - 210 km	3000	630800
Recibo nº. Cidália Morais dos Reis - 3º Oficial		1 744800
		2 374800

Valor Final **21 351850**

Assinatura
 Mod 5

João Carlos Baptista Moitinho de Almeida

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO AMBULATORIO LOCAL
FACTURA MENSAL DE HONORÁRIOS DA EQUIPA DE APOIO LOCAL

Concelho Tavira
Local Tavira
Factura do mês de 8 Dezembro/19 Janeiro

Nome Completo do Chefe da Equipa João Carlos Baptista Moitinho de Almeida

	Nome	Designação Profissional	Nº Horas		\$/Hora		Totais Parciais		Total
			atelier	outras	atelier	outras	atelier	outras	
9400	João Moitinho de Almeida	Arquiteto	35	5	122800	91800	4 270800	455800	4 725800
9404	Mateus Teixeira Azevedo	Engº.Civil 2ºcls.	3	6	122800	91800	366800	546800	912800
9407	Hou Ray M.	Desenh dor Chefe	35	5	88800	66800	3 08800	330800	3 41800
9410	Ana Ferrão Lopes	3º Oficial	34	-	64800	-8-	2 176800	-8-	2 176800
9411	José Gravata Rodrigues	3º Oficial	30	8	64800	48800	1 920800	304800	2 304800
9412	António Luis Searaiva	3º Oficial	60	15	64800	48800	3 840800	720800	4 560800
9405	António Chaves Ramos	Engº.Civil 1ºcls.	-	65,5	-8-	109800	-8-	7 139850	7 139850
9408	Alvaro Raimos Torre	1º Oficial	-	36	-8-	66800	-8-	2 376800	2 376800

Total **27 602850**

SÃO: TRINTA E SETE MIL, TREZENTOS E OITENTA E SEIS ESCUDOS E CINQUENTA CENTAVOS.

Outras Despesas	Designação	\$/Unidade	Custo
	Transportes em viaturas particulares - 920 Km	3800	2 760800
	Recibo Nº. Cidália Morais dos Reis - 3º Oficial		1 744800
	Recibo Manuel dos Santos - Tfo. auxiliar 2º classe		5 280800
			9 784800
		Valor Final	37 386850

Assinatura João Carlos Baptista Moitinho de Almeida
Mds

AO
FUNDO FOMENTO DE HABITAÇÃO
AV. COLUMBANO BORDALO PINHEIRO, 5
L I S B O A 1

N/Refª Nº 531 am

Exmos. Srs.:

Junto enviamos o certificado de habilitações de João Carlos Baptista Moitinho de Almeida, que tinha a categoria de Estudante de Arquitectura e que a partir desta data passará a ter a de Arquitecto.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos

Tavira, 19 de Novembro de 1976



ARQTª. João Moitinho de Almeida

RECEBIDO	24 / 11 / 76	Nº 1574
RESP. (CDD)		Nº
ARQ. (CDD)		
PROJ. (CDD)		Nº 37
SCDD	SCT	Set
DN		

P-º 39/S/

